

**Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de
Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público**

17.^a Reunião
(30 de julho de 2013)

SUMÁRIO

O Sr. Presidente (Jorge Lacão) deu início à reunião às 18 horas e 27 minutos.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças (Maria Luís Albuquerque), após intervenção inicial (*a*), respondeu aos Srs. Deputados Ana Drago (BE), Afonso Oliveira (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Paulo Sá (PCP), Hugo Lopes Soares (PSD), João Galamba (PS), Fernando Virgílio Macedo (PSD), Ana Catarina Mendonça (PS) e Adão Silva (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 22 horas e 45 minutos.

(*a*) Durante esta intervenção foram projetadas imagens.

O Sr. Presidente (Jorge Lacão): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 18 horas e 27 minutos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, na audiência de hoje vamos ouvir, de novo, a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças. Como sabem, esta reunião foi marcada para agora, ou seja, para ter início após o final da sessão plenária, dada a impossibilidade de concretização desta audiência no dia de amanhã, devido à agenda da Sr.^a Ministra.

Queria chamar a atenção dos Srs. Deputados para algo que, creio, já se tornou evidente para todos. A Sr.^a Ministra pretende fazer uma intervenção inicial, que será suportada por uma projeção. Em termos de imagem, e dado que a reunião está a ser transmitida pelo Canal Parlamento, tecnicamente não é possível termos na sala menos luz do que aquela que existe neste preciso momento.

Antes ainda de dar a palavra à Sr.^a Ministra, cumpre-me dar conhecimento aos Srs. Deputados dos documentos que chegaram à Comissão em resposta a informações solicitadas. Faço-o desta forma porque a informação acabou de chegar, vem em suporte papel e não é possível colocá-la de imediato *online*.

Então, recebemos da Secretaria de Estado do Tesouro, em resposta ao pedido da Comissão, um *dossier* contendo relatórios das auditorias internas conduzidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e pela Inspeção-Geral de Finanças.

Recebemos um ofício de resposta que envia informação, obtida junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, referente às operações de derivados desta Agência recentemente canceladas.

Recebemos ainda um ofício que envia informação, obtida igualmente junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, contendo os seguintes elementos: Tabela 1 – informação detalhada sobre os derivados da carteira gerida pelo IGCP, entretanto negociados, reestruturados ou cancelados, como contrapartida positiva dos encargos resultantes do cancelamento dos *swaps* das empresas públicas; Tabelas 2, 3 e 4 — *Mark-to-market* mensal desde janeiro desde 2011 até à data do encerramento por transação; Tabela 5 – *Mark-to-market* mensal, desde janeiro de 2011 até à data do encerramento por contraparte.

Finalmente, recebemos também um ofício de resposta a um requerimento do Grupo Parlamentar do PS, que envia em anexo informação, obtida também junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, relativa a *swap* do Banco Morgan Stanley.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, como referi, esta informação está disponível em suporte papel junto dos serviços de apoio à Comissão, caso alguém pretenda consultá-la no decurso destes trabalhos; faremos diligências para que, depois, possa ser colocada em suporte digital.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa.

O Sr. Presidente: — Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, quero apenas dizer que o Partido Socialista considera absolutamente inadmissível que, tendo o pedido sido feito há mais de um mês, nomeadamente antes da audição do Dr. Jorge Moreira Rato — e esses dados foram referidos na audição do Dr. Jorge Moreira Rato mas também noutras audições, por exemplo hoje, pelo

ex-Ministro das Finanças —, essa informação seja enviada 5 minutos antes da chegada da Ministra de Estado e das Finanças à Comissão; isto parece-nos um bloqueio ao trabalho destes Deputados e desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não tenho nenhum comentário a fazer à consideração que teceu. A informação está, a partir de agora, disponível para os Srs. Deputados.

Tem, então, a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, para uma intervenção inicial.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças (Maria Luís Albuquerque): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nas últimas semanas, os Srs. Deputados da oposição têm insistentemente veiculado, com forte impacto mediático, a acusação de que menti a esta Comissão de Inquérito aquando da minha audição no dia 25 de junho de 2013. Para tanto, invocam depoimentos e documentos entregues por diversas personalidades inquiridas no âmbito desta Comissão que alegadamente evidenciariam declarações contraditórias ou mesmo falsas da minha parte.

Assim, uso o direito que me assiste de fazer uma intervenção inicial para esclarecer, ponto por ponto, as acusações que me foram feitas e para provar, também documentalmente, que não menti, como, aliás, não me cansei, nem cansarei, de repetir.

Reafirmo que não apenas nada constava da pasta de transição como nunca fui alertada pelo anterior Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças para qualquer problema ou risco com instrumentos *swap*. Toda a informação sobre *swaps* que obtive após a minha entrada em funções foi

por solicitação minha aos serviços do Ministério. Tratava-se, em qualquer caso, de informação insuficiente para agir de imediato.

O Dr. Carlos Costa Pina afirmou ter-me transmitido na reunião de transição de pastas, no dia 29 de junho de 2011, informação sobre um conjunto de medidas que teriam sido tomadas sobre a questão dos *swaps*. O conteúdo da pasta de transição foi já remetido a esta Comissão, mas entrego, de novo, cópia do mesmo ao Sr. Presidente, bem como o conteúdo do ponto identificado como «ponto de situação do setor empresarial do Estado».

Como os Srs. Deputados poderão verificar, o referido documento consta de apenas uma página e os elementos referidos são os seguintes: as necessidades de financiamento do setor empresarial do Estado; os limites ao endividamento das empresas do setor empresarial do Estado; e a redução de custos operacionais nas empresas do setor empresarial do Estado. Nem uma palavra sobre *swaps*.

Na aludida reunião, afirmou o Dr. Costa Pina que me transmitiu informação sobre o tema, alegadamente por minha própria solicitação. Recordo que o Dr. Costa Pina também testemunhou perante esta Comissão que o Prof. Vítor Gaspar teria afirmado estar preocupado com o tema por eu própria lhe ter transmitido essa preocupação. No dia em que essa conversa entre o Prof. Teixeira dos Santos, o Prof. Vítor Gaspar e o Dr. Costa Pina teria supostamente ocorrido, em 18 de junho de 2011, eu não conhecia sequer o Prof. Vítor Gaspar. Parece-me ficar claramente demonstrado que a memória do Dr. Costa Pina, no respeitante ao que foi dito nessas reuniões, tem falhas graves.

O tema que sobretudo nos ocupou, a mim e ao Dr. Costa Pina, na conversa de 29 de junho foi o BPN. Como os Srs. Deputados bem sabem, tomei posse a 28 de junho e o Memorando de Entendimento assinado com

a troica impunha que o Banco fosse vendido até 31 de julho ou que fosse liquidado. Também sabem os Srs. Deputados, aliás, eu própria facultei essa informação, sobre a pasta de transição entre Secretários de Estado, que o tema BPN estava explícita e documentalmente tratado nessa pasta de transição.

Discutimos ainda outros assuntos sinalizados pelo Dr. Costa Pina. Não falámos de *swaps*. Aliás, fica muito por explicar na audição do Dr. Costa Pina.

Segundo o próprio afirmou, as empresas tinham autonomia para celebrar contratos de *swap*, pelo que é aos respetivos gestores que devem ser exigidas responsabilidades. No entanto, e na sequência de auditorias da Inspeção-Geral de Finanças, datadas de 2008, que referiam que as empresas atuavam nesse âmbito sem qualquer orientação, emitiu o anterior Secretário de Estado um despacho no dia 30 de janeiro de 2009 — cuja cópia me permito entregar também ao Sr. Presidente —, instruindo as empresas para que contratassem os instrumentos adequados e que dessem conhecimento dos mesmos à DGTF no prazo de 30 dias após a celebração dos contratos.

A pergunta que se impõe é, naturalmente, a de saber o que fez com a informação que solicitou e até a razão por que a solicitou. E foi alertado, pelo menos pela Metro de Lisboa, ainda em 2010, sobre a existência de *swaps* problemáticos — assim mesmo, nestes termos.

Mais ainda: no dia 9 de junho de 2011, quatro dias depois das eleições legislativas, o anterior Secretário de Estado emite novo despacho a instruir as mesmas empresas para sujeitarem a autorização prévia da DGTF, da Inspeção-Geral de Finanças, IGCP, e até recorrendo a serviços da Caixa Geral de Depósitos se necessário, quaisquer operações de *swap*.

Se acreditava no princípio da autonomia das empresas e se não tinha indicações da existência de problemas nestes contratos, qual a razão deste despacho?

A obrigação de refletir as responsabilidades associadas aos *swaps* no relatório do setor empresarial do Estado foi imposta pela troica no programa de ajustamento. Seria importante perceber porquê — o que motivou a preocupação, o que motivou a mudança de orientação pelo anterior Governo e, sobretudo, por que não incluiu sequer o mencionado despacho na pasta de transição, que entrego também ao Sr. Presidente.

Se havia um problema, por que não alertou? Se havia uma proposta de solução — que não havia —, por que não a indicou?

No que se refere às declarações prestadas pelo ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Dr. Pedro Felício, ele próprio indica, no *email* remetido a 29 de junho — que entrego também ao Sr. Presidente —, que prestava a informação por minha solicitação; não foi uma iniciativa sua. Repito: por minha solicitação. Recordo, mais uma vez, que tomei posse no dia 28 de junho. O *email* de 19 de julho decorre também da minha pressão para obter informação sobre o tema. Repito: pressão minha.

Srs. Deputados, pedi informação aos serviços no exercício das minhas competências enquanto Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças. Não se trata de informação prestada pelo anterior Governo. O Diretor-Geral do Tesouro não era membro do Governo e não fazia pasta de transição. A informação que os serviços prestam a solicitação dos governantes é parte do relacionamento institucional, não podendo agora ser apresentada como fazendo parte da transição entre Governos.

Para além de não se tratar de informação prestada pelo anterior Governo mas, sim, solicitada por mim aos serviços, a informação que foi enviada sobre contratos *swap*, a meu pedido, é aquela que pode ser vista no

primeiro *slide* vou projetar. Neste *slide* (sei que as letras mais pequenas não se conseguem ler a esta distância) podemos ver uma linha do ficheiro *Excel* que me foi transmitido no dia 19 de julho, a meu pedido. Não contém informação sobre cláusulas contratuais, número e características das reestruturações, valor inicial de mercado das transações (o que já foi amplamente referido nesta Comissão como o *day one PV* e que se constatou a ser maior razão para as perdas), e muito menos contém qualquer proposta de solução.

Confrontem os Srs. Deputados a informação constante do *email* com aquela que permitiu ao IGCP tirar conclusões e propor uma estratégia e reconhecerão que era absolutamente insuficiente para, apenas olhando para ela, abarcar todos os contornos do problema e a melhor solução a implementar.

Foi mencionado nesta Comissão e na comunicação social um conjunto de documentos que parecem pretender pôr em causa a minha atuação noutros domínios. Refiro-me em concreto a um *email* enviado por mim, a 6 de maio de 2011, ao então diretor financeiro da Metro de Lisboa a pedir indicação sobre as necessidades de refinanciamento até 2014. Nessa data, exercia funções como coordenadora do Núcleo de Emissões e Mercados do IGCP e cabia-me a responsabilidade de emitir parecer sobre o financiamento das empresas públicas sempre que havia solicitações nessa matéria, apresentadas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou pelas próprias empresas.

Foi no estrito âmbito das minhas competências no IGCP que pedi essa informação à Metro de Lisboa e às restantes empresas reclassificadas, como, por exemplo, à REFER — conforme *email* que entrego também ao Sr. Presidente —, para que o IGCP detivesse a informação necessária para elaborar a previsão das necessidades de financiamento do setor público

durante o período do programa. A referência a 2014 torna o objetivo perfeitamente óbvio.

Ainda no que respeita a *emails* divulgados pela comunicação social, autorizei, de facto, a REFER a desfazer duas operações de *swap* em julho de 2011.

Quando tomei posse, fui confrontada com necessidades de financiamento das empresas públicas, até ao final desse ano, na ordem dos 5000 milhões de euros. Como os Srs. Deputados bem sabem, os fundos do Programa não tinham em conta essas necessidades. Encontrei também vários adiantamentos de tesouraria concedidos pelo IGCP, com autorização do anterior Secretário de Estado, a empresas públicas fora do perímetro. Se a situação não tivesse sido regularizada teria aumentado, e muito, o défice e a dívida pública nesse ano.

As operações que autorizei a REFER a desfazer permitiram aliviar um pouco — infelizmente, muito pouco — as necessidades de financiamento, e a própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças se pronunciou favoravelmente e me encaminhou a proposta da empresa. Note-se que as operações foram desfeitas, não renegociadas.

Para que não fiquem dúvidas aos Srs. Deputados e à comunicação social, as transações então desfeitas não tinham sido contratadas durante o tempo em que exerci funções na REFER mas, sim, depois da minha saída.

O Dr. Pedro Felício manteve-se na Direção-Geral do Tesouro e Finanças escassas seis semanas, incluindo as férias que gozou entretanto, após a minha tomada de posse, data em que o substitui por minha iniciativa.

Sobre o depoimento do ex-presidente do IGCP apenas posso expressar o meu espanto com as suas declarações de que nada foi solicitado

ao IGCP em matéria de *swaps* enquanto exerceu essas funções, isto é, até março de 2012.

O primeiro *email* enviado ao Dr. Alberto Soares por mim própria data de 31 de agosto de 2011 e segue-se a conversas havidas sobre o tema – e permito-me entregá-lo ao Sr. Presidente.

Em novembro e dezembro desse ano, o IGCP produziu duas informações sobre possíveis solicitações que me foram remetidas pelo próprio Dr. Alberto Soares, sendo que nessas fica, de imediato, definida a estratégia a seguir nos termos da recomendação do IGCP – e permito-me igualmente entregar cópias ao Sr. Presidente.

Estas recomendações eram: alterar os estatutos do IGCP para lhe conferir mandato e competência para assumir a gestão de carteira de derivadas das empresas públicas; contratar um assessor financeiro especializado, dada a extrema complexidade de muitos dos *swaps*; não tomar qualquer decisão casuística de reestruturação ou de renegociação antes de conhecer o todo para evitar estabelecer precedentes que condicionassem as decisões futuras.

A 26 de dezembro de 2011 enviei um *email* ao Dr. Alberto Soares – que também entrego ao Sr. Presidente – a indicar que devem apresentar proposta de alteração de estatutos, deixando claro nesse *email* que já há semanas tinha discutido o tema diretamente com a responsável pela área jurídica do IGCP.

Tenho, além disso, *emails* enviados para mim pela coordenadora da área de gestão de dívida e de liquidez, em dezembro de 2011 e fevereiro de 2012 – para citar apenas alguns, porque houve muitos outros –, que evidenciam, sem margem para dúvida, que o Dr. Alberto Soares não dava andamento ao processo apesar das insistências – e peço também ao Sr. Presidente que junte esta documentação ao processo.

Quanto ao resultado das operações de derivados financeiros cancelados até à data e, uma vez mais, considerando o que se tem veiculado sobre essa matéria, cumpre-me esclarecer, uma vez mais de uma forma clara, que para o Orçamento do Estado a operação é, em si mesma, neutra, conforme já consta das páginas 44 e 45 das declarações da minha primeira audição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que estão disponíveis no *site* do Parlamento na *internet*.

Conforme os Srs. Deputados podem ver projetado, o valor recebido no Orçamento do Estado decorrente do cancelamento das operações de *swaps* detidas pelo IGCP é de cerca de 839 600 000 euros, o valor pago pelas operações canceladas nas empresas incluídas no perímetro de consolidação das contas públicas é de 839 463 915 euros e acresce que o valor pago por cancelamento de *swaps* de empresas fora do perímetro, portanto sem impacto no Orçamento do Estado, no défice e na dívida pública, é de 169 milhões de euros.

De sublinhar que a poupança em juros, já em 2013, nas empresas incluídas no perímetro do Orçamento do Estado é da ordem dos 110 milhões de euros – aliás, é superior a 110 milhões de euros.

Ao longo deste processo, como de todos os outros em que estive envolvida no exercício das minhas funções governativas, mantive sempre uma postura de seriedade absoluta e abordo os temas com serenidade. Tenho a profunda convicção que é isso que esperam de nós os portugueses que nos elegeram, que os respeitemos, exercendo a democracia com responsabilidade, respeito mútuo e assegurando sempre a transparência na atuação.

O objeto desta Comissão de Inquérito aprovado por todos os Srs. Deputados é, e passo a citar a Resolução da Assembleia da República n.º 68/2013: «A Assembleia da República resolve (...) constituir uma

comissão eventual de inquérito parlamentar à celebração de contratos de gestão de risco financeiro por empresas públicas entre 2003 e 2013.

Esta comissão deverá funcionar pelo prazo de 90 dias e terá por objeto avaliar os seguintes aspetos essenciais:

a) Apurar os procedimentos seguidos por cada empresa na contratação de instrumentos de gestão de risco financeiro e as suas consequências e implicações;

b) Apurar o grau de conhecimento das tutelas financeira e sectorial sobre aquela contratação e as eventuais medidas adotadas e decisões tomadas;

c) Apurar o grau de conhecimento e eventual intervenção das entidades com competências de supervisão, designadamente em relação às práticas do sector financeiro nestes procedimentos;

d) Apurar as responsabilidades de todos os envolvidos nos vários níveis de decisão.»

Definido nestes termos, o objeto do trabalho desta Comissão de Inquérito é, de facto, o apuramento de responsabilidades de todos os envolvidos, que se espera que esta Comissão realize, incidindo no período entre 2003 e 2013.

Não se espera que se substitua o apuramento de responsabilidades por ataques de carácter assentes em truques mediáticos que confundem para evitar esclarecer.

Estou aqui para, esquecendo plenamente o acessório, permitir que esta Comissão de Inquérito se concentre no essencial. É isso que os portugueses esperam e é isso que os portugueses exigem.

Agora, que fica cabalmente explicada ou esclarecida a questão sobre a veracidade das minhas declarações anteriores, espero que os Srs.

Deputados da oposição se centrem no que é realmente importante e que os senhores identificaram no objeto desta Comissão de Inquérito.

Durante a intervenção, foram projetadas imagens, que podem ser vistas no final da reunião.

O Sr. Presidente: - Muito obrigada, Sr.^a Ministra.

Já agora, posso ficar também com esta declaração?

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, aquando dos primeiros documentos que a Sr.^a Ministra entregou, pedi aos serviços que os fotocopiassem para distribuição e vou tentar que se faça o mesmo em relação aos demais, mas, dada a profusão de documentos, não posso garantir que os Srs. Deputados possam ter acesso a eles no momento que coloquem as vossas questões, porque é uma possibilidade que, neste momento, me ultrapassa.

De acordo com a ordem de intervenções que está prevista, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): - Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, agradeço a sua presença, mais uma vez, nesta Comissão de Inquérito.

Queria dizer-lhe que esta Comissão tem um mandato muito claro: avaliar como foi possível a contratação destes instrumentos de gestão de

risco financeiro no setor empresarial do Estado e a forma como ela foi gerida por diferentes governos.

Sobre a avaliação das responsabilidades dos Governos do Partido Socialista, agradeço os seus contributos mas esta Comissão de Inquérito fará esse mesmo papel e, portanto, aqui, quando confrontamos a Sr.^a Ministra, perguntamos-lhe por responsabilidades diretamente suas.

Queria dizer-lhe, de forma muito clara, que foi a Sr.^a Ministra que escolheu esta tempestade. Foi a Sr.^a Ministra que se apresentou nesta Comissão de Inquérito e que, colocada perante a pergunta que seria a pergunta óbvia, por que é que o Governo esperou dois anos para tratar da resolução dos contratos *swaps*, o que é que tinha acontecido, escolheu um caminho de argumentação, dizendo que o trabalho feito pelo anterior Governo não lhe permitiu ter acesso a nenhum tipo de informação.

E a Sr.^a Ministra teve declarações taxativas sobre isto quando disse que quando este Governo entrou em funções o problema já existia, mas, apesar disso, na transição de pastas nada foi referido a respeito desta matéria – e estava a falar do Governo.

Portanto, isto significou que a Sr.^a Ministra obrigou o Ministro Vítor Gaspar a apresentar um comunicado público em que referiu, exatamente, a referência que houve aquando da transição de pastas.

Houve um segundo momento em que a questão era o problema do papel, se havia ou não um papel na transição de pastas e, então, o Sr. Ministro Teixeira dos Santos veio, digamos, desmenti-la e apresentar-nos o tal documento, a tal ficha de cumprimento da medida 3.30, em que, lamento, Sr.^a Ministra, mas, de facto, se faz referência explícita aos despachos que, na altura, foram feitos pelo então Secretário de Estado Costa Pina no que toca exatamente à quantificação de responsabilidades explícitas e implícitas e onde se estabelece um conjunto de datas: até 20 de

junho, recolha por parte das empresas e, até 15 de julho, elaboração da lista por parte da DGTF.

Depois houve declarações por parte da Sr.^a Ministra dizendo-nos que a informação não era suficiente e que a primeira informação que lhe chegou não lhe permitia apurar tudo aquilo que estava em causa.

Ora, devo dizer-lhe que temos o *email* que Pedro Felício lhe enviou no dia 29 de junho, no dia seguinte ao da sua tomada de posse, em que faz uma estimativa, apenas sobre quatro empresas, de 1300 milhões de euros. 1300 milhões de euros não são uma bagatela!... Não são uma gota de água e, portanto, creio que, quanto mais não seja, a Sr.^a Ministra devia ter ficado preocupada.

Temos, depois, o depoimento de Vítor Gaspar, que nos disse que, obviamente, havia a perceção dos contratos *swaps* e que a Sr.^a Ministra, como profissional competente e perita nesta matéria, também sabia da especificidade dos contratos *swaps*.

Depois, a Sr.^a Ministra disse-nos que não havia proposta, mas a sua própria diretora-geral veio dizer-nos que apresentou uma proposta a 4 de outubro que a Sr.^a Ministra entendeu que não era suficiente.

Entendamo-nos sobre o que é que estamos aqui a discutir: não estamos a discutir os 21 dias do seu início de funções, ou seja, até ao momento em que a 19 de julho Pedro Felício lhe envia um conjunto de informação detalhada sobre indexantes sobre contratos que permitem já ter uma informação particularmente importante sobre esta matéria, que lhe permitiria agir; não estamos aqui a discutir sobre se a Sr.^a Ministra demorou 21 dias a reagir à questão dos *swaps*. Não, estamos aqui a falar de um ano de paragem, ou seja, em junho/julho houve a perceção de que poderia haver aqui um problema mas depois para tudo.

Temos um *email* seu, de 18 de julho, que diz a Pedro Felício: não faça nada, a DGTF não se comprometa com os bancos e as empresas não devem responder aos bancos. De facto, disse-nos a Sr.^a Ministra, e tinha toda a legitimidade, que entendeu que deveria ser o IGCP a reagir esta matéria.

Bom, havia informação, havia papel, havia referências, havia propostas, mas a Sr.^a Ministra não quis! Então, o que não conseguimos compreender é o que é que a Sr.^a Ministra esteve a fazer, enquanto Secretária de Estado, até agosto de 2012. Esteve um ano parada à espera de uma alteração aos estatutos que, só a partir daí, permitiria fazer a aferição e o diagnóstico da situação.

É sobre esse ano de negligência e de inação que queremos perceber o que é que aconteceu.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Presidente, falarei devagar para dar tempo a que sejam distribuídas as cópias dos documentos que entreguei, porque, efetivamente, parte da informação que agora distribuí demonstra que não estive parada, nem o IGCP esteve parado.

O ex-presidente do IGCP esteve parado, mas a instituição esteve a trabalhar, como o demonstram os documentos que agora entreguei ao Sr. Presidente da Comissão de Inquérito. O IGCP estava a trabalhar neste assunto desde o verão de 2011! Não estivemos parados!

Mas gostaria de responder em detalhe às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Ana Drago.

Quando eu disse que este assunto não foi passado na pasta de transição, Sr.^a Deputada, quero dizer-lhe o seguinte, e mais uma vez o

repito: recordo que tomei posse a 28 de junho, tive a reunião com o Dr. Costa Pina no dia 29 de junho e é, naturalmente, a essa transição de pasta que me refiro. Na transição de pasta anterior, que foi entre ministros, seguramente foram abordados muitos outros assuntos, que nunca foram da minha competência enquanto secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

Mas já que falamos dessa ficha, de que toda a gente já tem conhecimento, o Sr. Professor Vítor Gaspar teve hoje ocasião de aqui mostrar aos Srs. Deputados como aquela ficha nada acrescenta e o despacho que a Sr.^a Deputada referiu que lá está é um despacho que diz aos serviços que devem proceder à recolha de informação de maneira a garantir um compromisso do Memorando de Entendimento.

Ora, o Memorando de Entendimento foi tornado público no dia 28 de junho e nós também sabemos ler diretamente a partir do Memorando, Sr.^a Deputada... Naturalmente, é útil saber que os serviços já estão a trabalhar nessa matéria e, por isso mesmo, no dia 28 à tarde reuni com o Diretor-Geral do Tesouro e Finanças e pedi-lhe informação sobre dois assuntos da maior relevância: financiamento e derivados das empresas públicas.

Nunca disse que não sabia que houvessem derivados nas empresas públicas – aliás, isso era do conhecimento público. Também havia bastantes rumores no mercado, digamos assim, de que havia transações potencialmente problemáticas em algumas empresas.

Estive afastada desse tema em concreto durante os anos em que estive no IGCP, porque enquanto estive no IGCP não era minha responsabilidade tratar de temas relacionados com *swaps*, nem do IGCP, nem de empresas públicas, mas apenas os temas relacionados com o financiamento.

No entanto, ouvia, de vez em quando, conversas entre os colegas que se dedicavam a essa matéria sobre uma ou outra transação – muito poucas – que lá apareciam para pedido de parecer. Tanto assim é que me lembrava de memória de ter sido referida uma empresa, a EGREP, empresa essa que depois não aparecia na informação que o ex-Diretor-Geral do Tesouro me disponibilizou, razão pela qual o questionei, pois lembrava-me de memória que havia um *swap*.

Agora, vamos distinguir o que é que, efetivamente, existia e a tão afamada prova documental.

Primeiro, no dia 18 de junho, como já referi, eu não conhecia sequer o Sr. Professor Vítor Gaspar, não estive nessa reunião e não recebi a informação da pasta de transição entre ministros, nem faria sentido que a recebesse porque a pasta de transição entre ministros aborda todas as matérias de todos os Secretários de Estado do Ministério.

Por essa razão, é que houve uma pasta de transição específica entre Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e houve uma reunião específica entre mim e o Dr. Costa Pina. Naturalmente que eu não poderia estar a referir-me a nenhuma outra transição.

A Sr.^a Deputada disse também, a certa altura, que bastava ter percebido que o *mark-to-market* era de 1300 milhões para ter compreendido que o problema era importante. Tanto que era importante que solicitei essa informação e sabia que o problema era importante; agora, saber que um problema é importante, ter a informação necessária e a solução desenhada tem uma diferença enorme entre si e foi essa diferença que procurei explicar aos Srs. Deputados quando cá estive, no dia 25 de junho, a razão pela qual o processo tinha demorado e quais foram os passos que foi necessário dar.

É importante que os Srs. Deputados percebam que em matérias com esta responsabilidade não se pode atuar levemente, não se pode atuar apressadamente, estabelecendo precedentes, correndo riscos jurídicos muito significativos para depois correremos o risco de ter, em vez de uma redução de custo, um aumento ainda das responsabilidades para o Estado.

Não podíamos correr o risco de que houvesse incumprimentos nas empresas públicas relacionadas com esta matéria que pudessem vir a desencadear incumprimentos em contratos de financiamento que, num efeito dominó, afetariam o próprio crédito de República. São assuntos da maior responsabilidade, da maior complexidade e julgo que achar que só aquela informação naquele ficheiro *Excel* é suficiente apenas se justifica porque, dada a complexidade da matéria, os Srs. Deputados não terão tido a capacidade de compreender a parte relevante que lá faltava.

Quanto ao que supostamente era uma proposta de solução, apresentada pela Direção-Geral do Tesouro no dia 4 de Outubro, seria bom que todos soubessem que proposta de solução é essa. É a proposta de solução que tinha sido explicitada no despacho de 9 de junho, do anterior Secretário de Estado, que dizia que as empresas devem tomar a iniciativa de apresentar propostas. Essas propostas devem passar pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, pela Inspeção-Geral de Finanças, pelo IGCP, eventualmente até contratar a Caixa, uma solução que dependia da iniciativa das empresas.

Sr.^a Deputada, posso garantir-lhe que durante todo este período não apareceu uma única proposta das empresas e, aliás, posso também esclarecer que disse ao Diretor-Geral do Tesouro e das Finanças que não deveriam dar garantias aos bancos porque a situação já era suficientemente grave com os problemas que tínhamos naquela altura e não precisaríamos de aumentá-los ainda mais dando garantias ou tomando decisões

precipitadas, sem conhecer o todo do problema que começou de imediato a ser tratado.

Portanto, aquilo que é tão falado como sendo uma proposta de solução que eu travei não era uma proposta de solução, era uma proposta de procedimento para propostas de solução que as empresas apresentassem. Ora, as empresas não apresentaram, apesar de terem recebido aquele do despacho do Sr. Secretário de Estado, que, aliás, mantenho em vigor, e mantenho em vigor esse despacho porque impede, efetivamente, as empresas de contratarem *swaps* sem que sejam vistos pela DGTF e pelo IGCP.

Assim, enquanto não estiver plenamente em vigor o novo regime jurídico do setor empresarial do Estado, de que também já tive ocasião de falar aqui, esse despacho manter-se-á em vigor para garantir que não há novas operações. Uma vez aprovado ou plenamente concluído esse processo, uma vez estando todos os mecanismos legislativos para o futuro a funcionar em pleno, então, pode ser revogado este despacho, que deixa de ser necessário porque os procedimentos associados a este tipo de operações ficam consagrados na legislação.

Mas realço, e repito, que não era uma proposta de solução, era meramente uma proposta de procedimento para propostas que as empresas viessem a apresentar e que, repito também, não apresentaram, Sr.^a Deputada.

Quando me diz que a informação de 19 de julho já tinha tudo, os Srs. Deputados conhecem o relatório do IGCP e neste relatório é dito muito claramente que foi necessário obter um conjunto de informação muito extensa.

Estamos a falar de contratos com muitas e muitas páginas. Uma das razões porque a recolha da informação demorou foi porque à medida que se

obtiveram os contratos que estavam vivos, ou em vigor, se percebeu que tinha havido versões anteriores desses contratos, como, aliás, já disse nesta Comissão de Inquérito. E, quando se percebia isso, era preciso ir novamente pedir informação, dizendo «então mandem lá essa informação».

Assim, quando se verificava que essa reestruturação anterior tinha tido uma outra e uma outra e uma outra, era preciso levantar e tratar toda essa informação. Todo esse processo começou a ser tratado enquanto se tratava de dar enquadramento jurídico ao IGCP, em termos de estatutos, para que ele pudesse assumir as funções. Na documentação que agora entreguei, e que será distribuída, os Srs. Deputados verão que foi analisada uma primeira proposta de solução, que era transferir as posições para o IGCP para evitar o exercício de cláusulas de vencimento antecipado, o que, como já disse também nesta Comissão de Inquérito, os próprios bancos me comunicaram.

Ora, essas cláusulas de vencimento antecipado não constam em nenhuma da informação que o Sr. Diretor-Geral do Tesouro me enviou. Aliás, o Sr. ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças disse a esta Comissão de Inquérito que sabia, desde 2010, que essas cláusulas existiam. Pois a mim não me transmitiu essa informação. Eu soube da existência das cláusulas através dos bancos, como, aliás, disse a esta Comissão de Inquérito no dia 25 de junho.

Mais uma vez, quanto a dizer à DGTF que não fizesse nada era referente essencialmente a financiamento, porque a Direção-Geral do Tesouro e Finanças estava a estabelecer conversações, o que é até normal num período de transição entre governos e na ausência de uma tutela definida, isto é, a própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças procurou resolver situações urgentes, falando com alguns bancos. Mas, dada a dimensão e a gravidade da situação, em termos de financiamento, instrui a

DGTF para que deixasse essa situação; uma vez que já havia novamente um Secretário de Estado plenamente em funções, eu própria me encarregaria e passaria o assunto dos *swaps* ao IGCP.

O *email* que acabei de entregar ao Sr. Presidente, datado de 31 de agosto, diz, mais ou menos por estas palavras, que um dos muitos problemas que me preocupam é o dos derivados, faço uma sugestão de solução e peço ao IGCP para me dar outras ideias.

O Sr. Dr. Alberto Soares responde-me dizendo que acha que aquela solução não pode ser implementada, mas que está disponível para estudar outras alternativas.

Há depois duas informações, ainda desse ano, em que se explicam quais são os constrangimentos e há *emails*, troca de correspondência, entre mim e o IGCP, dizendo explicitamente em *emails* mandados pelo Dr. Alberto Soares que as soluções que eu estava a propor não seriam as mais adequadas – julgo que o que dizem é por manifesta falta de tempo – e que deveriam ajudar a Secretária de Estado.

Portanto, dizer que o IGCP não estava envolvido é, pura e simplesmente, mentira e que nada se fez até que entrasse o novo conselho de administração... Eu própria disse a esta Comissão de Inquérito que a substituição de conselhos de administração introduziu ali, de facto, algum atraso naquele período, porque é normal, quando uma instituição muda de conselho de administração., que haja sempre alguns dias, algumas semanas, que se perdem. Mas é apenas isso, Sr.^a Deputada, e nada mais.

Todo o resto do tempo foi de trabalho intenso. Recordo que chegámos a 2013, antes do início desta Comissão de Inquérito, não com a identificação do problema mas com a solução encontrada e implementada.

O momento em que os senhores contam os dois anos é o momento em que a solução já está implementada, com exceção daquele caso que,

como mais uma vez tive ocasião de explicar, eventualmente, seguirá outras vias. Mas os dois anos foram para conhecer uma realidade de extrema complexidade, com contratos sujeitos à lei estrangeira, contratos que tinham muitas versões anteriores que foi preciso recolher e analisar – e que lhe garanto que não estão naquela folha de *Excel* –, que continham um conjunto de cláusulas contratuais de vencimento antecipado que não tinham apenas a ver com o *rating* mas também com cláusulas contratuais específicas e com momentos específicos em que essas opções poderiam ser exercidas, e mais um conjunto de informação muito complexa, de tal forma que o IGCP disse até que tinha de contratar um assessor especializado para fazer essa análise. E era naturalmente necessário ponderar muito bem qualquer solução antes de implementá-la, sob pena de se ter causado um prejuízo muito maior ao erário público do que aquele que já herdámos.

Portanto, a situação que, efetivamente, encontrámos era da maior complexidade e começou logo a ser tratada. Aliás, pedi informação sobre ela no dia 28 de junho à tarde. Ora, era difícil ter começado mais cedo, Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, ficamos, então, a saber que o ex-secretário de Estado Costa Pina mentiu nesta Comissão de Inquérito; Alberto Soares, quando disse que até final do seu mandato, março de 2012, mentiu nesta Comissão de Inquérito; Pedro Felício omitiu informação importante à nova Secretária de Estado e Vítor Gaspar deturpou, em parte, a verdade...

Vozes do PSD: — Eh!...

A Sr.^a Ana Drago (BE): — ... quando disse aqui, esta manhã, que em julho de 2012, ainda antes do boletim informativo sobre o setor empresarial do Estado estar publicado e ser público, tinha tido acesso ao conjunto de informação.

Portanto, há aqui assim um problema entre a verdade da Sr.^a Ministra e a verdade das outras pessoas.

Mas há um outro problema: é que, na verdade, era a senhora que estava em funções e a delegação de competências era sua. Ou seja, se o anterior Governo não tinha feito o papel de recolha de informação e o papel de apresentar uma solução a responsabilidade era sua, como deve calcular, não estávamos à espera que Teixeira dos Santos e Costa Pina continuassem a governar por interposta pessoa.

De facto, há uma certa estranheza na argumentação que aqui nos traz para os estatutos só serem alterados em agosto de 2012 e, na verdade, a informação só chegar à sua mesa no dia 30 de janeiro, que, creio, foi o que aconteceu, no início de janeiro, agora com o relatório da *StormHarbour*.

Diz-nos a Sr.^a Ministra que era preciso precaução, estávamos a falar de processos altamente complexos. Peço-lhe desculpa mas os senhores atiraram-se rapidamente, aliás, com problemas constitucionais bem complexos, aos subsídios de férias e de Natal dos trabalhadores em funções públicas, atacaram prestações sociais, reduziram salários, aumentaram impostos e, portanto, para nada disto foi necessário precaução.

Na relação com a banca é diferente...

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Está a falar de interesses do Estado!

A Sr.^a Ana Drago (BE): — ... e, portanto, volto a perguntar-lhe se houve instruções ao IGCP para que trabalhasse no sentido de fazer o diagnóstico.

Não consigo compreender como é que, quando o IGCP entende que é necessário fazer uma contratação fora, isto só acontece no final de 2012 e só agora, no início de 2013, é que temos alguma resposta.

Por isso volto a perguntar-lhe: o que é que fez durante este ano e meio?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr.^a Deputada, vou explicar novamente e mais devagar.

O conjunto de informação que tive acesso, por minha solicitação, primeiro no dia 29 de junho e depois no dia 19 de julho, é, como já expliquei, limitado. É uma descrição dos contratos.

Se os Srs. Deputados olharem para o que consta verão que estamos a falar da empresa; do banco; da forma como a empresa caracterizava a operação, o que, devo dizer, tem múltiplas variantes e não acrescenta informação; qual o financiamento subjacente, ou o empréstimo sobre o qual supostamente o *swap* incidia, nos casos em que havia; a data em que o contrato foi celebrado; a maturidade do contrato; uma descrição de como se calcula a taxa que se paga e se recebe em cada momento; e depois uma evolução do valor de mercado desde 2009, razoavelmente incompleta porque nem todas as empresas a prestavam com esses valores reportados para trás.

Como eu já tive ocasião de explicar, muita da informação que foi necessária e que determinou, de facto, a avaliação e a proposta de solução do IGCP não estava nesses contratos.

Os Srs. Deputados já têm acesso a esses relatórios há muito tempo e os Srs. Deputados já falaram, inclusivamente, com o Presidente do IGCP. Foi explicado que uma das razões que levou a que os contratos tenham sido mais lesivos é que no dia em que as operações foram contratadas já estavam com perdas significativas. Essa informação não consta, sequer, da maior parte da documentação e teve de ser calculada, e é um cálculo técnico complexo. E isso foi algo de que o IGCP só se apercebeu, até, depois de levar a análise mais longe.

Penso que os Srs. Deputados, e sinto-me talvez lisonjeada por isso, sobrestimam a minha capacidade. Eu, olhando para aquele ficheiro de *Excel*, não sou capaz de abarcar, só por olhar, a dimensão do problema e a solução. Gostaria de ser capaz mas, de facto, não tenho essa capacidade.

E quando a Sr.^a Deputada diz porque é que era relevante se o anterior Governo tinha ou não dado informação, é porque tivemos de começar o trabalho do zero.

Sr.^a Deputada, tínhamos um ficheiro de *Excel* que listava os contratos. Era preciso analisar a documentação, as cláusulas contratuais, perceber o que é que tinha estado subjacente à contratação, que versões anteriores dos contratos é que existiam. Nenhuma dessa informação estava trabalhada e a maior parte dela não estava sequer recolhida, e, mais uma vez, não havia proposta de solução.

A Sr.^a Deputada referiu também os cuidados na relação com a banca. Recordo à Sr.^a Deputada que este País depende do financiamento externo para pagar salários, pensões e todos os encargos do Estado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Não, não é para isso!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Ora, o financiamento externo de mercado é assegurado pelas instituições financeiras internacionais, para além dos nossos credores oficiais no âmbito do Programa no qual ainda estamos inseridos.

A relação com os nossos credores deve ser sempre uma relação responsável, Sr.^a Deputada, como é também a relação com os nossos concidadãos, e as decisões que foram sendo tomadas são sempre ponderadas e são sempre aquelas que se impõem, em função das circunstâncias.

Mas, isso, imagino que seja uma discussão mais ideológica e que, provavelmente, não valerá a pena encetar com a Sr.^a Deputada. É apenas para explicar a minha posição e para, mais uma vez, reiterar que não estivemos dois anos parados, estivemos dois anos a trabalhar intensamente, desde o primeiro dia, para resolver o problema, e chegámos a uma situação em que, efetivamente, conseguimos reduzir significativamente as perdas potenciais.

Como tive a ocasião de dizer na primeira vez que aqui vim, infelizmente, ainda não resolvemos o problema todo, gostaria de poder dizer isso aos Srs. Deputados mas há cerca de metade do problema que ainda não foi possível resolver. Porém, resolvemos uma grande parte do problema, acautelando os interesses do Estado e garantindo que não havia impactos negativos para o défice e para a dívida pública, tal como ficou demonstrado pelos números que apresentei também há pouco aos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, faça favor.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Haveria mais a falar sobre isto, mas eu queria pegar numa outra questão.

O Sr. Presidente: — Agradeço que fale para o microfone, Sr.^a Deputada, para se ouvir melhor.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

A Sr.^a Ministra falou-nos da vontade do Governo de alterar a situação que encontrou e o que eu gostava de perceber é se, neste momento, está em vigor algum enquadramento legal diferente daquele que foi deixado pelo Partido Socialista, no que toca à possibilidade, à iniciativa das empresas de contratarem derivados e contratos de gestão de risco financeiro, uma vez que, até hoje, não houve qualquer alteração legislativa que tenha saído da lavra do Governo.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, por favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr.^a Deputada, gostaria de corrigir, pois, de facto, já houve uma lei de autorização legislativa, que eu própria apresentei neste Parlamento, enquanto Secretária de Estado do Tesouro, mas o processo não está concluído.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras da oradora.*

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Mas eu ainda há pouco disse, e a Sr.^a Deputada provavelmente ouviu, que não revoguei o despacho

dado pelo anterior Secretário de Estado, de 9 de junho de 2011, para garantir que não há novas operações contratadas antes que o novo enquadramento jurídico entre em vigor. Ou seja, a situação está perfeitamente acautelada enquanto tratamos de aprovar o diploma que permitirá estabelecer o novo enquadramento jurídico do setor empresarial do Estado, para a frente. E, repare, Sr.^a Deputada, que a autorização legislativa termina agora, no mês de agosto, portanto, está para muito breve a aprovação do decreto-lei autorizado, que consagra o novo regime jurídico do setor empresarial do Estado.

A manutenção em vigor do despacho de 9 de junho, que, mais uma vez, repito, não revoguei, mantém-se em vigor o despacho de 9 de junho de 2011, que obriga as empresas a fazerem passar pela tutela e pelo IGCP qualquer proposta de contratação neste domínio, que foi transmitido a todas as empresas, ainda garante que nada acontece neste âmbito sem a autorização específica da tutela, até que, depois, entre em vigor o novo enquadramento legislativo e, nessa altura, poderei revogar o despacho do anterior Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, queira prosseguir.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Compreendo, são 13 páginas de legislação que fazem o enquadramento legal do setor empresarial do Estado e é uma matéria bastante complexa, demorou à Sr.^a Ministra dois anos até que, finalmente, venha a haver um novo enquadramento legislativo.

Mas queria colocar-lhe, agora, um conjunto de questões que, creio, são importantes.

O Conselho das Finanças Públicas apresentou um conjunto de informação que mostra que os juros da dívida pública portuguesa vão subir

graças ao fecho dos contratos *swap* relativamente ao IGCP. E a estimativa que fazem é de aumento de 275 milhões de euros nos juros que são pagos, agora, ainda em 2013; pensando que isto irá continuar para o futuro, é o acumular de quase 300 milhões de euros a cada ano que passa e temos ainda uma diferença substancial entre o fecho dos contratos do IGCP e aquilo que foi pago à banca. Por isso, gostava de perguntar à Sr.^a Ministra: como é que nos veio dizer, no dia 25 de junho, que «isto não custou nada aos contribuintes»?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, por favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Devo dizer que não conheço essa afirmação do Conselho das Finanças Públicas, mas estranho-a.

O resultado líquido das várias posições que foram desfeitas e, mais uma vez, **permito-me colocar aqui o *slide*** que tem essa informação, é que o montante que foi recebido para desfazer posições positivas do IGCP é, enfim, muito ligeiramente superior, é uma diferença inferior a 100 000 €, àquele que foi pago. Estamos a falar, aqui, do impacto no Orçamento do Estado, o impacto no défice e na dívida pública.

Estes são os valores que foram pagos, relativos a empresas que consolidam no perímetro das contas públicas e aquilo que eu disse nesta Comissão foi que não haveria impacto no défice e na dívida pública. O remanescente, e para que fique totalmente esclarecido, são 169 milhões de euros, conforme ali está, que abrange um conjunto de outras empresas que estão fora do perímetro. Destas empresas, deixe-me esclarecê-la do seguinte, Sr.^a Deputada: o valor mais significativo são 122 milhões de euros da EGREPE, a empresa que gere as reservas petrolíferas. Essa

empresa, ou esse contrato, porque era um só, tinha uma opção de vencimento antecipado que o banco informou que iria exercer para o próximo dia 4 de agosto. Com esta renegociação, a EGREPE pagou menos 54 milhões de euros (chamo a atenção, 54 milhões, a menos) do que aquilo que pagaria se tivesse esperado até ao dia 4 de agosto, em que a opção seria exercida. Neste caso, esta empresa tem reservas em excesso, irá vender no mercado uma parte dessas reservas para cobrir esta necessidade.

No caso das outras empresas, havia um outro *swap*, da Águas de Portugal, em que também estavam perante a mesma situação, que tinha uma opção que sabiam que ia ser exercida e já tinham encontrado os recursos para pagar a totalidade do contrato. E, se não me engano, eram 30 milhões de euros e acabaram por pagar 21 milhões de euros — agora, estou a citar o número de cor, por empresa, porque já não tenho bem presente.

Relativamente às outras empresas, é a parcela residual, financiaram-se para fazer a resolução deste problema. Agora, aquilo que é importante perceber — e vamos ter que esclarecer aqui os conceitos com muito cuidado — é que eu disse, nesta Comissão de Inquérito, que não havia impacto no défice e na dívida. Sr.^a Deputada, repeti-o várias vezes.

Protestos do PCP e do BE.

Deixe-me dizer-lhe, Sr.^a Deputada, que os contribuintes pagam os impostos para o Orçamento do Estado, e no Orçamento do Estado o impacto é neutro, estão ali os números! As empresas que consolidam no perímetro têm um impacto neutro.

Ainda assim, e mesmo do montante que fica de fora, a maior parcela, 122 milhões de euros, vão ser pagos por recurso à venda de uma pequena parte das reservas petrolíferos que a empresa tem a mais.

Ao renegociar esta posição, conseguiu-se um desconto de 54 milhões de euros e teria de se pagar a totalidade desse montante, agora, no dia 4 de agosto, recorrendo exatamente à mesma fonte, porque a empresa não tem outra, mas pagando mais 54 milhões de euros.

Além disso e falando também de Orçamento do Estado, já em 2013, no Orçamento retificativo, foi possível baixar a previsão de juros das empresas públicas para 2013 em mais de 110 milhões de euros.

Quanto à questão que me coloca e que terá sido colocada pelo Conselho das Finanças Públicas, não vou comentar o documento em concreto porque não o conheço, mas o efeito líquido, como a Sr.^a Deputada saberá ou, enfim, talvez não, os *swaps*, de acordo com as regras do instituto de estatísticas europeias, são contabilizados em contas públicas pelos fluxos que acontecem em cada ano, ou seja, como se fosse uma contabilidade de caixa; em contas nacionais, que são aquelas que relevam quando falamos do défice, da dívida pública em percentagem do PIB, nessas contas reflete-se em função da maturidade original do contrato. Ou seja, eu desfazo um contrato de *swap* agora, vejo o valor que recebo ou que pago e distribuo-o pela vida que esse contrato teria se continuasse em vigor. Se é um contrato até 2020, o efeito pago ou recebido é reportado, todos os anos, de 2013 até 2020, e é assim que as coisas se passam.

Quando nós combinamos os fluxos ou os ganhos decorrentes das empresas do perímetro por ter desfeito estes contratos e as perdas no perímetro pelo IGCP ter feito esses contratos, o resultado líquido da junção destas duas coisas, ao longo deste prazo, é positivo em 400 milhões de euros, Sr.^a Deputada. É este o resultado que o IGCP poderá comprovar a esta Comissão, foi essa a informação que me foi prestada.

O documento concreto, o relatório concreto do Conselho das Finanças Públicas, não conheço, peço desculpa, e não posso comentá-lo.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, queira prosseguir e, porventura, terminar esta sua fase de questões.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Certamente, gostava muito que a Sr.^a Ministra pudesse, então, enviar esses mesmos documentos, porque, enfim, temos de convidar a Professora Teodora Cardoso a vir a esta Comissão, quando nos diz que o facto de o IGCP ter ficado sem contratos *swap* — portanto, ter ficado com uma taxa fixa, quando temos uma taxa muito baixa no momento em que estamos a viver — leva a um aumento de juros da dívida pública, já este ano, de 275 milhões de euros.

Queria precisar as suas palavras do dia 25 de junho porque uma Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças não pode vir a uma Comissão de Inquérito apresentar a ideia aos portugueses de que «isto não custou dinheiro aos contribuintes», o que significa que a resolução do problema desta forma — ou seja, demorando dois anos, deixando acumular perdas potenciais na ordem dos 3000 milhões de euros, como acabei de explicar — não custou dinheiro aos contribuintes. Disse: «não implicou um aumento da dívida pública e não tem impacto no défice». Ora, é um pouco estranho o aumento de juros não ter impacto no défice, mas certamente é uma total iliteracia minha.

Portanto, Sr.^a Ministra...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr.^a Ministra, para terminar, queria colocar-lhe a mesma pergunta que coloquei ao Sr. Primeiro-Ministro: quando a Sr.^a Ministra se apresenta nesta Comissão de Inquérito e diz «isto

não custou nada aos contribuintes» e sabemos agora que tem um peso nos juros da dívida, sabemos que, afinal, os contratos não eram exatamente simétricos, gostava que a Sr.^a Ministra nos pudesse explicar exatamente se a frase «isto não custou nada aos contribuintes» é uma frase verdadeira ou falsa.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, por favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr.^a Deputada, vou ler, tal como a Sr.^a Deputada fez, a página 25 da transcrição da minha primeira audição, que diz: «Portanto, isto não custou dinheiro aos contribuintes nesse sentido, não implicou aumento da dívida pública e não tem impacto no défice.»

Sr.^a Deputada, olhando para aquele *slide* que ali está projetado, o resultado...

A Sr.^a Ana Drago (BE): - *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras da oradora.*

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr.^a Deputada, se me faz a pergunta, há de fazer o favor de me deixar responder.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr.^a Ministra. Queira continuar.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr.^a Deputada, está ali projetado o valor recebido por desfazer contratos com valor positivo e o valor pago para desfazer contratos com valor negativo, com uma diferença. E aí admito que é alguma coincidência, enfim, não se consegue gerir uma

matéria desta dimensão e complexidade com um acerto quase ao euro, mas, enfim, é objetivamente verdade que temos ali os dois fluxos que se anulam, de entrada e de saída. E aquilo que volto a dizer à Sr.^a Deputada é que, quando falamos de impacto na dívida e no défice, estamos a falar de um impacto líquido positivo, distribuído ao longo do tempo.

Não tenho aqui comigo o valor do impacto dos juros no IGCP e perdoar-me-á a Sr.^a Deputada mas não vou comentar um documento do Conselho das Finanças Públicas, que não conheço e, como tal, não vou comentar, mas poderei mandar informação a esta Comissão de Inquérito que permita continuar a esclarecer.

Respondendo muito diretamente à questão da Sr.^a Deputada, a frase que eu disse é verdadeira, como, aliás, todas as outras que digo aqui.

Muito obrigada, Sr.^a Deputada.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada Ana Drago, pediu a palavra. Pergunto-lhe se é para interpelar a Mesa sobre os trabalhos.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Não, Sr. Presidente, é para pedir que seja distribuído, pelo menos, à Sr.^a Ministra das Finanças o relatório que foi feito pelo Conselho das Finanças Públicas, que dá conta, exatamente, da subida dos juros da dívida em função daquilo que foi o fecho dos contratos do IGCP. E, portanto, acho que era um documento importante para a Ministério das Finanças conhecer.

O Sr. Presidente: — Faça-o chegar à Mesa, por favor.

Pausa.

Como qualquer documento que chega à Mesa, terei que mandar copiá-lo, mas se a Sr.^a Ministra quiser, desde já, consultá-lo, está naturalmente, ao dispor.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Afonso Oliveira. Faça favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. Presidente: — Ó Sr.^a Ministra, peço desculpa, mas não pode...

A Sr.^a Ana Drago (BE): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. Presidente: — Disto é, daqui a pouco terá ocasião de voltar a dialogar com a Sr.^a Deputada Ana Drago, a quem peço agora o favor de criar condições para passarmos adiante.

Sr. Deputado Afonso Oliveira, faça favor.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr.^a Ministra, agradecemos muito a sua presença nesta Comissão mais uma vez, pela segunda vez. Devo dizer que manifestou sempre disponibilidade para cá vir, quando fosse essa a decisão, e fê-lo de uma forma muito célere, porque ontem mesmo foi decidida a sua vinda aqui, a esta Comissão.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças deixou muito claro, na forma como fez a sua intervenção inicial...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas quero pedir aos Srs. Deputados que criem condições para que todos os que estão no uso legítimo da palavra se façam ouvir.

Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, como estava a dizer, ficou muito claro que falou verdade, nesta Comissão, desde o primeiro dia em que cá veio e hoje desmontou completamente todas as acusações que lhe foram feitas. Isto é claro neste início de audição, pelo que alguém terá de pedir desculpa.

Disse hoje, aqui, que não recebeu qualquer informação do anterior Governo, e isto também ficou claro. Devo dizer, já agora, se me permite, e não vou voltar a esta questão, que eu próprio coloquei a questão ao ex-Secretário de Estado Costa Pina...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Afonso Oliveira, peço-lhe imensa desculpa, a questão não é da mesa, mas parece que os Srs. Deputados não ouviram a minha recomendação. Volto a insistir que temos de criar condições na sala para que a reunião decorra com toda a normalidade.

Queira prosseguir, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Como disse, e disse-o também na altura, perguntei ao ex-Secretário de Estado Costa Pina se havia informação na pasta de transição e, realmente, não havia. Acabámos de receber essa informação, acabei de a ver e, tal como disse, não existe.

A Sr.^a Ministra disse também aqui, hoje, que a informação que recebeu da DGTF — na altura, foi aqui muito falada, nas audições que fizemos a ex-diretores-gerais — foi a seu pedido, e pediu-a, como era sua

missão, enquanto governante, e faz sentido que o tenha feito, enquanto assumiu funções. Essa informação foi enviada nos termos que aqui referiu hoje, tal como também referiu que começou a trabalhar sobre esta matéria desde o primeiro dia.

Demonstrou que a informação solicitada à DGTF e ao Sr. Dr. Pedro Felício foi a pedido da Sr.^a Secretária de Estado, e isto ficou muito claro; demonstrou que trabalhou sobre o tema dos *swaps* desde o momento em que assumiu funções, que também foi uma questão hoje aqui afirmada; demonstrou a verdade das suas afirmações na primeira audição, nesta Comissão de Inquérito.

A discussão sobre o que foi ou não feito, que já foi aqui introduzida, e bem, pela Sr.^a Deputada Ana Drago, é outra discussão, que faz todo o sentido e cabe no âmbito desta Comissão, ou seja, se foi bem feito, quem é o responsável, se havia outro tipo de opções, de que forma é que foi feito, qual era a legislação, quem eram os supervisores, enfim, esta é a matéria desta Comissão e é nela que devemos centrar-nos e não nas questões que, até agora, aqui foram trazidas.

Mas não podemos ter afirmações como as que foram proferidas, ao longo deste período, nas audições e noutros fóruns, por alguns Deputados desta Comissão, particularmente do Partido Socialista, que tem muitas responsabilidades quer nas questões que foram suscitadas sobre os *swaps*, enquanto esteve no Governo, quer enquanto partido responsável pelo Governo que esteve anteriormente em funções e, designadamente, por ser o partido que é o Partido Socialista.

Portanto, estas afirmações, a exigir a demissão da Sr.^a Ministra, no sentido de que mente... Enfim, nem queria voltar a esta questão, mas estou a voltar a ela porque gostava que ficasse definitivamente fora deste âmbito, já que não faz qualquer tipo de sentido. Estamos hoje a ouvir a Sr.^a

Ministra e não é sequer razoável duvidarmos do que está a dizer, depois do que nos disse aqui na intervenção inicial.

Penso que deve haver bom senso e é este apelo que faço na fase inicial da minha intervenção, neste tom e nestes termos, porque a matéria é demasiado delicada e importante, tem a ver com pessoas, com governantes, com a Sr.^a Ministra e, como disse aqui, e muito bem, com o carácter. Portanto, estas questões são muito delicadas e não é de ânimo leve que se devem fazer afirmações sobre governantes ou quem quer que seja.

A Sr.^a Hortense Martins (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras da oradora.*

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — E ex-governantes também!

Portanto, esta matéria deve ser colocada nos termos corretos e não naqueles em que foi colocada até agora.

A Sr.^a Ministra disse aqui, novamente, há pouco, numa resposta que deu, que os contratos tinham de ser devidamente analisados, recolhidos junto das empresas. Sem uma análise profunda dos contratos não era possível perceber o que estava em causa, porque, muitas vezes, aqui, nesta Comissão e noutros fóruns, fala-se muito de contratos *swap* mas não se percebe do que se está a falar. Contratos *swap* há em várias empresas, o que é preciso é perceber os termos do contrato.

A pergunta que lhe faço é esta: quando é que a Sr.^a Ministra, o Governo ou o IGCP se aperceberam de que havia este tipo de contratos, e, pelo que sempre percebi, esse foi o momento em que tiveram de atuar sobre esses contratos?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, parecem-me úteis as perguntas do Sr. Deputado Afonso Oliveira e também me parece útil que possamos analisar aqui a razão ou, melhor, analisar este tipo de contratos, perceber até por que é que eles existiam e explicar — e esta é a missão que me cabe junto desta Comissão de Inquérito — de que forma é que abordámos o problema e por que razão é que defendemos que a solução encontrada foi a melhor. Esta parece-me, de facto, uma forma importante de centrar a questão naquilo que, a mim, me diz respeito.

De facto, esta matéria, em particular, presta-se a muitas interpretações erradas, como todas as matérias de grande complexidade técnica. Quando estamos a falar de um assunto muito técnico, quer seja financeiro, quer seja de qualquer outro âmbito, há um conjunto de especialistas, que, naturalmente, é reduzido, face ao comum dos cidadãos, que percebe do assunto e, depois, há um conjunto de pessoas que têm, algumas, umas noções mais claras e outras menos claras. E é muito fácil manipular afirmações para parecer que se disse aquilo que não se disse ou para parecer que as coisas são piores ou melhores do que aquilo que são.

Portanto, a primeira coisa que quero deixar bem clara e que, aliás, já havia explicado, é que, efetivamente, quando olhamos um contrato *swap*... Talvez não seja pior, se os Srs. Deputados me permitirem, começar por explicar o que é um contrato *swap*, até para desmistificar um bocadinho a ideia que toda a gente parece ter, hoje em dia, de que é uma coisa horrível.

Por exemplo, nós, em Portugal, fazemos o crédito à habitação com uma taxa de juro variável, ou seja, faz-se o crédito à habitação com uma taxa de juro indexada à Euribor, paga-se a Euribor e mais um *spread* — é

assim que os portugueses pagam o crédito à habitação. Em muitos outros países, como a Alemanha, por exemplo, e os Estados Unidos, não é essa a prática. Aí, quando as pessoas contratam um crédito à habitação, por 30 anos, fixam a taxa de juro e vão pagar 4, 5 ou 3, o que for. Ora, é sempre possível, através deste instrumento financeiro, dizer: «Bom, prefiro pagar uma taxa fixa». O que é que sucede? Pego naquela taxa variável, vou ter com um banco e digo-lhe que fazemos uma troca, porque é isso que *swap* significa. Digo ao banco: «Dá-me o dinheiro que tenho de pagar, nesta taxa variável, e pago uma taxa fixa ao longo deste tempo». Isto é um *swap* e é uma forma perfeitamente legítima.

Há pessoas que preferem dizer: «Quero pagar sempre a mesma prestação, prefiro não ter incerteza; se calhar, umas vezes pago mais, outras vezes pago menos, mas quero pagar sempre a mesma prestação». Há outras pessoas que preferem dizer: «Não, eu aguento, mesmo quando as coisas correm menos bem, e prefiro beneficiar, quando as taxas estão baixas». Qualquer das opções é legítima, mas um *swap*, na sua forma mais simples, é apenas isto. Isto, para dizer que os *swaps* não são, necessariamente, coisas temíveis.

Agora, aquilo que, efetivamente, aconteceu em muitas das empresas tem a ver com o tipo de instrumentos que foram contratados, ou seja, em vez de termos estas posições simples, temos operações de grande complexidade.

Os Srs. Deputados tiveram acesso ao ficheiro descritivo da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, tiveram acesso ao relatório do IGCP, que não traz as características dos contratos, cita um ou outro, a título de exemplo, mas aquele ficheiro refere, naquelas duas células de *Excel*, qual é a fórmula utilizada para dizer quanto é que se paga e quanto é que se recebe em cada contrato. A única coisa que se consegue perceber, olhando para aquilo, é

que, de facto, é complexo. Devo dizer aos Srs. Deputados, e sei alguma coisa de *swaps*, que teria dificuldade em saber exatamente ou demoraria bastante tempo para conseguir fazer o cálculo da taxa que se recebe e que se paga ali, em alguns daqueles contratos.

Mas a verdadeira razão para isto ter demorado é que, de facto, havia muito mais informação por detrás. E devo também dizer aos Srs. Deputados que, quando o trabalho começou, não sabíamos o que íamos encontrar, ou seja, não foi como se olhássemos e disséssemos, imediatamente, «isto deve ter *day one PV*, deve ter versões anteriores, deve ter outras razões», não sabíamos. Foi um trabalho de recolha e tratamento de informação que nos permitiu ir descobrindo.

Quando o Sr. Deputado me pergunta se sabíamos que havia *swaps*, tenho de dizer que toda a gente sabia que havia *swaps*. Eu própria tinha contratado *swaps*, quando estava na REFER, eu sabia que havia *swaps*. E havia rumores no mercado de que algumas empresas teriam problemas nessa matéria. Ou seja, nesse sentido, eu sabia, e tanto sabia que havia *swaps* e que havia uma obrigação, no Memorando de Entendimento, de fazer um relatório onde essas responsabilidades viessem explícitas que tive o cuidado de, na primeira conversa que tive com o Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, lhe pedir que me mandassem informação sobre o financiamento e o outro lado da questão do financiamento, que era a parte dos *swaps*.

Agora, entre saber que há *swaps* no mercado, entre ter um conhecimento no sentido de que se ouvia falar que havia problemas, a saber exatamente que problemas existiam, a perceber que informação era necessária para compreender a sua real dimensão... E estamos a falar de riscos financeiros, mas também de riscos jurídicos. Recordo aos Srs. Deputados que estes contratos estão sujeitos à lei inglesa, o que introduz

uma complexidade adicional, que é a de perceber quais são os direitos da parte pública. Todos temos essa informação e sabemos disso.

Portanto, estamos a falar de uma matéria que nunca poderia ser abordada de ânimo leve. E os Srs. Deputados também compreenderão que muitos ou a maior parte dos bancos com quem tivemos esta negociação dura para conseguir estas poupanças são os mesmos bancos que ajudam a República no regresso aos mercados. Não foi uma escolha leviana, dizendo: «Vamos ameaçar os bancos de os pôr em tribunal, se não conseguirmos o desconto». Não se chega ao ponto de dizer aos grandes bancos internacionais «ou os senhores aceitam as propostas de negociação que nos permitem chegar a um resultado que entendemos ser razoável, ou estamos dispostos a fazer isto em tribunal». Não é uma coisa que se faça de ânimo leve, porque tem muitas consequências para o Estado, desencadeia, inclusivamente, pedidos de indemnização, consequências financeiras para o Orçamento do Estado. Portanto, havia toda esta envolvente dos contratos.

Mas, para que fique absolutamente claro, quando se diz que não se tinha informação, não se tinha um alerta para o problema, não houve um alerta a dizer que era um problema. Havia esta noção e este conhecimento de que o problema existiria, mas não havia nada, da parte do Governo anterior, que nos dissesse: «Atenção, nós já vimos que há este problema, a informação que pedimos pode servir para isto, tomámos esta ou aquela medida». Esse alerta não houve e essa solução, mais uma vez, não existia.

Volto a dizer o que disse há pouco: aquilo que existia era uma proposta de procedimento, nada mais do que isso. Não havia nenhuma proposta de empresas, de reestruturação da sua carteira, que viesse a ser apresentada.

Como disse aos Srs. Deputados, quando cá estive, no dia 25, fui abordada pelos bancos, que me disseram que havia cláusulas de

vencimento antecipado. Por isso mesmo, comecei, de imediato, em conversas — e há um *email*, de 31 de agosto, que o prova, para não ficarmos apenas pelas conversas —, a envolver o IGCP. Aliás, há um conjunto de outras trocas de *emails* — alguns que distribuí aos Srs. Deputados — que provam que eu mandava os bancos falar com o IGCP e que encaminhava para o IGCP todas as sugestões que os bancos faziam, para o IGCP fazer essa análise. Portanto, estive sempre envolvida, desde o início, a entidade que nós, neste Governo, entendemos que deve estar envolvida. E reparem, Srs. Deputados, que, nos casos em que o Estado dá uma garantia a um financiamento, fá-la sempre passar primeiro pelo parecer do IGCP, porque sabe que isso implica responsabilidades. Ora, aqui, estamos a falar da mesma coisa, e deve passar pelo IGCP.

Devo dizer, em abono da verdade, que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças, sempre que questionada sobre contratos *swaps* — quando eu cheguei e antes de eu chegar foi sempre a atitude dos serviços —, sempre que questionada sobre uma operação de *swap* — sempre! —, pedia parecer ao IGCP.

Portanto, dentro dos serviços, esse circuito até já estava a funcionar, o que acontecia é que as empresas não mandavam nada; só a partir do despacho de 9 de junho de 2011, do anterior Secretário de Estado, é que este circuito passou a ser obrigatório, antes disso não era. No entanto, houve um conjunto de informação que foi enviado, pelo menos a partir de janeiro de 2009, embora haja outros ofícios nos arquivos da Secretaria de Estado que demonstram que a tutela era frequentemente informada da contratação destes produtos, mas não houve, por opção — e, enfim, essa opção é explicada por quem a tomou —, a iniciativa de dizer a outra entidade qualquer, como o IGCP, a Caixa ou quem fosse, «olhem lá para este contrato e vejam se isto tem problemas». Não houve essa análise! A

informação foi enviada mas, tanto quanto sabemos, nada mais foi feito com ela a não ser um ficheiro de *Excel*, que descreve algumas coisas. Só isso! E isso, Srs. Deputados, era francamente muito pouco para começar; na prática, foi começar do zero.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr.^a Ministra, foi muito clara e agradeço a sua explicação, porque também é importante dar essa explicação, para que se perceba, claramente, o que está aqui em causa. Nem sempre estamos a falar de *swaps*, estamos a falar de vários tipos de *swaps*, de tipos de contratos, e a explicação que deu foi muito clara.

Mas, a propósito do que falou e de se poder atuar mais cedo, já agora, gostava de lhe colocar uma outra questão e, depois, regresso, novamente, ao IGCP e ao trabalho desenvolvido a esse nível.

Em 2008, foram identificados pela IGF problemas com esta área dos *swaps*; em 2009 foi emitido um despacho pelo então Secretário de Estado Costa Pina. Nessa altura, identificando o problema, ou — pelo menos agora, analisando os documentos que temos — sendo perceptível, podia ter havido uma ação mais proactiva para se atuar sobre estes contratos. A verdade é que, após este despacho, até 2011 passaram cerca de dois anos e meio e, que se saiba — não sei se tem, ou não, essa informação ao nível do Ministério —, com este despacho não puderam nem evitar a contratação destes *swaps* nem atuar sobre os contratos já existentes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, o despacho de 2009 dava orientações genéricas às empresas para a contratação deste tipo de instrumentos, dizendo que deviam contratar instrumentos adequados e que, após a contratação, tinham 30 dias para enviar os contratos à Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Como eu disse, pelo que tenho conhecimento, com essa informação que terá sido recolhida nada foi feito; não tenho conhecimento nem encontrei matéria na Secretaria de Estado que me permita dizer que alguma coisa foi feita. Essa informação terá sido enviada, pode estar na base daquele ficheiro de *Excel*, com aquelas linhas que têm uma descrição sumária de algumas características dos contratos, mas desconheço o que mais possa ter sido feito nessa matéria.

O Sr. Presidente: — Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — A conclusão é minha, mas está de acordo com aquilo que ouvimos nesta Comissão da parte do ex-Secretário de Estado Costa Pina e com a resposta que a Sr.^a Ministra agora deu. Olhando para o despacho, a conclusão não é só minha, é do próprio despacho. Porque o despacho diz: façam contratos e enviem-nos para a Direção, ou seja, não há nenhum controlo prévio do tipo de contratos, não há nenhuma ação de supervisão.

A verdade é que, perante um problema com esta dimensão, o Governo — o Ministério das Finanças, o então Ministro das Finanças e a Sr.^a Ministra, na altura Secretária de Estado — assumiu o problema e transferiu a gestão para o IGCP, que era quem tinha conhecimento técnico e *know-how*, como foi aqui referenciado, várias vezes, para o IGCP acompanhar e gerir este processo.

Para que não restem dúvidas, gostaria que a Sr.^a Ministra nos dissesse porque é que só foi possível ao Governo resolver o problema nesse momento. Já aqui explicou, de alguma forma, a questão dos contratos, mas, para que não haja qualquer dúvida, gostaria que explicasse que quando o IGCP pega no processo, e é analisado com mais profundidade o tipo de contratos, é o momento em que é possível atuar da forma como o Governo atuou na fase final, em que negocia com os bancos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o processo foi, de facto, longo e teve várias etapas.

Como já disse na Comissão de Inquérito, no momento inicial não sabíamos que solução iríamos implementar. Ou seja, não se trata de dizer que estivemos a implementar os instrumentos para aquela solução; tivemos de implementar instrumentos para tornar possível a solução que viesse a ser acordada.

Porque é que surge, primeiro que tudo, a questão do IGCP? A primeira ameaça, a ameaça mais premente que tínhamos, era o exercício das cláusulas de vencimento antecipado, algumas delas relacionadas com o *rating* e outras cláusulas contratuais que davam, a qualquer das partes, o direito de, em determinadas datas, considerar o contrato vencido e exigir o pagamento do montante de mercado que na altura estivesse a cotar.

Portanto, inicialmente, o que fizemos foi ponderar a solução de passar os contratos para o IGCP de modo a que este passasse a ser a contraparte direta e, dessa forma, resolver o problema de desconforto dos bancos com essa exposição, para evitar o exercício antecipado. A análise

começa com uma sugestão nessa linha, mas a questão é que o processo é evolutivo.

À medida que vamos entrando na situação, à medida que vamos analisando as propostas que os bancos fazem e as sugestões que apresentam, à medida que vamos recolhendo e tratando informação, vamos tendo um quadro mais completo e vamos formando opiniões, vamos envolvendo financeiros e jurídicos para perceber, para cada um dos casos e para cada um dos bancos, qual era a melhor atuação. Isto foi feito em simultâneo com a análise de contratos, por exemplo, da Região da Autónoma da Madeira.

Enfim, há uma questão de derivados no setor público em geral que exigiu muito tempo. Recordo-me de esta matéria ter sido discutida com o departamento jurídico do IGCP e de, a dada altura, eu ter sugerido dar um despacho para o IGCP tratar formalmente do processo. Foi-me explicado que, não havendo um decreto-lei, eu não podia dar um despacho nesse sentido. Portanto, foi numa base mais informal, se lhe quisermos chamar assim, mas que não deixa de ser uma relação de tutela com um organismo tutelado, que o IGCP acompanhou o processo até estarem em vigor os seus estatutos; a partir daí, assumiu um papel mais formal junto das empresas. Mas isso não impediu, como já disse e demonstrei, que o trabalho tivesse começado a ser feito muito antes.

Explico, mais uma vez, pois parece-me importante que as pessoas compreendam isto, porque é que o processo demorou muito tempo: porque demorou tempo até ser encontrada a própria solução identificada. Não olhámos para aquele problema, percebemos os seus exatos contornos e pensámos: «vamos fazer desta maneira». Não foi assim! O processo é demasiado complexo, não foi assim!

A primeira coisa que decidimos foi que não iríamos tomar decisões casuísticas sem perceber o que faríamos ao todo. E começámos a trabalhar a informação. Tivemos um processo legislativo em simultâneo, tivemos uma mudança de conselho de administração em simultâneo — enfim, tivemos muitas outras coisas em simultâneo mas que não dizem respeito ao caso *swaps* —, mas fomos sempre trabalhando e o IGCP foi sempre dando apoio nesta matéria.

A própria Direção-Geral do Tesouro e Finanças ajudou a passar informação para o IGCP. A DGTF não tem recursos técnicos para fazer a análise, portanto, até que o IGCP pudesse ter uma interação direta com as empresas, servia de veículo nos contactos ou nos pedidos de informação que fossem necessários. Aliás, numa fase mais adiantada, como referi aqui também, a própria Inspeção-Geral de Finanças foi solicitada a colaborar neste processo porque se entendeu que era importante que fosse às empresas verificar que outra informação, eventualmente, lá existiria que nos pudesse ser útil.

Portanto, este foi um trabalho que envolveu várias entidades do Ministério das Finanças e, à medida que fomos compreendendo o problema e as várias faces do mesmo, fomos construindo a solução, que acaba por vir a ser bastante diferente daquela que inicialmente tínhamos pensado. E ainda bem, porque esta solução é francamente muito melhor para nós do que a solução que de início estava pensada, que consistia simplesmente em simplificar as estruturas e em passá-las para o IGCP. Esta solução, ao resolver os problemas em definitivo, é francamente uma solução melhor. Tanto mais que a conseguimos com um desconto muito significativo sem haver incumprimentos, que podiam ter consequências perigosas.

Portanto, a demora teve muito a ver com tudo isto, ou seja, com o tempo que foi necessário para perceber o problema, para pensar em

soluções, para verificar se as soluções eram exequíveis e se eram as melhores, para analisar os aspetos financeiros e jurídicos e para alterar um diploma. Aquilo de que os Srs. Deputados tomam conhecimento é o resultado do processo.

Gostaria de chamar também a atenção para um aspeto que me parece importante: a única razão para que o valor de mercado dos contratos se tenha deteriorado é a variação da taxa de juro. Não há novos contratos, não há modificações nos contratos, há o impacto de uma variável que o Governo não controla. É importante ter este aspeto presente porque, pela maneira como as coisas são apresentadas e dada a complexidade da matéria, pode parecer que foi incúria do Governo deixar que a questão se deteriorasse.

O aumento do valor de mercado é resultado da evolução da taxa de juro — apenas! Não são novos contratos, não é uma alteração aos contratos existentes. Aquilo que existia em termos de contratos quando chegámos — eu ia dizer que é aquilo que existe hoje mas não é verdade, porque já foram desfeitas muitas operações — é exatamente aquilo que, ao longo do tempo, foi dando origem a variações no valor de mercado, que eram responsabilidades potenciais e que ameaçavam materializar-se por causa da existência destas cláusulas de vencimento antecipado.

Parece-me também muito importante esclarecer que a deterioração do valor tem a ver apenas com a taxa de juro, e não com qualquer atuação deste Governo; é o resultado de uma variável que não se controla. Contudo, como ficou demonstrado, muitos dos contratos que existiam não protegiam as empresas. E tanto não protegiam que a evolução da taxa de juro deu origem a uma deterioração do valor. Mas foi apenas a variação de uma variável de mercado, que o Governo não controla, naturalmente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Afonso Oliveira.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr.^a Ministra, essa explicação é muito interessante, porque ficamos com uma visão muito clara do que foi feito.

Já agora, regresso a uma questão que me parece importante. Após um número já muito significativo de audições nesta Comissão de Inquérito, há já alguns factos que são indiscutíveis: nenhum dos contratos problemáticos realizados pelas empresas públicas se efetuou durante o mandato deste Governo. Não pode haver sobre isto nenhuma dúvida porque é um facto, e é claro.

Quase todos os contratos foram realizados durante o mandato do anterior Governo, com o Ministro das Finanças Teixeira dos Santos e o Secretário de Estado do Tesouro Costa Pina. Inclusivamente, o ex-Secretário de Estado Costa Pina até reconheceu aqui, como já foi referenciado, que teve conhecimento do problema, nomeadamente, numa reunião realizada, a solicitação da Metro de Lisboa, nas Finanças em 2010. Portanto, há um conhecimento do problema mas não há uma ação sobre o problema.

Já agora, menciono uma outra questão. O Sr. Presidente do Tribunal de Contas refere, numa entrevista dada à *Antena 1*, que tinha alertado antes para o facto de que o dinheiro ganho com os *swaps* foi depois perdido no dobro ou no triplo. Há, portanto, um alerta muito forte do Tribunal de Contas. Se tivesse havido uma ação mais forte a este nível poder-se-ia ter evitado esta situação?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, naturalmente, se os contratos não tivessem sido celebrados, ou se se tivesse atuado sobre eles mais cedo, o resultado teria sido diferente.

Sobretudo, e por aquilo que decorre de alguns alertas de auditorias da Inspeção-Geral de Finanças ou do Tribunal de Contas anteriores à entrada em funções deste Governo, se, de facto, tivesse havido um controlo sobre as empresas que as impedisse de celebrar os contratos, nomeadamente, sem que o IGCP se pronunciasse, como acabou por vir a ser determinado no último despacho (não posso garantir que tenha sido o último despacho, mas é o último de que tenho conhecimento) do anterior Secretário de Estado, de dia 9 de junho, portanto, se isso tivesse sido feito mais cedo, é verdade, Sr. Deputado, que muitos problemas se teriam evitado.

É que alguns dos *swaps* complicados em que houve pedido de parecer ao IGCP não foram realizados porque o IGCP disse que não. Portanto, se mais cedo tivesse sido estabelecido um mecanismo que obrigasse a este procedimento, de facto, a partir desse momento, fosse ele qual fosse, parte do problema teria sido evitado.

A verdade é que quando esse mecanismo, ou procedimento, é estabelecido através de um despacho já não há novas operações. Por essa altura já não há novas operações, e não as há porque os bancos deixaram de estar disponíveis para aumentar o risco de exposição às empresas públicas neste tipo de contratos. É que entrámos numa situação de programa de financiamento da própria República e os bancos começaram a ficar desconfortáveis com o risco de Portugal e com o risco das empresas. Portanto, os próprios bancos deixaram de oferecer estes contratos às empresas.

Contudo, se o procedimento definido a 9 de junho de 2011 tivesse sido definido mais cedo, a partir desse momento ter-se-ia, seguramente, evitado essas coisas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Afonso Oliveira (PSD): — Sr.^a Ministra, fica claro que, apesar do alerta do IGF em 2008, aqui referenciado pelo então Inspetor-Geral, apesar do despacho de 2009, que não resolve nenhum problema, e porque, infelizmente, o outro despacho só surge em 2011, como também já foi aqui demonstrado em várias audições, chegámos ao ponto a que chegámos. Portanto, isto era perfeitamente evitável e poder-se-ia ter trabalhado mais cedo sobre esta matéria se houvesse uma identificação e uma ação sobre o problema. Para nós, hoje, nesta audição, ficou muito claro que um trabalho mais desenvolvido, com mais força, com convicção, com conhecimento, de acompanhamento, controlo e supervisão sobre esta área poderia ter resolvido esta questão.

Sr.^a Ministra, agradeço as suas respostas.

Sr. Presidente, se me permite, e porque esta é a minha última questão, deixe-me só dizer que esta manhã tivemos na Comissão o Dr. Vítor Gaspar, que referiu muito claramente (quero fazer referência a este aspeto para que se mantenha o tom desta audição, e espero bem que se mantenha porque é assim que deve ser) que a Sr.^a Ministra disse sempre a verdade e teve um comportamento exemplar. Disse isso mais do que uma vez durante a audiência, todos os Deputados o ouviram, espero que todos o percebam da mesma forma como eu percebi e quero aqui reafirmá-lo, nos termos em que foi dito.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, queria só fazer um comentário relativamente ao que o Sr. Deputado disse sobre o despacho de 2009.

Vou dar um exemplo: não sei por que razão é que ele foi dado nesses termos, mas se, naquele despacho de 2009, onde se diz que «os contratos devem ser enviados para a DGTF» se tivesse dito «os contratos devem ser enviados para o IGCP», seguramente teríamos uma situação diferente.

E sendo eu Secretária de Estado da tutela, quando estava nessas funções, sabia – e o Sr. Secretário de Estado Costa Pina sabê-lo-ia também, com certeza –, qual das duas entidades que tutelava teria capacidade para fazer essa análise.

Portanto, em vez de se dizer «enviem os contratos para a DGTF» – imagino que para arquivo, porque, que eu saiba, não lhe deram outro andamento –, se se tivesse dito «enviem os contratos para o IGCP», seguramente, o problema teria sido detetado mais cedo e, pelo menos, aquela fase final teria sido evitada. O que vinha de trás já não, mas aquela fase final, pelo menos, teria sido evitada.

O Sr. Presidente: - Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, queria fazer-lhe um conjunto de perguntas e agradecia antecipadamente que fosse tão objetiva quanto as perguntas procuram ser.

Na sua audição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, o ex-Secretário de Estado Costa Pina referiu que foi ele que tomou a iniciativa

de a contactar telefonicamente, colocando-se à disposição. Confirma essa iniciativa?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Confirmando sim, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Nessa mesma audição, o ex-Secretário de Estado Costa Pina referiu que foi V. Ex.^a quem indicou a data em que essa reunião iria ter lugar. Confirma esta informação?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, deduzo que combinámos em função da disponibilidade de ambos.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - É que o ex-Secretário de Estado refere expressamente que se tinha colocado à sua disposição e, portanto, terá sido essa a data que referiu e que confirma.

Essa reunião ocorreu a 29 de junho, ou seja, no dia posterior à sua tomada de posse. Confirma?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Confirmando, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Na véspera dessa reunião, dia 28 de junho, dia da sua tomada de posse, o Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Dr. Pedro Felício, referiu nesta Comissão de Inquérito que falou consigo sobre vários temas, entre os quais o dos *swaps*. Confirma a existência dessa conversa?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, o *email* do Dr. Pedro Felício diz que me envia a informação que eu lhe solicitei nessa conversa que tivemos e que foi sobre financiamento e sobre *swaps*, nomeadamente sobre o ponto de situação da recolha de informação necessária para o relatório da troica que deveria ter sido concluído até 15 de julho e que depois, enfim, teve alguns atrasos.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - A pergunta foi objetiva a resposta não foi tão objetiva quanto deveria ser, mas confirma que houve essa conversa.

Porquanto, a pergunta subsequente – e V. Ex.^a já se adiantou – é que V. Ex.^a solicitou ao Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças uma informação sobre a situação dos *mark-to-market* 2010 dos *swaps* nas principais empresas do Estado.

Portanto, o que lhe pergunto é se no dia da reunião com o ex-Secretário de Estado Costa Pina, no dia 29, recebeu, a seu pedido, feito na véspera, como acaba de confirmar, do Sr. Diretor-Geral do Tesouro e

Finanças uma informação dando conta de que o valor *mark-to-market* do setor empresarial do Estado reportado apenas a quatro empresas ascendia, estimadamente, a perdas negativas de 1300 milhões de euros. Confirma?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, deixe-me fazer uma pequena correção: não pedi informação sobre o *mark-to-market* nas principais empresas. Pedi informação sobre o *mark-to-market* nas empresas todas e o que me foi prestado nesse primeiro momento foi sobre as principais, porque o resto da recolha de informação ainda estava em curso. E, de facto, o valor que consta, se a memória não me falha, é da ordem dos 1300 milhões de euros, sim.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Agradeço essa precisão que me leva a instá-la relativamente ao teor dessa informação.

Portanto, o teor dessa informação prestada a sua solicitação, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, refere-se às principais empresas do Estado, sendo certo que, como vem referido nesse *email* – e é isso que peço que me confirme –, demais informação está em atualização no âmbito do calendário da troica. Confirma a receção deste *email*?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, não só confirmo a receção desse *email* como acabei de dar uma cópia ao Sr. Presidente para que fosse distribuído aos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr.^a Ministra, uma pergunta muito objetiva: a existência de 1300 milhões de euros de perdas potenciais do setor empresarial do Estado pode deixar de ser considerado um alerta?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, um alerta para a existência de um problema? Sim, mas recordo, Sr. Deputado – e vai deixar-me concluir –, que eu pedi a informação.

Chamar um alerta a uma resposta que é dada a uma informação que eu peço... Temos de ter muito cuidado com as palavras...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: - Peço aos Srs. Deputados, como já pedi por várias vezes, que criem condições para que quem fala de um lado e de outro se faça ouvir adequadamente.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto brandão (PS): - Sr. Presidente, registei o nervosismo dos Srs. Deputados.

Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, no dia da reunião com o ex-Secretário de Estado Costa Pina, cuja data foi por si marcada, já lhe tinha sido referida a existência de perdas potenciais, na véspera, em conversa com o Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, e no dia da reunião tida com o ex-Secretário de Estado Costa Pina V. Ex.^a já saberia que essas perdas potenciais seriam superiores a 1300 milhões de euros, na medida em que essa informação era reportada apenas a quatro empresas, pelo que o valor de perdas potenciais seria substancialmente superior.

Ora, o ex-Secretário de Estado Costa Pina disse nesta Comissão de Inquérito que a questão dos *swaps* foi abordada na reunião com V. Ex.^a e que lhe foi sugerido nessa reunião que, relativamente a essa matéria, chamasse o Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, que estaria a fazer a inventariação dessa matéria.

A Sr.^a Ministra confirma a abordagem dessa questão na reunião com o ex-Secretário de Estado Costa Pina?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Não, Sr. Deputado, não confirmo.

A informação solicitei-a ao Dr. Pedro Felício. no dia 28; foi-me remetida no dia 29, não lhe sei dizer se a vi antes ou depois da reunião com o Dr. Costa Pina, não me lembro e não me lembro precisamente porque esse tema não foi abordado na nossa reunião, portanto não consigo precisar. Sei que a informação me foi enviada, sei a que horas me foi enviada, mas não sei precisar a que horas é que eu a vi, abri o *email* ou me debrucei sobre ela.

Nós, nessa reunião, como já disse aos Srs. Deputados, falámos, essencialmente, do BPN, que era a questão mais premente e mais urgente que eu tinha em mãos. Falámos longamente sobre essa matéria e, inclusivamente, falámos sobre os bancos que, nessa altura, ainda podiam estar interessados... Esse foi o tema central da minha reunião com o ex-Secretário de Estado.

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr.^a Ministra, vai desculpar-me mas vou apelar a um esforço de memória, porque não é irrelevante essa resposta. Registo que a Sr.^a Ministra se tenha recordado de tudo até este momento e, de repente, não se recorda da receção deste *email*.

É importante, até para termos a perceção daquilo que, aliás, trouxe V. Ex.^a hoje a esta Comissão, que, tendo a Sr.^a Ministra sido alertada por um *email* enviado, a seu pedido, pelo Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, onde são inventariadas já perdas potenciais de 1300 milhões de euros, e tendo colocado essa questão ao Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças na véspera da reunião, a não tenha colocado ao ex-Secretário de Estado, uma vez que já estava na posse dessa informação. E se, repito, colocou a questão ao Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças não é crível que não a tenha colocado ao ex-Secretário de Estado das Finanças, mesmo que ele, espontaneamente, não o tivesse feito.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, quanto ao que é crível ou não crível, essa é uma questão de opinião.

Gostaria de reiterar que não fui alertada pelo Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças. O Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, ou melhor o ex-Diretor-Geral, enviou-me um *email* que continha essa informação, mas isso não é dizer que eu fui alertada para.

Na conversa com o Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças perguntei-lhe que informação já existia sobre a matéria para incluir no reporte, mas isso não é um alerta, é um pedido de informação aos serviços sobre os dois assuntos: financiamento e derivados, sendo que o financiamento era o mais premente, pelas necessidades de financiamento brutais que tínhamos até ao final desse ano, conforme esclareci, mas também sobre os derivados, nomeadamente devido à obrigação de reporte incluída no Memorando de Entendimento.

Mas, tal como tive ocasião de dizer e quanto à questão do que é crível ou do que não é crível, Sr. Deputado, referi na minha intervenção inicial que aquilo que o ex-Secretário de Estado Costa Pina se lembra da reunião com o Prof. Vítor Gaspar é factualmente impossível. É que ele lembra-se de eu ter transmitido uma preocupação ao Dr. Vítor Gaspar antes mesmo de o conhecer...

Portanto, quanto à memória do ex-Secretário de Estado Costa Pina quanto ao que se passou nessas reuniões já tive ocasião de dizer, Sr. Deputado, que tem falhas graves. Portanto, quando o Sr. Deputado diz que o que é crível ou não é crível, estamos a referir-nos à memória de uma pessoa que, relativamente a essa matéria, tem uma memória que, objetivamente, não corresponde à verdade.

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr.^a Ministra, não posso deixar de registar – é um mero comentário – que V. Ex.^a, inquirida sobre uma conversa que teve com um interlocutor, tenha baseado a sua resposta numa conversa que não a abrangeu.

Portanto, fiz-lhe uma pergunta direta e, uma vez que tem um problema de memória, vou reformular a questão e pergunto-lhe em que momento é que V. Ex.^a tomou conhecimento do *email* que lhe foi dirigido, datado de 29 de junho, pelo Sr. Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Pedro Felício, dando conta da previsibilidade de perdas potenciais no setor empresarial do Estado, reportada a apenas quatro empresas, no valor orçado em 1300 milhões de euros?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra a Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, eu recebo muitos *email* por dia e muitas vezes não consigo sequer abri-los no próprio dia...

Já disse ao Sr. Deputado que não lhe sei dizer a que horas vi o *email*. Não lhe sei dizer se foi antes ou depois da reunião... Não me lembro se vi o *email* antes ou depois da reunião.

Mas se tivéssemos abordado esse tema na conversa talvez a minha memória sobre a hora do *email* fosse mais concreta; a verdade é que não abordámos, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: - Queira continuar, Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): - Sr.^a Ministra, o grande problema é que, como a Sr.^a Deputada Ana Drago há pouco referiu, V. Ex.^a é vítima das suas próprias palavras e da construção que tentou inventar – aquilo a que, tecnicamente, podemos chamar uma tentativa de construção de uma insinuação persuasiva – e os factos demonstram já que V. Ex.^a faltou à verdade.

Quando V. Ex.^a referiu nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que quando chegou a essas funções não encontrou uma referência ao problema, os factos demonstram que, pelo menos, tinha a referência de que havia um problema orçado em, pelo menos, 1300 milhões de euros, como consta do documento que lhe foi enviado a seu pedido e datado de 29 de junho.

E porque é que eu refiro 29 de junho enfaticamente? Porque V. Ex.^a faltou também à verdade quando disse que se tivesse sido alertada no dia 30 de junho era capaz de ter atuado um pouco mais cedo. Bom, mas eu até posso dizer V. Ex.^a não faltou à verdade, na medida em que não foi alertada no dia 30 de junho mas, sim, no dia 29 de junho, como documentalmente resulta demonstrado.

O grande problema é que, quando se constrói uma insinuação persuasiva, ou seja, quando se tenta inculcar uma ideia falsa no destinatário, ela tende a esboroar-se perante vários factos e, aliás, hoje, há pouco, V. Ex.^a fez uma referência que, claramente, a desmente de imediato quando alegou que pretendeu na audição com esta Comissão de Inquérito, quando se referiu à reunião de passagem de pastas, referir-se apenas à passagem de pastas entres Secretários de Estado e não à passagem de pastas entre Ministros...

Ora, a menos que V. Ex.^a seja como o rei Luís XIV, que, como se sabe, dizia «o Estado sou eu», portanto, a menos que V. Ex.^a incorpore esse princípio e diga que «o Governo é V. Ex.^a», quando V. Ex.^a referiu nesta Comissão de Inquérito que, quando este Governo entrou em funções, o problema existia e que, apesar disso, na transição de pastas nada foi referido a respeito desta matéria, é óbvio que todos nós interpretamos também como a passagem de pastas entre Ministros e V. Ex.^a afirma que...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, isto tem regras. Peço aos Srs. Deputados que não condicionem mentalmente quem estiver no uso da palavra, seja quem for.

Uma coisa é um à parte, outra coisa é condicionar quem está no uso da palavra. Não o deixarei fazer em relação à Sr.^a Ministra, como também não o deixarei fazer a qualquer um dos Srs. Deputados presentes. Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — Agradeço, Sr. Presidente, e concluo. E a insinuação persuasiva é tão notória que o próprio Ministro Vítor Gaspar se viu na obrigação de vir a público explicar e confirmar que tinha havido transmissão de informação entre pastas.

Ora, obviamente, se não se sentisse atingido nessas declarações, e V. Ex.^a teria, *urbi et orbi*, declarado que a transição de pastas era apenas entre Secretários de Estado, o próprio Ministro não viria, ele próprio, confirmar aquilo que resultou de ser verdadeiro, ou seja, que houve transmissão de informação, que V. Ex.^a, a 30 de junho, tinha sido alertada para o problema

e que, portanto, nessa medida, V. Ex.^a não prestou informação verdadeira,...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Filipe Neto Brandão (PS): — ... pelo que a única coisa que posso concluir, divergindo do Sr. ex-Presidente do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, é que a mentira que V. Ex.^a proferiu nesta Comissão não terá sido assim tão pouco substancial.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, os factos demonstram que não faltei à verdade.

Quando falamos das pastas de transição... Vamos seguir o argumento do Sr. Deputado, que diz que a menos que eu entenda que *L'État c'est moi*, como o Rei Luís XIV... daqui a pouco estamos a discutir o que é que estava na pasta de transição do Sr. Primeiro-Ministro, do Sr. Ministro da Saúde ou de outra pessoa qualquer.

Obvia e objetivamente, referi-me, e foi aqui dito, nesta Comissão, à pasta de transição entre Secretários de Estado e é essa que releva para a informação entre as funções que transitam entre o Governo.

Protestos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a mesma questão mantém-se. Sr.^a Ministra, queira desculpar.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Obrigada, Sr. Presidente.

Na pasta de transição entre Secretários de Estado nada consta sobre essa matéria.

Quando o Sr. Deputado diz que se eu tivesse sido alertada a 30 de junho, reitero, Sr. Deputado, que não recebi nenhum alerta, recebi um *email* que tinha uma resposta a uma informação minha, com o valor, naquela recolha inicial, relativamente ao *mark-to-market*.

Reitero o que disse aqui, isto é, aquilo que nos permitiu compreender a dimensão do problema ia muito mais para lá do valor. Aliás, se a questão fosse só o valor, as empresas reportavam já, várias empresas, o valor do *mark-to-market*.

Portanto, se isso serviu de alerta ao Governo anterior, não me foi transmitido. Repito, não me foi feito nenhum alerta; na transição de pastas entre mim e o anterior Secretário de Estado nada constava e nada foi dito sobre *swaps*.

Disse e repito!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Ministra e queria dizer-lhe que quase que podíamos terminar os nossos trabalhos por aqui, isto porque, para quem lê os requerimentos do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e do Partido Socialista, quem viu insistentemente acusar a Sr.^a Ministra de faltar à verdade e quem pediu até a demissão da Sr.^a Ministra, não deixa de ser curioso que a própria intervenção do Partido Socialista se tenha remetido a

duas perguntas e uma delas longuíssima, a olhar para o cronómetro, para ver quando é que o tempo acabava, porque já não havia mais nada para dizer.

Sr.^a Ministra, gostaria de perguntar-lhe o seguinte: o Sr. ex-Ministro Teixeira dos Santos, cujas declarações foram repetidas, palavra a palavra, pelo ex-Secretário de Estado Carlos Costa Pina, coisa que não indignou nem o Partido Comunista Português nem o Partido Socialista sobre alguém que falava em nome de outra pessoa, falou-nos aqui de um conjunto de atos que o Partido Socialista terá feito para conhecimento desta questão.

Em 2006, há o relatório sobre o setor empresarial do Estado; em 2007, uma resolução para o bom governo societário terá sido emitida em agosto; em 2008, a obrigação de *report* sobre a situação financeira de divulgação trimestral; em 2009, passou a ser obrigatório pedir à tutela autorização para financiamentos; depois, temos o Despacho n.º 101 e o Despacho n.º 896.

Assim, a minha pergunta é se alguma desta documentação, alguns destes atos prudenciais do Governo socialista lhe chegaram à mão em qualquer momento, na conversa com o Sr. Secretário de Estado ou na pasta de transição?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Hélder Amaral, nenhum dos despachos que referiu me chegaram. Julgo que talvez tenha falhado um ou outro, mas julgo que se refere ao despacho de 2009 e ao despacho de 2011. Não constavam.

O de 2006, provavelmente, já nem faria sentido que constasse, já era uma coisa muito antiga.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Não querendo usar da mesma injustiça para com o ex-Secretário de Estado Carlos Costa Pina, tenho aqui uma entrevista dada ao *Público* no mesmo dia em que foi ouvido nesta Comissão em que diz «Maria Luís Albuquerque tinha toda a informação que lhe foi transmitida por mim sobre *swaps*».

Portanto, prova-se que esta informação está longe da verdade, mas será, seguramente, um *lapsus linguae* ou uma citação mal feita.

Sr.^a Ministra, confirma que, na famosa folha que no domingo passado era a prova irrefutável de que mentia e que a excluía (ainda bem para V.^a Ex.^a – a interpretação é minha) de qualquer Governo do Eng.^o Sócrates, consta apenas o Despacho n.º 807/2011? Confirma que é esse o único despacho que consta da folha?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, essa folha não estava na minha pasta de transição. Naturalmente que, entretanto, já a conheço, porque o assunto veio a público e, de facto, conheço-a no mesmo sentido em que os Srs. Deputados a conhecem, mas, repito, ela não estava na minha pasta de transição, era uma ficha respeitante a ações tomadas para o cumprimento desse ponto específico do Memorando.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Ministra, entre duas afirmações contraditórias, devo dizer-lhe que não é por simpatia por V.^a Ex.^a — que é muita, e até alguma admiração, devo assumi-lo —, é porque não sou tão repentista, quando duas pessoas têm informações diferentes, a escolher qual é aquela que mente.

Mas o Sr. ex-Ministro Teixeira dos Santos disse aqui — ainda não temos a ata, não consigo provar, vou citá-lo de memória — que não estava disponível nem nunca esteve para fazer uma espécie de *Big Brother* sobre administrações das empresas. O Sr. ex-Secretário de Estado Costa Pina disse exatamente a mesma coisa. Ora, isto leva a atirar toda a responsabilidade às administrações das empresas.

Por sua vez, também disseram os dois que nada sabiam sobre esta matéria, surgindo-me logo uma dúvida, ou seja, como é que alguém transmite algo que diz não conhecer? Ou é uma espécie de Prof. «Caramba» ou é uma mistura de outra arte de adivinhação.

A minha pergunta é sobre o Despacho n.º 101/2009. Há especialistas que, lendo este despacho, e V. Ex.^a já disse que este despacho deveria ter sido não o n.º 101 mas o n.º 899, porque esse limita, proíbe, interrompe, e este Despacho n.º 101 apenas permite que, 30 dias após, as empresas façam *report* dos contratos assinados...

Mas a minha pergunta é: essa documentação alguma vez chegou ao seu conhecimento? Essa informação consta do IGCP, da Inspeção-Geral de Finanças ou da DGTF? Se não consta, isto quer dizer que ou as empresas não cumpriram este despacho de *report* após 30 dias — e o Sr. ex-Ministro das Finanças diz que todas elas tinham respondido — ou, então, essa

informação perdeu-se em algum lado, a não ser que tenha chegado à mão de V. Ex.^a. Gostava que, se pudesse, confirmasse isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, deduzo que a informação descritiva no tal ficheiro de *Excel* que me foi remetido a 19 de julho decorra dessa recolha, mas é uma dedução que eu faço.

Ou seja, atendendo a que, a partir de uma determinada data, os contratos deveriam ser remetidos à DGTF, admito que tenha sido a partir daí que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças produziu aquele ficheiro de *Excel* em que faz uma descrição breve dos contratos, nomeadamente das fórmulas utilizadas para os montantes a pagar ou a receber. A informação contratual existente na Direção-Geral do Tesouro e Finanças foi passada ao IGCP ao longo do prazo em que este trabalho de recolha, análise e de tratamento da informação decorreu, conforme eu aqui já expliquei amplamente.

De facto, este despacho, propriamente dito, dizia, genericamente, que as empresas devem contratar coisas boas e depois dizer-nos. É o conteúdo do despacho. Que devem ter uma política de gestão de risco, devem contratar coisas adequadas e depois mandem para a DGTF. Então, a pergunta que coloco é: para quê? Para fazer o quê? Durante aqueles dois anos e meio terão enviado, mas, aparentemente, nada se fez com isso, a não ser, talvez, aquele ficheiro de *Excel*.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Ministra, a sua resposta leva-me a colocar duas questões.

A primeira é que nós analisamos que há, de facto, comportamentos pouco simétricos das empresas de transportes. Há quem tenha feito *swaps* considerados pouco tóxicos e outros que os fizeram bastante tóxicos. E há também quem, olhando para esse despacho, chegue à conclusão que ele em si mesmo era um incentivo à contratação de mais *swaps*.

Isto porque: diz «adotar uma política ativa de reforço dos capitais permanentes, através da transformação do passivo de curto em médio e longo prazo e de preferência sem prestar garantias reais». Há quem leia aqui um incentivo: «façam *swaps*».

Por isso é que a decisão, em 2009, não foi «não façam *swaps* mas reportem os que fizerem». Portanto, não sei se este entendimento que alguns especialistas fazem de que este despacho incentivou corresponde à verdade.

Vou mais longe: o IGCP e a ex-Diretora-Geral do Tesouro e Finanças dizem que houve motivações da parte das empresas que ultrapassavam a mera cobertura de risco. Ora, lendo isto, lendo o que diz o IGCP, lendo o que diz a própria ex-Diretora-Geral do Tesouro e Finanças, pergunto se, de facto, podemos concluir que houve aqui um conhecimento do que é que estava a acontecer da parte do Governo do Partido Socialista e houve aqui um atirar do problema para a frente, ao permitir que as empresas, obviamente por necessidades de financiamento, tenham feito algo que não tenha apenas que ver meramente com a gestão de risco.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, não pretendo fazer aqui um processo de intenções quanto àquilo que o anterior Sr. Secretário de Estado queria fazer com o despacho de 2009. Objetivamente, o que o Despacho diz é que as empresas devem fazer uma gestão ativa do risco e contratar instrumentos adequados.

Portanto, não vou interpretar que isso é um incentivo para contratarem instrumentos desadequados. Não posso fazê-lo. Portanto, o que interpreto desse despacho é que há indicações para contratar instrumentos de gestão do risco e que devem ser adequados.

As únicas duas questões que coloco relativamente a esse despacho é por que razão é que se mandar enviar os contratos para a DGTF, que, manifestamente, não tem competência técnica para compreender o seu conteúdo, e por que razão é que os contratos foram enviados e essa informação não foi tratada.

Quanto à questão da existência de eventual incentivo à elaboração de contratos, não queria fazer processo de intenção, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Hélder Amaral, queira continuar.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Ministra, gostava então que me dissesse se, apesar de o Governo da altura entender que não deveria ter uma ação intrusiva, enquanto tutela, na gestão das empresas públicas, a Inspeção-Geral de Finanças, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças e o IGCP tinham instrumentos, tinham cobertura legal para poderem atuar, sendo que eram aqueles que mais cedo, ou de forma mais permanente e até de forma mais exaustiva, conheciam este tipo de produtos.

Acabou por dizer que se fosse para o IGCP não teria acontecido, mas já ouvimos aqui alguns diretores que assumem que também não tiveram da parte da tutela nenhuma indicação em contrário, nem, depois, de V. Ex.^a.

Isto porque a pergunta que quero ver respondida é o que é que o Governo de V. Ex.^a fez — é uma pergunta que seguramente lhe farão a seguir — naquele período que alguns consideram muito tempo e que eu acho que é o tempo necessário para fazer uma análise exaustiva, clara, rigorosa do problema.

Portanto, gostava de saber se, sem fazer nada, havia ou não instrumentos no Estado para resolver o problema.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministra de Estado e das Finanças, por favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, o problema, como já expliquei, foi resolvido da forma que os Srs. Deputados conhecem, em grande parte, no final deste processo, que foi moroso e exigiu todas as etapas que já aqui referi.

O risco de serem contratadas novas operações não existia. Como já referi, o despacho de 9 de junho de 2011 proíbe as empresas de contratarem sem primeiro sujeitarem a autorização do IGCP e da Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Não revoguei esse despacho, ele foi comunicado às empresas e mantém-se em vigor até hoje. Só o revogarei quando estiver em vigor o novo regime jurídico do setor empresarial do Estado, que, no fundo, vai fechar este processo que se iniciou com a alteração dos estatutos do IGCP e com a lei de autorização legislativa e, uma vez esse regime jurídico em vigor, na prática, todos os circuitos e todos os caminhos ficam definidos para o futuro.

Portanto, até lá, o despacho mantém-se em vigor. Ou seja, eu não precisei de fazer mais nada do que aquilo que o Sr. Secretário de Estado anterior fez no dia 9 de junho, a não ser manter em vigor o despacho que ele tinha dado, que foi, como digo, provavelmente, o último despacho ou um dos últimos despachos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Portanto, podemos concluir que não só foi V. Ex.^a que solicitou e deu andamento a todo o processo sobre esta matéria, como também já concluimos da parte da manhã — estranhe-se, mas é uma verdade absoluta — que também foi o Ministro Vítor Gaspar que solicitou ao Ministro Teixeira dos Santos informações sobre essa matéria.

A pergunta que coloco, para além de pedir esta confirmação, é se ainda hoje — dados os resultados que estão no quadro que há pouco apresentou e dado o facto de não terem feito mais *swaps* — o facto de se transformar o IGCP na entidade que gere, autoriza e confirma é a melhor solução e, se essa não fosse a solução, se havia ou não risco de haver dispersão sobre o entendimento que se faz na visão global da dívida do Estado e nas implicações que isso possa ter para compromissos futuros.

Portanto, precisamos de saber se havia outra alternativa a ter dado ao IGCP a capacidade de gerir todo este processo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, alternativa haveria certamente. Há sempre alternativas. A nós parece-nos é

que o IGCP é a entidade mais adequada. Tanto mais que, cada vez mais, temos empresas públicas que passam a estar dentro do perímetro das contas públicas, passam a reportar para o Orçamento do Estado, passando a sua atuação a ter impacto direto na dívida e no défice.

Ora, se essas empresas, se a maioria das empresas passa a estar dentro do perímetro das contas públicas, isso significa que na prática a gestão do financiamento do Orçamento do Estado tem vantagens em ser feita numa única entidade. É verdade para as empresas, é verdade para a República, é verdade para o financiamento e para os *swaps*.

Portanto, havendo, eventualmente, outras soluções, a solução que este Governo achou adequada desde o início foi centralizar essas competências no IGCP.

Se temos uma entidade na esfera do Estado e na esfera do Ministério das Finanças que tem competências reconhecidas nesta matéria, não faz sentido entregar a outra entidade qualquer esta responsabilidade.

Quer o financiamento quer os contratos de *swap* das empresas dentro do perímetro passarão — aliás, passaram já e passarão também no enquadramento futuro — a ser geridas diretamente pelo IGCP, no sentido de, ao agregarmos tudo sob o mesmo chapéu, permitir uma gestão agregada, que tem óbvias vantagens, quer de reduzir assimetria de informação, quer de permitir otimizar essa gestão, com posições negativas ou positivas com diversificação da gestão de carteira.

O IGCP tem essa competência técnica. Tinha a possibilidade, já nos seus Estatutos, de dar parecer a solicitação das empresas; agora, passa a ter a competência e a incumbência de fazer essa gestão.

Quanto às empresas que estão fora do perímetro de consolidação das contas públicas, como a CP, a STCP, a Carris ou outras, essas empresas não poderão fazer qualquer contrato de derivado ou contrato *swap* sem que

o IGCP previamente se pronuncie. Portanto, só se o IGCP autorizar é que as empresas podem fazê-lo. E nós achamos, de facto, que o IGCP é a instituição mais adequada para assumir esta função.

A razão pela qual estes contratos foram criados e porque o anterior Governo nunca teve esta visão não estou em condições de explicar. Não sei.

O Sr. Presidente: — Caso ainda o deseje, tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Rapidamente, é só para perguntar à Sr.^a Ministra se de todo o procedimento que acabou de nos explicar agora alguma dessa intenção estava nalgum documento, nalguma conversa solicitada, indicada, indiciada por algum responsável do anterior Governo ou até pelo Diretor-Geral do Tesouro e Finanças Pedro Felício. Passou a ideia aqui de que ele teria todas as soluções para o problema, tinha até a tal folha mágica *Excel* e que teria toda a capacidade — não tivesse sido exonerado — para resolver o problema. Portanto, gostaria de saber se ele próprio deixou alguma solução parecida com aquela que acabou de nos explicar.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, volto a chamar a atenção para o facto de que a transição de pastas se faz entre membros de Governos e não entre um governante e os serviços que passam a reportar a esse governante. Parece-me um ponto muito importante.

No entanto, já expliquei que não havia nenhuma solução proposta. Havia um procedimento, que é uma coisa diferente, procedimento esse que, mais uma vez, se mantém em vigor nos termos em que foi determinado pelo Despacho.

E já que estamos a falar nisto, há um aspeto que me parece curioso — peço desculpa ao Sr. Deputado por aproveitar o ensejo da sua pergunta. Quando ouvi a prestação do ex-Diretor-Geral do Tesouro nesta Comissão... Ele disse coisas como «os contratos de *swap* tinham, obviamente, cláusulas indexadas a baixa de *rating*». Disse também que nenhuma decisão podia ser casuística.

O facto de dizer «obviamente existiam cláusulas indexadas a baixa de *rating*», o «obviamente» escapa-me. Ou ele estava a falar de um conhecimento de contrato ou de onde vem o «obviamente» não sei. Mas, objetivamente, essa informação não me foi transmitida, nem por ele nem por ninguém. Tomei conhecimento, de facto, pouco tempo depois, como disse aos Srs. Deputados, mas foi pelos bancos, não foi sequer pelos serviços.

Depois, ele próprio reconhece que nenhuma decisão podia ser casuística. Isto indicia ou parece indiciar que tivesse havido discussões sobre a matéria. Diz até, a certa altura, que a partir de 2009/2010 houve menos *swaps* oferecidos pelos bancos porque começou a ver-se na altura que isso poderia trazer os problemas que estamos hoje a ver.

Eu acho estas informações extraordinárias, porque, de facto, nada disto me foi transmitido. Há, aparentemente, algum conhecimento de algum problema que é, aparentemente também, razoavelmente incipiente e não há nenhuma proposta de solução, a menos de um comentário que «não pode ser casuístico», com o que aliás concordo — foi exatamente o procedimento que seguimos, porque tivemos de compreender o processo

todo. Mas haveria, a julgar pelas palavras do Sr. ex-Diretor-Geral do Tesouro, indícios, pelo menos indícios muito fortes, de que alguma coisa não estava a correr bem. No entanto, que eu saiba, nada foi feito.

Nessa fase final, foram contratados poucos *swaps*, é um facto, mas também não eram sequer oferecidos, como já tive ocasião de explicar aqui, porque os bancos simplesmente já não estavam confortáveis com essa exposição. Se calhar, se estivessem, teria havido mais. Mas isso também é uma especulação que não adianta nada para a nossa conversa.

Enfim, para todos os efeitos, o que eu recebi dos serviços — e realço a diferença entre ter informação que os serviços prestam a meu pedido no exercício das minhas funções enquanto Secretária de Estado e aquilo que é a transição de pastas entre membros dos Governos. Não podemos confundir as duas coisas. Aquilo que existia sobre *swaps* era zero! Rigorosamente nada!

O Sr. Presidente: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

Na audição de 25 de junho, a Sr.^a Ministra fez aqui um conjunto de afirmações que foram desmentidas. Foram desmentidas por outros depoimentos e foram desmentidas pela documentação que entretanto recebemos. O que nos levou a dizer — e reiteramos essa posição — que a Sr.^a Ministra faltou à verdade a esta Comissão.

Protestos do PSD.

A Sr.^a Ministra desmente. Aparentemente, considera que todos mentiram menos a senhora.

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Vamos então aos factos.

Hoje de manhã questioneei Vítor Gaspar sobre se a informou, após a sua tomada de posse, do conteúdo das reuniões com Teixeira dos Santos. Sim, diz ele, que a informou do conteúdo das reuniões. Não se lembra da data, mas certamente antes da reunião com a troica.

Peço-lhe que confirme, por favor, o que disse Vítor Gaspar hoje de manhã.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, eu também ouvi o Sr. Prof. Vítor Gaspar esta manhã.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Ainda bem!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — O conteúdo da informação do Prof. Teixeira dos Santos é que tinha sido dado um despacho para que o ponto do Memorando...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Não foi isso que lhe perguntei!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Se me dá licença, Sr. Deputado, agora estou a responder eu.

O conteúdo daquela ficha — da famosa ficha que eu vim, entretanto, a conhecer, mas, confesso, já no âmbito dos trabalhos desta Comissão de Inquérito — é que tinha sido dado um despacho, no dia 31 de maio, para que os serviços tratassem de proceder à recolha e tratamento de informação necessários ao cumprimento daquele Memorando.

Falámos da preocupação sobre os *swaps*. E o Sr. Prof. Vítor Gaspar disse hoje aqui que esse tema — a discussão à volta desse tema e de outros temas relacionados, como a falta de transparência, como a necessidade de refletir valores nas contas públicas, que lhe tinham sido suscitados por alunos seus, não me recordo se na Católica ou no ISEG, julgo que foi isso que ele disse — era um tema que era conhecido. E eu própria já disse aqui hoje, Sr. Deputado, que havia rumores no mercado de situações de empresas públicas que teriam contratos de derivados com características potencialmente problemáticas. Sabia-se que havia, mas entre o «sabia-se que havia» até saber concretamente o que há e, sobretudo, como é que se resolve vai uma distância enorme, Sr. Deputado.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Já lá vamos!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Eu não faltei à verdade, Sr. Deputado.

E quando o Sr. Deputado diz que os depoimentos seguintes foram desmentidos e que toda a gente falou a verdade, menos eu... Sr. Deputado, eu hoje trouxe documentos que demonstram que eu falei a verdade. Não posso responder pelas outras pessoas, mas eu falo a verdade. Se as outras

peçoas dizem o contrário, objetivamente, elas mentem. Aliás, não se pode tirar outra conclusão.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr.^a Ministra, repito a pergunta: o Dr. Vítor Gaspar informou-a do conteúdo das reuniões que teve com Teixeira dos Santos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, tenho alguma dúvida em perceber que conteúdo é esse.

O Sr. Prof. Vítor Gaspar hoje afirmou aqui que a informação era reduzidíssima. Mas que conteúdo é esse que o Sr. Deputado insiste que me devia ter sido transmitido? Que valor acrescentado é esse, desse conteúdo, que o Sr. Deputado insiste que me foi transmitido?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — O Dr. Vítor Gaspar disse a esta Comissão, hoje de manhã, que a informou do conteúdo da reunião. E eu insisto: confirma que o Dr. Vítor Gaspar a informou do conteúdo da reunião?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, peço desculpa, mas tenho de dizer que não percebo a pergunta. Eu não percebo a pergunta. Terá de ter paciência, mas eu não percebo a pergunta!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá. Se for a mesma pergunta...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr.^a Ministra das Finanças, vou-lhe explicar.

Vítor Gaspar teve uma reunião com Teixeira dos Santos: abordaram a questão dos *swaps*, o Dr. Vítor Gaspar afirmou que do conteúdo da reunião, do que lá se disse, muito ou pouco a informou. A pergunta é simples e fácil de compreender: ele disse-lhe isso ou não?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, se me está a perguntar se o Sr. Prof. Vítor Gaspar me transmitiu que tinha ouvido de alunos suas preocupações com derivados e que tinha essa preocupação, transmitiu-me.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Não foi isso que eu disse!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, deixe-me acabar, se faz favor!

Se me transmitiu «perguntei ao Prof. Teixeira dos Santos e ele não me disse nada», não, não disse, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — A Sr.^a Ministra está a fugir à resposta.

Fiz-lhe uma pergunta simples. Vítor Gaspar reuniu com Teixeira dos Santos e abordaram a questão dos *swaps*. Ele relatou-lhe o conteúdo dessa reunião ou não lhe relatou o conteúdo da reunião? É esta pergunta simples que estou a colocar-lhe e para a qual gostava de ter uma resposta direta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, essa reunião não tinha informação para reportar. Nós não vamos sair daqui. Nessa reunião não havia informação para reportar, não havia informação para reportar sobre esta matéria!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Então, tenho de concluir que o Dr. Vítor Gaspar, hoje de manhã, mentiu!

Risos do PSD.

Quando lhe perguntei se ele lhe tinha transmitido o conteúdo, ele disse que lhe tinha transmitido o conteúdo. Eu insisti: «Lembra-se da data?». E ele respondeu: «Não me lembro da data!». Insisti e ele disse: «Pelo menos a 1 de agosto».

A senhora está a dizer que não havia nada para transmitir, pelo que ele não tinha nada para transmitir. Concluo que está a desmentir Vítor Gaspar.

Hoje de manhã perguntei a Vítor Gaspar se tinha recebido informação sua sobre a troca de *emails* com Pedro Felício, ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças. A resposta foi afirmativa, que sim, a Sr.^a Secretária de Estado informou, mas não se lembrava da data.

Pergunto-lhe: confirma que relatou o conteúdo dos *emails* de Pedro Felício ao Dr. Vítor Gaspar?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Confirmo que informei o Sr. Prof. Vítor Gaspar da informação que fui recebendo, sobre a matéria de *swaps* ao longo de todo o processo, o ponto de situação da recolha de informação necessária para o relatório, a informação que fomos recolhendo sobre os *swaps* ao longo do tempo, toda a informação que era relevante reportar ao Sr. Ministro sobre esta matéria.

A pasta estava-me confiada, eu tinha a competência delegada para tratar deste assunto, ia reportando ao Sr. ex-Ministro Vítor Gaspar as evoluções que o caso ia tendo, íamos discutindo o assunto e eu pedia-lhe orientação sempre que se justificava.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - A Sr.^a Ministra não percebeu a minha pergunta e eu vou repetir mais uma vez: perguntei ao Dr. Vítor Gaspar se

ele tinha recebido informação sua sobre esta troca de *emails*. Ele não se lembrava da data, mas garantiu que teria sido até ao início de agosto.

Então, eu pergunto-lhe: até ao início de agosto, basicamente durante o mês de julho, informou-o do conteúdo dos *emails*? Trocou impressões com ele sobre isto? É que ele também referiu que teve conhecimento, nessa troca de impressões, de que as perdas potenciais podiam atingir os 1500 milhões de euros. Confirma que até 1 de agosto, durante o mês de julho de 2011, falou com Vítor Gaspar sobre este problema?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, nós, nessa altura, estávamos a tratar de vários assuntos que tínhamos de ter prontos para a primeira missão da troica, que foi em agosto desse ano. Um dos temas era a questão das responsabilidades contingentes associadas a *swaps*. Sim, eu fui informando o Sr. ex-Ministro Vítor Gaspar da informação que fui recolhendo sobre essa matéria.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Muito bem.

Então, concluímos que Vítor Gaspar e a Sr.^a Ministra na altura falaram sobre este tema.

Agora gostava de confrontá-la com uma afirmação que fez no dia 25 de junho, que vou citar: «Quando cheguei a estas funções não só não encontrei uma proposta de solução, como não encontrei uma referência ao problema.» Não encontrou referência ao problema onde?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, na pasta de transição que se chama «Assuntos pendentes», que é como se chama a pasta de transição do anterior Governo. Aparentemente, este não estaria pendente, porque não está lá.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - A Sr.^a Ministra, curiosamente, na audição de 25 de junho, não nos deu essa informação. A frase termina como eu referi e nada mais está acrescentado relativamente à pasta.

A Sr.^a Ministra disse, pura e simplesmente: «Não encontrei uma referência ao problema» — ponto — e muda de assunto.

O que a Sr.^a Ministra disse aqui foi que não encontrou referência ao problema, quando agora acabou de dizer que conversou sobre o assunto com Vítor Gaspar, nomeadamente da transição de pastas entre Vítor Gaspar e Teixeira dos Santos.

Portanto, tenho de concluir que a Sr.^a Ministra mentiu relativamente a esta questão.

Sr.^a Ministra, porque é que ocultou a esta Comissão de Inquérito, em 25 de junho, a troca de *emails* com Pedro Felício?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Primeiro, deixe-me dizer-lhe que o Sr. Deputado é livre de concluir o que entender, mas eu não posso deixar passar a conclusão de que menti em branco. Eu não menti.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - É que disse que não encontrou uma referência ao problema.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Quando o Sr. Deputado diz que não encontrei... Sr. Deputado, tanto que não encontrei que tive de pedir — aliás, foi a primeira coisa que pedi. Se tivesse encontrado, não precisava de pedir.

Eu falei com o Sr. Prof. Vítor Gaspar acerca deste assunto provavelmente milhares de vezes ao longo destes dois anos. Foi um assunto que nos ocupou muito tempo, que nos preocupou muito. Falámos milhares de vezes, ao longo destes dois últimos anos, sobre este assunto, desde o início até à fase em que o Sr. Ministro saiu do Governo.

Quando eu disse que não encontrei nada sobre este assunto — e o Sr. Deputado não queira estar aqui a deturpar aquilo que eu disse — o que significa é que não encontrei nada sobre este assunto na pasta de transição. E eu volto a dizer que a pasta de transição é entre membros do Governo não é aquilo que um governante pede aos serviços.

Vozes inaudíveis na gravação.

O Sr. Presidente: - Srs. Deputados, queiram manter a serenidade possível. Cada Deputado é livre de colocar as questões que bem entenda.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - A Sr.^a Ministra não respondeu à minha pergunta: porque é que ocultou à Comissão de Inquérito, no dia 25 de

junho, a troca de *emails* com o ex-Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, Pedro Felício?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, eu não ocultei a troca de *emails*, eu não falei da troca de *emails*, como não falei de milhentas outras coisas que aconteceram nessa altura.

Eu disse que não tinha recebido informação do Governo anterior, o que se mantém exatamente verdade. Continuo a não ter recebido informação do Governo anterior, Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - É curioso que, no dia 25 de junho, dispondo dessa informação — informação essa que nós conhecíamos e que é relevante; embora a Sr.^a Ministra possa dizer que não era suficiente para tomar uma decisão, era informação relevante —, a Sr.^a Ministra tenha considerado que não era importante informar a comissão de inquérito dessa troca de *emails*.

Portanto, mantenho o que disse: a Sr.^a Ministra ocultou deliberadamente esta troca de *emails*.

Sr.^a Ministra, está ali projetado um *slide* onde se pode ver que o IGCP recebeu dos bancos 839 milhões de euros por cancelamento das suas posições relativamente aos *swaps* da dívida pública, que as empresas públicas entregaram à banca 839 milhões e que um outro conjunto de empresas fora do perímetro orçamental entregaram 169 milhões de euros.

Porque é que ocultou estes dados à Comissão de Inquérito no dia 25 de junho?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, deixe-me só voltar um pouco atrás, à questão da informação que era relevante e que o Sr. Deputado diz que eu ocultei.

O Sr. Deputado acha que aquela informação é relevante, o Sr. Deputado olha para aquela informação e faz um juízo de que ela é relevante, que ela é muito importante e que ela era suficiente para ter feito alguma coisa. Ora, eu quero deixar aqui bem claro que esse é o juízo do Sr. Deputado.

Aquela informação era completamente insuficiente para perceber os contornos do problema e a solução que foi aplicada não foi ocultada à Comissão de Inquérito, mas não foi aqui referida porque, objetivamente, não acrescentou ao trabalho que tivemos de fazer a partir daí. Não há aqui nenhuma ocultação!

Quanto à questão que o Sr. Deputado refere de que eu no dia 25 não disse isto... Sr. Deputado, no dia 25 falámos aqui de números, que não eram exatamente estes, e eu lembro-me que até disse — e isso consta do meu depoimento — que havia alguns despachos que tinham sido dados que, eventualmente, ainda não teriam chegado à Comissão de Inquérito, mas que à medida que eles fossem assinados seriam, de imediato, remetidos para cá.

Estes números, nomeadamente os do IGCP, julgo que não estariam finalizados ao detalhe no dia 25 de junho ou eu não teria essa informação. Eu não oculte nada — aliás, os Srs. Deputados fartaram-se de falar em 898

milhões, em quase 1000 milhões... Eu até disse que era mais e que os despachos já tinham sido enviados. Não ocultei coisíssima nenhuma, Sr. Deputado. Por amor de Deus!

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Sr.^a Ministra, presumo, então, que conhecia aqueles dados no dia 25, sabia que o dinheiro entregue aos bancos era de cerca de 1000 milhões de euros, mais exatamente 1008 milhões, e também sabia que o IGCP teria cancelado posições e recebido do banco 839 milhões de euros.

Mas a Sr.^a Ministra, nessa audição, disse — consta da página 79 da transição — o seguinte: «Os bancos tinham dinheiro a pagar ao IGCP e os bancos tinham dinheiro a receber das empresas. Por um lado saiu, por outro lado entrou e o resultado é neutro».

Portanto, com esta afirmação, o que a Sr.^a Ministra está a dizer claramente é que o que o IGCP pagou aos bancos foi igual àquilo que o IGCP recebeu dos bancos.

Estes dados, que agora nos apresenta, mostram que esta afirmação era falsa na altura, tendo em conta que a Sr.^a Ministra conhecia os verdadeiros números e nós não.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, eu até já respondi a esta pergunta aqui hoje, mas vou responder outra vez.

Aquilo que eu disse foi que o impacto no Orçamento do Estado é neutro, que o dinheiro dos bancos vai para os bancos. Está ali: 839 milhões

que entraram, 839 milhões que saíram. O montante adicional é o valor das empresas que estão fora do perímetro de consolidação — já expliquei isso hoje. Aquilo que eu disse foi que não havia impacto no défice e na dívida; havia, sim, neutralidade orçamental e o efeito era neutro.

Sr. Deputado, eu posso repetir as mesmas palavras em cada frase, mas se, ao passar de um parágrafo para o outro, ao omitir uma palavra, o Sr. Deputado lhe dá um sentido diferente, então a conversa vai ser bem mais demorada.

Foi, pois, nesse contexto que eu falei. Já respondi a essa pergunta, à Sr.^a Deputada Ana Drago, já li o que o aqui disse sobre a forma como foram fechados os contratos, sobre ter um impacto neutro em termos de fluxos financeiros — em termos de juros estamos a falar de outra coisa e, aliás, estão ali as verbas destinadas —, mas o impacto no Orçamento do Estado é neutro, conforme demonstram aqueles dois valores que ali estão.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Sr.^a Ministra, lembro-lhe que a senhora informou daqueles valores à Comissão de Inquérito.

É verdade que disse que o impacto em termos orçamentais era neutro, mas também disse — e o que acabei de ler foi uma transição — que o que entrou foi igual ao que saiu.

E, Sr.^a Ministra, se tem dúvidas, passemos da página 79 à página 81, em que, perante uma insistência afirmou (passo a ler) o seguinte: «O que eu disse foi que os bancos entregaram ao IGCP um montante equivalente ao que os bancos receberam até este momento da negociação. Mais uma vez reafirmo: aquilo que entrou é igual ao que saiu.»

Ora, hoje, a Sr.^a Ministra está a informar que, na realidade, com aqueles números, o que entrou não é igual ao que saiu. Portanto, também aqui a Sr.^a Ministra faltou à verdade.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, vamos lá outra vez.

Por esta altura, na página 79, já eu tinha falado várias vezes sobre o assunto. Não repeti exatamente as mesmas palavras, que estão repetidas dezenas de vezes ao longo das 142 páginas da audição — impacto no défice, na dívida pública, no Orçamento do Estado. A frase que digo é a de que tanto as empresas como o IGCP fazem parte do setor público e quando juntamos as duas coisas para os contribuintes tanto faz, ou seja, não é relevante se está do lado da empresa ou se está do lado do IGCP. Estamos a falar do setor que está no Orçamento do Estado, Sr. Deputado...

Sr. Deputado, vai-me desculpar, mas eu sou responsável por aquilo que digo e não por aquilo que o Sr. Deputado percebe.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Nega, Sr.^a Ministra, que nessa audição referiu que o montante pago era de 1000 milhões de euros?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, o que eu disse nessa audição é que o montante pago ascendia a essa ordem de

grandeza — 1000 milhões de euros — e que os despachos que tinham acabado de ser assinados relativamente aos últimos acordos que tinham sido firmados já tinham sido remetidos a esta Comissão de Inquérito, porque estavam a ser remetidos à medida que as negociações fechavam e tínhamos algumas situações ainda em fase de finalização.

Neste momento, o que estou a apresentar ao Sr. Deputado é o ponto de situação que temos agora.

Sabemos, e os Srs. Deputados sabem-no, porque eu também já o disse, que há um banco grande com um problema grande, que, enfim, poderá ter de seguir outra via, e que há algumas outras operações que não eram urgentes e que podiam ainda vir a ser resolvidas.

Portanto, para evitar que, no futuro, se e quando eu voltar a esta Comissão de Inquérito, o Sr. Deputado me diga outra vez que eu estou a faltar à verdade, quero dizer-lhe que estes são os números de hoje. Eu não vou comprometer-me, Sr. Deputado, que, se cá voltar daqui a dois ou três meses, não possa haver alguma alteração por, entretanto, ter havido a conclusão de algumas negociações que ainda estarão em curso.

Portanto, estes números são os que eu tenho hoje. Da mesma forma que os números que eu referi no dia 25 de junho eram os números que eu tinha no dia 25 de junho.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - Sr.^a Ministra, o que acabou de dizer não é correto. Estes números que tem hoje são os números que tinha na altura. Se olhar para a informação que nos enviou na altura, a soma dava 1008 milhões de euros, que é exatamente o que está ali, ou seja, coincide. Uns dias depois da audição informou-nos dos 830 milhões de euros... Mas estes

números são iguais aos que tinha na altura, portanto não tente desviar a questão.

Quando a Sr.^a Ministra — corrigindo, aliás, a Sr.^a Deputada Ana Drago, que falou em 898 milhões — falou em 1000 milhões, estava a referir-se a estes números. E 1000 milhões inclui as empresas dentro do perímetro do Orçamento do Estado e fora do perímetro do Orçamento do Estado.

Portanto, a Sr.^a Ministra estava a referir-se a tudo, no seu conjunto, e quando disse que o que entrou era igual ao que saiu faltou à verdade a esta Comissão de Inquérito.

Sr.^a Ministra, quero ainda perguntar-lhe outra coisa relativamente à informação prestada aqui pelo ex-presidente do IGCP.

O ex-presidente do IGCP disse aqui, clara e taxativamente, que não recebeu orientações suas para proceder à recolha de informação junto das empresas públicas. Confirma ou desmente esta afirmação?

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: - Sr. Deputado, a documentação que eu entreguei no início desta audição mostra que o pedido da colaboração do IGCP, o primeiro *e-mail*, que surge no dia 31 de agosto, é a envolver o IGCP na discussão desta matéria.

A recolha de informação foi feita em colaboração entre o IGCP e a DGTF. E estava a ser feita ainda quando o ex-presidente Alberto Soares trabalhava no IGCP, sim.

O Sr. Presidente: - Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): - A Sr.^a Ministra fugiu à minha pergunta. Não lhe perguntei se deu orientações para acompanhar o assunto; perguntei-lhe se deu orientações ao IGCP para proceder à recolha, junto das empresas públicas, de informação relativa aos *swaps*. Repito: para proceder, junto das empresas públicas, à recolha de informação. O ex-Presidente do IGCP nega que tenha havido essa orientação; a Sr.^a Ministra dirá que houve essa orientação.

Pedia-lhe, então, que dissesse quando é que deu essa orientação ao IGCP para proceder à recolha de informação junto das empresas públicas sobre os *swaps* por elas contratados, quando é que foi dada essa informação, e se tem algum suporte documental que prove que pediu essa informação, desmentindo, dessa forma, o ex-Presidente do IGCP.

Para terminar, e porque na última audição, quando lhe pedi para fazer detalhadamente uma análise do processo de recolha de informação — não é o acompanhamento em geral, é a recolha de informação —, deu uma resposta vaga, que, aliás, Vítor Gaspar leu em resposta à mesma pergunta, pedia-lhe também que, relativamente ao primeiro ano, fizesse uma exposição detalhada, mês a mês, dos passos que foram dados, da recolha de informação pelo IGCP ou por outros organismos junto das empresas públicas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, relativamente às instruções dadas ao IGCP, já expliquei aqui, hoje, que o IGCP não tinha, pelo seu estatuto, possibilidade de assumir determinadas posições perante as empresas, inclusivamente não tinha o direito legal,

chamemos-lhe assim, de pedir a informação às empresas. Se as empresas quisessem enviar, enviariam, mas poderiam dizer que não enviavam.

Também já disse aqui, hoje, que a Direção-Geral do Tesouro e Finanças ajudou a essa recolha de informação numa primeira fase e que, depois, já com os novos estatutos, o IGCP pôde interagir diretamente com as empresas.

Sr. Deputado, perdoe-me, mas escapa-me um bocadinho a relevância desta discussão. Porque é que estamos aqui interessados em tentar perceber em que dia é que disse para ir buscar a informação em vez de tentarmos perceber que informação foi recolhida, que dificuldades houve ou que passos foram dados? Então, vamos estar aqui a discutir o detalhe, se se pediu informação neste dia exatamente?!

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Eu gostava de ter esse detalhe. Pode fornecê-lo?

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, se me dá me licença, agora estou eu a responder!

Sr. Deputado, posso responder-lhe a todas as perguntas que me fizer, o que me parece é que acrescentam muito pouco à nossa discussão. Mas, naturalmente, o Sr. Deputado fará as perguntas que entender.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos a primeira ronda de questões.

Vamos interromper os nossos trabalhos por alguns minutos.

Eram 21 horas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 16 minutos.

Iniciamos, agora, a segunda ronda de questões.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, devo dizer-lhe que a informação que nos distribuiu, nomeadamente um conjunto de *emails*, tem o seu grau de constrangimento.

Há *emails* que, aparentemente, foram enviados por amigas suas que trabalham no IGCP e que fazem algumas afirmações sobre a condução dos assuntos do IGCP, que é uma forma intercruzada de maledicência. E temos um *email* curioso, que mostra que, aparentemente, a JP Morgan apresentou à Sr.^a Ministra a mesma proposta que a Sr.^a Ministra apresentou ao IGCP, isto é, serem emitidos bilhetes do Tesouro como forma colateral em relação ao desassossego dos bancos. Ficamos a perceber que a Sr.^a Ministra tem a JP Morgan no seu coração, como soubemos a 13 de junho, quando pagou 21 milhões de euros à JP Morgan nos contratos de derivados.

Ficamos a saber mais, que em todo este processo a Sr.^a Ministra é uma vítima. Devo dizer-lhe que a descrição que o Dr. Costa Pina fez sobre o encontro que tiveram aquando da transição de pastas tem um conjunto de pormenores que me levam a dizer que há claramente requintes de malvadez nesse depoimento em relação à transmissão de informação, porque refere especificamente intervenções da Sr.^a Ministra sobre a matéria dos *swaps*.

Ficámos também a saber que o ex-Ministro Vítor Gaspar não lhe passou a tal ficha relativa ao Memorando de Entendimento no que toca às responsabilidades financeiras explícitas e implícitas do setor empresarial do

Estado, que curiosamente eram a sua delegação de funções. Portanto, a Sr.^a Ministra, mais uma vez, teve informação omitida, pois disse-nos agora que só conheceu esse documento aquando da Comissão de Inquérito.

Ficámos a saber ainda que o então Presidente do IGCP, que tinha sido seu superior hierárquico e que, depois, passou a ser seu subordinado hierárquico, ignorou as suas intenções de fazer uma alteração aos estatutos do IGCP.

Portanto, em toda esta matéria, percebemos que a Sr.^a Ministra estava cercada por todos lados. E foi por isso, e exclusivamente por isso — porque não havia informação, porque não havia vontade política, porque não havia mecanismos nas instituições que se movessem —, que a informação que a Sr.^a Ministra achava que era tão importante o anterior Governo ter só chegou às suas mãos em janeiro de 2013, com o relatório da StormHarbour.

Desta forma, percebemos que, em agosto de 2012, aquando da primeira avaliação da troica, havia uma perceção de que este poderia ser um problema perigoso. A Sr.^a Ministra teve de esperar que saísse o então Presidente do IGCP e que viesse um da sua confiança para que pudesse, então, estabelecer quais eram os critérios de avaliação dos contratos *swap*, nomeadamente de alguns dos contratos que fez. E tudo isto demorou demasiado tempo, aliás, ainda há coisas que estão por fazer.

Portanto, há aqui toda uma narrativa que a Sr.^a Ministra construiu, acreditará nela quem acredite, que nos coloca numa situação de difícil de ter testemunhos contraditórios.

Sr.^a Ministra, queria questioná-la sobre esta frase: isto não custou dinheiro aos contribuintes.

Existe, no Orçamento rectificativo para este ano, a especificação de um reforço de dotações de capital, ou de empréstimos às empresas públicas

reclassificadas, no sentido de assegurar a liquidação antecipada das operações de derivados financeiros. Ora, eu gostava de saber exatamente de quanto é este reforço das dotações de capital, porque, por aquilo que percebemos do fecho dos contratos, o IGCP fez um adiamento de tesouraria às empresas e, agora, é preciso perceber como é que funcionam aqui os fluxos financeiros.

Portanto, eu gostava de saber qual é o montante deste dinheiro e se o mesmo vai ser gasto, ou seja, se este dinheiro vai ser devolvido às empresas mediante este reforço de dotação. Se ele vai ser gasto, tem um custo para os contribuintes e, portanto, o que disse não é verdade; se não vai ser gasto, temos aqui uma folga de alguns milhões que, provavelmente, permite limitar os cortes.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Termino já, Sr. Presidente.

Em relação ao relatório do Conselho das Finanças Públicas, queria dizer-lhe algo que me parece óbvio: se os *swaps* permitiam minorar os custos de financiamento da dívida pública, quando o IGCP deixa de ter *swaps* há um aumento dos custos de financiamento da dívida pública. O Conselho das Finanças Públicas avança com o valor de 275 milhões de euros. Gostava que a Sr.^a Ministra confirmasse, ou infirmasse, um documento que hoje é público e conhecido de todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — A Sr.^a Deputada começou por fazer um conjunto de conclusões que eu não partilho e por

dizer que fui uma vítima de uma série de coisas. Eu nunca disse isso! A Sr.^a Deputada, naturalmente, concluirá o que entender, mas eu nunca disse isso. O que fiz foi refutar afirmações que foram proferidas e que levaram os Srs. Deputados a dizerem que eu tinha mentido. Foi apenas isso o que fiz!

Nunca disse aqui que tinha sido uma vítima de coisa nenhuma. Aliás, não me pareceu útil justificar atrasos com alguma menor diligência de quem quer que fosse. Não é de todo minha intenção acusar ninguém de falta de diligência, a menos que essas pessoas venham a público dizer que nunca as incumbi de nada, porque aí trata-se de repor a verdade, o que é uma coisa completamente diferente.

A Sr.^a Deputada diz que o ex-Ministro Vítor Gaspar não me passou a ficha do Memorando de Entendimento. Eu conhecia o Memorando, Sr.^a Deputada, não precisava de ler nenhum dos pontos numa ficha! Eu conhecia o Memorando de Entendimento e sabia exatamente quais os pontos que tinham a ver com as minhas competências.

No que diz respeito às insinuações feitas pela Sr.^a Deputada sobre os *emails* serem, ou não, de uma amiga, quero dizer-lhe que os *emails* são de pessoas que trabalham no IGCP e que, naturalmente, me tratam pelo nome porque trabalhei com elas; é a relação normal entre pessoas que se conhecem e que trabalham no mesmo sítio. Certamente a Sr.^a Deputada também tratará pelo nome e por tu muitos dos Srs. Deputados da Assembleia da República, porque é o normal e o que eu esperaria. Mas, enfim, isso fica com cada um...

A informação objetiva é a que consta dos *emails* que referi e que entreguei a esta Comissão de Inquérito.

Portanto, a questão de a informação não ter chegado às minhas mãos não tem rigorosamente nada a ver com nenhum desses processos; tem a ver com a dificuldade que tivemos em abarcar a totalidade do problema, em

compreender a totalidade do problema e em desenhar a solução que veio a revelar-se como sendo a melhor.

Quanto a relações privilegiadas com o banco *a* ou com o banco *b*, não as tenho com nenhum desses bancos — nem com o JP Morgan nem com nenhum outro.

Quanto à solução de, eventualmente, emitir bilhetes do Tesouro (BT) para colateral, deixe-me esclarecê-la, Sr.^a Deputada, que é isso o que o IGCP faz. O IGCP, quando tem posições de derivados que são favoráveis aos bancos, emite bilhetes do Tesouro para entregar como colateral. Desde o início da crise financeira, os custos de financiamento dos bancos aumentaram muito. Ora, ter esses títulos, que são emitidos mas que não contam para a dívida, que existem apenas como uma forma de garantia, permite reduzir os custos para o IGCP.

Portanto, quando se fala da ideia de emitir BT fala-se da ideia de usar para as empresas públicas exatamente o mesmo mecanismo que o IGCP usa nos contratos de derivados que tem. É importante que fique bem claro que este mecanismo não é nenhuma extravagância — é aquilo que o IGCP usa na gestão normal dos derivados sobre a carteira da dívida direta do Estado.

A sugestão, ou uma das soluções possíveis, era passar diretamente para o IGCP, era utilizar nas empresas públicas o mesmo mecanismo de colateral que o IGCP usa.

Com a licença do Sr. Presidente, vou entregar outro documento (por isso, os Srs. Deputados não precisam de se preocupar em vê-lo já, terão tempo de o ver depois).

No dia 21 de dezembro de 2011, foi enviado um *email* meu para a troica fazendo o ponto de situação das várias questões relacionadas com os derivados e a forma como, na altura, víamos as soluções possíveis. Não foi

a solução que veio a ser implementada, porque à medida que recolhemos informação viemos a constatar que a melhor solução seria outra, mas é mais uma demonstração de que esta questão estava ativamente a ser tratada. Com a autorização do Sr. Presidente, peço que este documento seja junto ao processo.

Quanto à questão sobre o Orçamento retificativo, tive também ocasião de explicar, quando estive na Comissão no dia 25 de junho, que houve necessidade de refletir no Orçamento retificativo os movimentos relativos às empresas. Como a Sr.^a Deputada disse, no momento em que se fecharam as transações, porque era um prazo muito curto, o IGCP fez um adiantamento de tesouraria para depois regularizar através ou de empréstimos ou de dotações de capital, a incluir no Orçamento do Estado.

Porque é que isto acontece? Porque temos um efeito que no Orçamento é neutro, falando única e exclusivamente das empresas que consolidam no perímetro das contas públicas (em relação às outras isto não se passa; estamos a falar única e exclusivamente destas empresas), e o que acontece é que há dinheiro que entra do lado do IGCP e há dinheiro que sai do lado das empresas para pagar aos bancos, como já dissemos aqui, sendo necessário que esses valores fiquem refletidos nos balanços de cada uma.

No caso do IGCP, como é uma entidade que reporta diretamente no Orçamento do Estado, este tipo de fluxos tem um registo contabilístico diferente.

No caso das empresas públicas, que são empresas e têm um balanço e uma demonstração de resultados, estes fluxos financeiros têm de ser registados. Portanto, registamos em cada empresa aquilo que a empresa teve de pagar, assim como vamos registar, em cada empresa, o menor montante de juros que vão ter de pagar daqui para a frente, mas o que importa verdadeiramente para os contribuintes é que, quando agregamos

tudo no Orçamento do Estado, esse efeito do pagamento e recebimento é neutro e o efeito dos juros é contabilizado à parte. Portanto, o reflexo agregado é um, o que não significa que nas contas das empresas não tenham de ficar espelhados esses movimentos.

Portanto, para regularizar o adiantamento de tesouraria do IGCP tivemos de considerar, no Orçamento rectificativo, empréstimos ou dotações de capital que permitam às empresas receber esses montantes e regularizar o adiantamento de tesouraria do IGCP, que é sempre uma operação de muito curto prazo e que tem de ser regularizada. Mas isso já expliquei quando estive na Comissão.

Relativamente ao relatório do Conselho das Finanças Públicas, Sr.^a Deputada, não o conheço. Não estou a dizer que ele não seja público, mas ainda não tive tempo de o analisar. Como tal, não me vou pronunciar sobre o relatório do Conselho das Finanças Públicas sem o ter analisado nem vou interromper os trabalhos desta Comissão para o analisar, para pedir informação ou o que quer que seja, porque não me parece que faça sentido.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Lopes Soares.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças e quero repetir algo que já disse de manhã, quando da audição do Sr. Ministro Vítor Gaspar.

É que, ao invés de tratarmos do objeto desta Comissão, Sr.^a Ministra, parece-me que alguns Srs. Deputados, designadamente os Srs. Deputados do Partido Socialista, se comportam como pirómanos. Viram o «incêndio» começar nos Governos do Partido Socialista e agora querem atacar o «bombeiro». Isto é algo absolutamente inacreditável, tanto mais quando,

depois de verem que, de facto, na questão substantiva, politicamente, os Deputados do Partido Socialista não teriam forma de explicar aquilo que se passou nas governações do Partido Socialista, quiseram criar o mito de que a Sr.^a Ministra mentiu. E a esse mito juntaram-se o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista Português.

Mas esse mito, hoje, terminou, porque a Sr.^a Ministra teve oportunidade de deixar mais uma vez claro aquilo que já tinha dito no dia 25. Mas, ao contrário do que pensava, depois da sua intervenção inicial, houve ainda aqui alguns Srs. Deputados que quase lhe perguntavam se, relativamente ao dia 25, pôs mais uma vírgula, mais um ponto de exclamação, mais um ponto de interrogação, o que considero verdadeiramente inacreditável, como disse.

A esse propósito, também quero ler as declarações da Sr.^a Ministra no dia 25, uma, em resposta ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão e, outra, em resposta ao Sr. Deputado Paulo Sá.

Disse a Sr.^a Ministra, no dia 25, o seguinte: «mantenho que não me foi transmitido, que não me foi passado, nenhum documento na pasta de transição, mantenho que não foi passada essa informação na reunião com o Sr. Secretário de Estado (...)» e termina dizendo, e bem, «posso informar, Sr. Deputado, que não estive presente na reunião entre o atual e o anterior Ministro das Finanças e, como tal, sobre essa não posso responder».

Julgo que terá respondido agora ao Sr. Deputado Filipe Neto Brandão.

Relativamente ao impacto orçamental, disse a Sr.^a Ministra, páginas 109 da transcrição da sua audição, «Sr. Deputado, mais uma vez gostaria de lhe referir a questão dos números. De facto, parece-me importante que as negociações fechadas, até ao momento, tenham um impacto neutro no Orçamento».

Ora, os portugueses, que sabem que esta é uma questão que lhes pode custar dinheiro, que traz custos ao erário público, acham tudo isto, se me permitem a expressão, Srs. Deputados, *faits divers* à volta daquela que é a questão central. E a questão central é saber o que é que foi feito, quem é o responsável pelas perdas eventuais, pelas perdas potenciais e pelas perdas efetivas que podemos vir a ter. Verdadeiramente, esta é a questão central e parece-me que a Sr.^a Ministra, nesta audição, conseguiu voltar a colocar o foco no objeto desta Comissão de Inquérito.

Não é por acaso que, depois de terminado o tal mito da mentira, agora se começa a falar a sério da questão dos *swaps*.

Esta é a questão que a Comissão de Inquérito tem de apurar e para a qual peço também o seu comentário. Estes instrumentos deveriam ser instrumentos para minorar o risco, para que se protegesse o interesse público. Viemos a constatar que há um conjunto destes contratos que, ao invés de minorar o risco, multiplicam o risco, multiplicaram o risco daqueles contratos com evidentes custos nas perdas potenciais.

Sr.^a Ministra, peço-lhe o seu comentário. A que é que atribui, e agora falando do objeto desta Comissão...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Presidente.

O Sr. Hugo Lopes Soares (PSD): — Terminou, Sr. Presidente.

Agora que terminou o mito da mentira da Sr.^a Ministra, pergunto-lhe a que é que atribui esta falta, talvez, de competência, talvez, de responsabilidade na feitura destes contratos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, relativamente ao que foi feito, objetivamente, herdámos uma situação que se verificou ser problemática, que tinha um conjunto de operações que, além de acarretarem perdas avultadas para o erário público, tinham também ameaças de execução ou de vencimento antecipado que podiam materializar perdas bem maiores de uma forma desordenada.

É muito importante ter-se presente que é muito diferente assumirem-se responsabilidades de forma controlada nos seus efeitos, outra coisa distinta é permitir que algo aconteça com um efeito descontrolado ou desordenado sobre as contas públicas, mais a mais numa situação em que o País está sob assistência financeira e em que estamos numa situação de particular fragilidade nessa matéria.

A confiança dos investidores, daqueles que mantêm a exposição quer às empresas pública quer à República é algo que é frágil e é mais uma razão para se lidar com muita cautela no que diz respeito às responsabilidades financeiras do setor público.

Aquilo que foi feito, como já tive ocasião de explicar, foi recensear o problema em termos completos. Foram sendo analisadas várias soluções possíveis, ao longo do tempo, até chegarmos àquela que nos pareceu a melhor e que foi implementada. As outras foram amplamente discutidas e, numa primeira análise, eram aquelas que nos permitiam, no imediato, evitar o exercício das cláusulas de vencimento antecipado. Recordo que também disse aqui, nesta Comissão de Inquérito, que o risco mais urgente era o risco financeiro e o risco financeiro que decorria da possibilidade dos bancos exercerem essas opções e, de um momento para o outro, o Orçamento do Estado sofrer um impacto significativo.

Portanto, a urgência de conter o risco financeiro foi o que motivou a abordagem. Naturalmente que as primeiras soluções que surgiram, como eu já tive ocasião de explicar, eram de replicar nas empresas aquilo que existe já no IGCP.

Com o conhecimento da informação, com a recolha, o tratamento e o conhecimento que se veio a ter, passado algum tempo, optámos por uma solução diferente, mas é um processo que demorou o seu tempo, essencialmente porque foi sempre reconhecido como fundamental desde o início que fosse bem resolvido. Um problema desta dimensão e desta natureza mal resolvido traria custos financeiros, orçamentais e de reputação gravíssimos para o Estado português. Teve de ser bem resolvido e em matérias desta complexidade isso exige tempo, exige o envolvimento de várias entidades, exigiu, inclusivamente, consultas, ainda em 2012, ao Instituto Nacional de Estatística, para perceber como é que as diferentes soluções eram refletidas em termos das contas públicas.

Os Srs. Deputados têm de perceber que todas estas soluções têm de ser analisadas em múltiplas dimensões. Tínhamos de discuti-las com a trióica, tínhamos de discuti-las com as contrapartes, tínhamos de perceber com o IGCP, com o assessor financeiro, com os consultores jurídicos, com o Instituto Nacional de Estatística, pois envolve uma multiplicidade de contornos que têm de ser discutidos, apreciados, compreendidos com muitas entidades. E isto, Srs. Deputados, leva tempo.

Efetivamente, levámos tempo a resolver e a única evolução negativa registada teve apenas que ver com a evolução da taxa de juro de mercado. Não acrescentámos um contrato àqueles que já existiam.

Os instrumentos deveriam ser, de facto, para minorar o risco ou, da forma como eu coloquei aqui, nesta Comissão de Inquérito, no dia 25, logo na minha intervenção inicial, para otimizar o custo de financiamento.

Como também tive ocasião de explicar, é importante que quem contrata este tipo de produtos saiba o que está a fazer, compreenda o produto que está a contratar e o acompanhe. Isto porque a generalidade destes produtos que tiveram reestruturações sucessivas, na maior parte das reestruturações — verificámos nós depois —, destinaram-se, a dada altura, a fazer parecer os custos mais baixos, porque, de facto, temporariamente melhoravam os resultados das empresas, mas iam acumulando riscos cada vez maiores.

Mas as verdadeiras intenções são algo que não posso dizer e que terão de ser explicadas por quem fez a contratação. A verdade que encontramos foi que, à medida que essas operações foram sendo reestruturadas, uma parte das perdas foi sendo cristalizada e ficava sempre como herança daquilo que vinha detrás, e durante uma determinada fase, de facto, os resultados das empresas melhoraram. Melhoraram artificialmente, porque, em troca dessa melhoria de resultados, tínhamos um risco muito significativo para o futuro. Como o risco não era reportado da mesma forma, era como se não existisse e a coisa parecia melhor.

Aliás, há inúmeros casos de financiamento que foi pedido com a condição de fazer um *swap*; há casos até de autorização de anteriores governantes, dos Secretários de Estado do Tesouro e Finanças e dos Transportes, a autorizar o financiamento e, nessas propostas, dizia-se que vai ser depois contratado um *swap*. A autorização, objetivamente, incide apenas sobre o financiamento, mas com o conhecimento de que, sobre isso, vai ser contratado um *swap*. E é sabido que o *swap* condiciona a taxa de juro que é paga no financiamento.

Mas isto não é um processo de intenções, é uma mera constatação de facto. As razões que terão levado alguns gestores a optar por determinados contratos, os Srs. Deputados terão de perguntar aos próprios. Aquilo que

percebemos foi que os resultados que esses contratos deram foram temporariamente positivos para as contas das empresas. Se essa era a verdadeira motivação, não me cabe a mim dizer se era ou não.

Aliás, também deixei muito claro que a atuação deste Governo nesta matéria foi, primeiro que tudo, conter o risco financeiro para o Orçamento de Estado, encontrar uma solução que fosse duradoura e consistente e que não aumentasse o problema nem criasse riscos futuros, e fomos testando várias soluções diferentes, acabando por optar pela solução que veio a ser implementada e que já expliquei aos Srs. Deputados, mas, objetivamente, este processo com o IGCP, que acompanhei, não se destinou a julgar nesse sentido aquilo que foi feito pelos antigos gestores.

A constatação de que tinha havido uma atuação por parte de alguns que tinha conduzido a prejuízos muito significativos levou o Governo, o Conselho de Ministros, a retirar a confiança a algumas dessas pessoas para o exercício de funções, mas é, como já tive ocasião de esclarecer, única e exclusivamente isto.

Como os Srs. Deputados sabem, mandámos toda a informação recolhida sobre todas as empresas, tudo aquilo que o IGCP recolheu – os contratos simples, os mais problemáticos, os mais complexos, todos, rigorosamente todos, sobre todas as empresas, toda a informação obtida – para a Procuradoria-Geral, para que, em sede própria, seja analisado se há ou não outras questões a serem suscitadas. Mas esse é um processo que, naturalmente, é completamente alheio ao Governo.

Portanto, aquilo que foi feito foi pegar num problema que revelou, para além da dimensão do *mark-to-market*, ter riscos iminentes de exercício antecipado, ter complexidades financeiras e jurídicas. Encontrámos esse problema e resolvemo-lo, ao longo deste tempo, envolvendo todas as entidades que tinham de ser envolvidas e, do nosso ponto de vista, já o

tinha dito e repito, de uma forma que salvaguardou da melhor maneira o interesse público.

Isso foi o que foi feito ao longo deste tempo. Aquilo que foi feito antes ou o que não foi feito antes, é uma questão a que certamente outros poderão responder melhor do que eu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Galamba.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, começo por cumprimentar a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças e dizer o seguinte: Sr.^a Ministra, quem deu o mote para esta Comissão foi a Sr.^a Ministra. Primeiro, numa conferência de imprensa a 26 de abril, quando estava a ocorrer o Congresso do PS, e, depois, na Comissão de Orçamento e Finanças, no dia 30.

E essa Comissão de Orçamento e Finanças é importante porque nos permite enquadrar algumas das afirmações que aqui fez sobre as pastas de Teixeira dos Santos e Vítor Gaspar e as suas.

Os Deputados Fernando Medina e Pedro Marques perguntaram ao Governo, à equipa das Finanças, se não tinha conhecimento e falou equipa das finanças, não falou a Secretária de Estado, de uma reunião que teve com Costa Pina. Falou a equipa das Finanças e o que a equipa das Finanças disse foi que, este Governo, não tinha tido conhecimento, e insinuou que tinha havido ocultação de informação por parte do anterior Governo.

Ora, isto é da maior importância, porque quando a senhora aqui vem depois, no dia 25, a esta Comissão de Inquérito e repete essa afirmação, ao que está a referir-se é a transição de pastas entre Governos, que inclui obviamente a transição de pastas e a reunião entre Teixeira dos Santos e a sua equipa à altura e Vítor Gaspar.

Portanto, a Sr.^a Secretária de Estado, quando tenta fazer a habilidade de que não teve conhecimento nenhum dessa reunião, de duas, uma: ou está a mentir ou, então, o que está a dizer é que o seu antecessor Vítor Gaspar foi incompetente e não lhe transmitiu informação que foi dada durante essa reunião.

A reunião foi no dia 18, Sr.^a Secretária de Estado, e é pouco crível que alguém que toma posse no dia 28 e que tem a tutela específica desta matéria não tenha tido informação sobre as iniciativas em curso.

Repito, de duas, uma: ou mentiu... Aliás, foi aqui perguntado várias vezes pelo Sr. Deputado do PCP, e a Sr.^a Ministra não respondeu, quando é que Vítor Gaspar lhe comunicou o conteúdo dessa reunião. Portanto, ou a Sr.^a Ministra insiste em mentir ou, então, está a dizer que Vítor Gaspar foi incompetente, não transmitiu informação da maior importância e, assim, quanto à imputação da culpabilidade e negligência que é feita ao anterior Governo nestas matérias, de facto, trata-se de negligência dentro deste Governo, nomeadamente entre o gabinete do Sr. Ministro das Finanças e a sua Secretária de Estado, responsável, volto a dizê-lo, por esta matéria.

Sobre a questão do IGCP, também foi perguntado, pelo Deputado Paulo Sá, que instruções deu ao Dr. Alberto Soares para iniciar a recolha de informação.

A Sr.^a Ministra veio aqui dizer que o relatório que obteve, no dia 19, tinha informação insuficiente. Muito bem, admitindo que sim. Mas que iniciativa é que tomou, no dia a seguir, para completar essa informação? Até agora, os dados que temos é que nenhuma.

Deu ou não orientações ao IGCP, imediatamente a seguir a receber esse ficheiro, para completar a informação que a Sr.^a Ministra dizia estar em falta?

A Sr.^a Ministra também disse aqui que uma das informações que não constavam desse ficheiro era a dos *rating trigger*.

Ora bem, Sr.^a Ministra das Finanças, entendamo-nos: uma especialista em *swaps*, que fez *swaps* na REFER, que, como foi dito hoje por Vítor Gaspar, tinha amplo conhecimento desta matéria, não conhecer algo que é *standard* em relatórios de *swap*, não tem qualquer credibilidade.

A Sr.^a Ministra das Finanças sabia muito bem que havia este tipo de cláusulas, e também sabia muito bem que, em março — aliás, consta de um *email* que apresentou aqui, hoje, da JP Morgan —, as cláusulas eram efetivas, ou seja, a partir de março, a seguir ao chumbo do PEC 4.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar.

O Sr. João Galamba (PS): — Portanto, a Sr.^a Ministra das Finanças tinha informação. Nunca ninguém disse que era detalhada e total mas tinha informação.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Foi informada e tinha a noção dos riscos e, portanto, tem de dizer quando é que pediu informação adicional para completar esse ficheiro.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Vou terminar, Sr. Presidente.

A Sr.^a Ministra admite também que o dinheiro que entrou, que foi pago aos bancos, veio dos bancos. Aquele *slide* mostra que isso não é

verdade. Há ali uma diferença e aquele *slide* é o mesmo, são os mesmos valores que apresentou antes.

E, agora, termino. A Sr.^a Secretária de Estado tem dito aqui que os *swaps*, em si mesmos, não constituem qualquer problema.

O Sr. Presidente: — Tem mesmo de terminar, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — O problema é quando são feitos para outras coisas que não a otimização de risco.

Portanto, volto a perguntar-lhe: o que é que justificou que a Sr.^a Secretária de Estado, enquanto responsável financeira da REFER, tenha contratado um *swap* chamado *digital cap against SEK-CAP* indexado a uma taxa de juro fora da zona euro, e que não pode, portanto, ter nenhuma relação com a gestão de risco mas é, sim, um *swap* especulativo...

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — ... porque implica que assumiu riscos que não estavam já nessa empresa, porque não consta que a REFER tenha qualquer contrato de financiamento com a Suécia.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, faça favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado João Galamba, mais uma vez, as conclusões que o Sr. Deputado tira são suas e não minhas.

O Sr. João Galamba (PS): — Com certeza!

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Mais uma vez, eu não menti e o Sr. Professor Vítor Gaspar não foi incompetente.

O conteúdo da reunião, como já ficou aqui amplamente esclarecido e foi repetido, não acrescenta valor. Contudo, da reunião...

O Sr. João Galamba (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Galamba, agora, é o momento da Sr.^a Ministra responder.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Na transição de pastas entre Secretários de Estado não foi referido nada relativamente aos *swaps*. A informação que terá sido passada ao Sr. Ministro das Finanças não acrescenta nada, em termos relevantes, para a matéria dos *swaps*. É um mero procedimento, desencadeado para dar cumprimento a uma medida do Memorando. Apenas! E os Srs. Deputados têm essa ficha e poderão constatar, por si próprios, que nada acrescenta. Aliás, a palavra *swaps* não vem, sequer, referida. Ela está incluída quando se diz «todas as responsabilidades contingentes», o que inclui, naturalmente, *swaps*. Por isso, é que a informação estava a ser recolhida, por isso é que a solicitei, logo no primeiro dia, quando me encontrei com o anterior Diretor-Geral do Tesouro e Finanças.

Quanto às instruções que dei ao IGCP, Sr. Deputado, a questão que se coloca, e isso fica claro nos *emails* que distribuí hoje, é que dei instruções ao IGCP para colaborar na procura da solução.

Vamos ver se nos entendemos quando se diz que a informação é insuficiente. Já disse aqui hoje, mas repito, que uma grande parte da informação relevante para tomar a decisão não foi sequer identificada à cabeça. Ou seja, não era olhando para aquela folha de *Excel* e dizer-se «Onde é que está o *day one PV*? Onde é que estão as cláusulas? Onde é que está o que quer que seja? Ou quantas reestruturações é que isso já teve?»

Houve um processo, ao longo do qual, à medida que a informação foi sendo trabalhada, nos fomos apercebendo de que era precisa mais informação. Já esclareci aqui, hoje, que foi um processo longo e moroso, porque à medida que fomos pedindo, percebemos que havia mais para pedir, e esse processo foi sendo feito ao longo do tempo, tanto que, no dia 1 de setembro, quando é constituída, dentro do IGCP, uma equipa especificamente destinada a tratar este assunto, tinham já na sua posse os elementos que lhes permitiram trabalhar. Se não tivesse sido feito esse trabalho antes, se se tivesse começado só em setembro, provavelmente, por esta altura, o problema ainda não estaria resolvido e o processo não estaria ainda concluído.

Quanto ao que o Sr. Deputado me diz, que não sabia dos *rating triggers*, chamo a atenção, mais uma vez e repito, que as cláusulas contratuais — e já disse isto aqui hoje, pelo menos, duas vezes — iam muito para além dos ainda *rating triggers*. Havia outras cláusulas de vencimento antecipado que existiam em muitos destes contratos e que davam o direito, em alguns casos, até, a ambas as partes, de desfazer o contrato numa determinada data.

Este conjunto de cláusulas contratuais não estava identificado na informação que me foi transmitida, apesar de, a julgar pelas declarações que o ex-Diretor-Geral do Tesouro fez aqui, haver conhecimento dessas

clausulas e dos riscos que essas cláusulas representavam, em termos de vencimento antecipado dos contratos.

Quanto à explicação do dinheiro dos bancos para os bancos, como o próprio Sr. Deputado João Galamba constatou, os números que mostro hoje são os mesmos – e já tínhamos chegado a essa conclusão – que mostrei no dia 25. Na altura, o que eu disse foi que as confirmações – e não falei ao cêntimo, porque não tinha essa informação ao cêntimo – estavam a ser enviadas para a Comissão de Inquérito à medida que iam sendo assinadas e à medida que as negociações iam sendo concluídas. E repeti, imensas vezes, ao longo da minha audição, o impacto neutro no Orçamento do Estado, no défice e na dívida pública. Há múltiplas referências.

A transcrição da minha audição está disponível no *site* do Parlamento e qualquer pessoa poderá ir lá ver quantas vezes repeti que não há efeito no orçamento, que efeito no orçamento é neutro, que não tem impactos no défice e na dívida pública. Repeti-o até à exaustão e está documentado.

Quanto à última questão que me coloca sobre um *swap* na REFER, aquilo que eu disse, Sr. Deputado, é que os *swaps* devem ser contratados numa lógica de otimização dos custos de financiamento. E também disse, na minha intervenção inicial, que a escolha das variáveis deve ser feita, primeiro, com variáveis que possam ser acompanhadas no mercado, transparentes, não sejam índices proprietários ou de outra natureza que se tornem opacas, variáveis que possam ser acompanhadas no mercado e cuja dinâmica se possa compreender. A dinâmica de relação entre economias europeias, em processos de convergência, é uma dinâmica que eu, enquanto economista, compreendo, Sr. Deputado. Portanto, eu compreendia o risco.

Em qualquer caso, no que diz respeito aos *swaps* da REFER — e os Srs. Deputados também têm essa informação porque eu mesma a transmiti —, ao longo de 10 anos de realização de contratos de *swap*, em que a

REFER esteve sujeita às mesmas condições de mercado, às mesmas pressões de financiamento, em que contactava com os mesmos bancos que ofereciam os mesmos produtos, objetivamente, teve sempre uma gestão mais prudente, e o resultado agregado dessa atuação foi um ganho para ao erário público. Isso é um dado completamente objetivo sobre o resultado do que fiz enquanto lá estive, ou, melhor, do que eu propus que fosse feito, que era essa a minha função enquanto lá estive, e aquilo que foi feito nas outras empresas e que multiplicou o risco.

E a multiplicação do risco vê-se pela desproporção, em alguns casos, entre o risco que é suposto cobrir-se e o valor de mercado negativo. Temos vários casos, infelizmente, em que o valor de responsabilidade potencial do *swap* ou o *mark-to-market* é um múltiplo do valor do empréstimo que se pretendia cobrir. Isso nunca aconteceu na REFER com nenhum contrato, nem feito por mim nem feito depois de eu ter saído.

O Sr. Presidente: — Vamos agora passar ao CDS-PP. Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr.^a Ministra, vou fazer uma coisa que confesso que me desagrada imenso, que é ler *mails* trocados entre pessoas, que devem ficar na esfera privada. Fiquei preocupado quando recebi os *emails* do Dr. Felício, mas importa ler aqui alguns.

Um *email* que V. Ex.^a dirige ao Dr. Alberto Soares e que diz...

O Sr. João Galamba (PS): — *Por não ter falado ao microfone, não é possível transcrever as palavras do orador.*

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Vou tentar ser seletivo e, portanto, peço desculpa por, eventualmente, estar a ser tendencioso nessa seletividade, mas esse *email* diz assim: «se acharem que existe algum enquadramento legal razoável para uma operação deste género» — e a operação deste género é resolver um problema da Metro do Porto e da Metro de Lisboa — «agradeço que me digam o que seria necessário. Claro que se tiverem outra ideia melhor, será muito bem-vinda».

Isto é a Sr.^a Ministra, Secretária de Estado na altura, a solicitar ao tal Sr. Dr. Alberto Soares ajuda e sugestões. Pelos vistos, desmente completamente a informação de que não tinha pedido nada.

Mas, mais, sobre um outro em concreto, dizia que «agradeço a vossa avaliação urgente de exequibilidade de uma operação deste tipo» — portanto, outro pedido.

Há também aqui um *email* uma técnica, Sofia Torres, que diz algo que confirma que a solução encontrada é uma solução de negociação musculada, global, que faz sentido. Ela diz: «O que gostava mesmo é de não cairmos numa situação de ter que resolver estes assuntos de forma casuística, perdendo capacidade de negociação».

Estes pequenos trechos mostram que, de facto, houve pedidos a quem de direito, de ajuda e de informação, e que o tratamento que se deu, global, com uma visão global e centralizada, também foi correto.

Mas, porque estamos numa Comissão de Inquérito, queria apelar à capacidade técnica de V. Ex.^a, pedindo-lhe ajuda para perceber algumas coisas.

O Sr. ex-Ministro Teixeira dos Santos e o Sr. ex-Secretário de Estado Carlos Costa Pinto deixaram-nos uns gráficos da Euribor. Só tenho o do Sr. ex-Secretário de Estado Carlos Costa Pinto, porque no deixado por Teixeira dos Santos fez muitos rabiscos, mas tinha a Euribor a três, a seis e a 12

meses. E, de facto, em 2008/2009 baixa, baixa consideravelmente, quase a 1%.

O que não consigo perceber, mas deve haver uma explicação técnica, é por que é que, nessa altura, em que a Euribor já se encontrava numa trajetória claramente descendente, se continuaram a fazer *swaps*, e fizeram-se bastantes, teoricamente, para cobrir um risco que parecia não existir.

A pergunta feita aos ex-governantes era sobre a tal questão de não criar um *Big Brother* sobre a gestão das empresas. Fico sempre preocupado quando vejo gente com muita disponibilidade de fazer um *Big Brother* sobre os *mails* particulares mas, depois, sobre a gestão da coisa pública, das empresas, «é melhor não mexer». Acho que a tutela e os instrumentos de fiscalização do Estado ou estão a funcionar deficientemente, e temos, rapidamente, de encontrar mecanismos para os pôr a funcionar melhor, ou não podemos deixar que essas situações fiquem apenas e só na esfera dos gestores das empresas.

Depois, queria também perguntar que entendimento é que podemos ter de um *swap*, um *snowball*, da Metro do Porto (mas também há na Metro de Lisboa), que a Goldman Sachs e StormHarbour classificam como muito estranho, porque o valor de *mark-to-market* do próprio dia da assinatura do contrato já apresentava valores de menos 67 milhões de euros, ou um valor nominal de 126 milhões de euros. «A estrutura deve uma performance apenas marginalmente negativa, 5 milhões de euros». Era ou não suposto, num *swap* tradicional, normal, daqueles que são um bom instrumento de gestão de risco, que esta situação acontecesse? Ou estamos perante um *swap* que, de facto, foge muito do estereótipo daquilo que se pode considerar um *vanilla*, ou seja, um *swap* normal? E, se isto acontece, que classificação ou que entendimento é que podemos fazer disto?

Era bom termos este esclarecimento porque, na segunda parte dos nossos trabalhos, no regresso de férias, vamos ouvir os gestores de empresas e, portanto, essa informação técnica é, para nós, muito importante.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra, faça favor.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Deputado, a questão que coloca parece-me, de facto, pertinente, ou seja, continuaram a ser feitos *swaps* nas empresas públicas depois das taxas de juro começarem a cair. Quanto à razão pela qual foram feitos, haverá provavelmente motivações diferentes.

Houve algumas reestruturações que tentaram ir empurrando as perdas cada vez mais para a frente, sabendo nós que os problemas que se «empurram com a barriga» não se resolvem sozinhos. Aliás, este problema dos *swaps* não se resolveu sozinho, como ficou aqui demonstrado, foi preciso agarrá-lo, tratá-lo e dar-lhe efetivamente uma solução.

Suspeito, mas isto é uma suspeita, que, a partir dessa data, parte destas operações tenham sido feitas para tentar ainda dilatar no tempo os efeitos negativos, e foi crescendo, isso, sim, num *snowball*, o montante das responsabilidades e os riscos assumidos por parte das empresas.

Quando o Sr. Deputado diz, e isto já foi aqui referido várias vezes, que foi dito pelo Sr. ex-Ministro Teixeira dos Santos que não queriam ser um *Big Brother* das empresas públicas», tenho uma visão completamente diferente. Aliás, logo no verão de 2011, recebemos uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional sobre gestão financeira pública que emitiu um conjunto de recomendações e, no que respeita ao setor empresarial do Estado, emitiu um conjunto de recomendações que vieram a ser vertidas na

lei de autorização legislativa e no decreto-lei autorizado que está para ser aprovado nos próximos dias.

E uma das coisas que é dita, e utilizam os exemplos dos países onde este processo de saneamento do setor público, digamos assim, foi bem sucedido, é precisamente o reforço do poder do Ministério das Finanças a controlar as empresas, mas a controlar de uma forma completamente efetiva, porque não se trata de ser *Big Brother* de umas empresas quaisquer, trata-se de controlar as empresas, já que a atuação dessas empresas se reflete no Estado, uma vez que o Estado é, implícita ou explicitamente, o garante das responsabilidades que essas empresas assumem.

Não se trata de ser *Big Brother*, trata-se de defender o interesse patrimonial do Estado, dos cidadãos e dos contribuintes. Isto não é nenhum tipo de comportamento de *Big Brother*, é um comportamento estrito de responsabilidade, de controlo daquilo que é confiado à nossa guarda, que, aliás, é o que fazem os acionistas das empresas privadas. Os acionistas das empresas privadas não têm qualquer problema de consciência em imiscuir-se na gestão daquilo que é seu, o que, aliás, é um comportamento absolutamente legítimo.

Portanto, aquilo que fizemos com a lei de autorização legislativa, e que vai ficar vertido no decreto-lei autorizado, talvez o considerem um *Big Brother* mas é, de facto, um mecanismo de controlo muito mais efetivo, porque, para além de resolvermos o problema do passado que encontrámos, estamos preocupados em garantir que ele, no futuro, não se repete.

Tal como disse a esta Comissão de Inquérito, saneamentos financeiros das empresas públicas já foram feitos vários no passado, e estou a falar de acontecimentos bem anteriores até ao último ou aos últimos Governos do Partido Socialista, estou a falar de coisas ainda mais para trás, mas, infelizmente, à data, quando esses saneamentos financeiros foram

feitos, não foram tomadas as medidas necessárias para garantir que o problema não tornava a aparecer. O que fizemos agora, para além de resolver o problema, foi criar mecanismos que garantem que o problema não volta a aparecer.

Quanto à operação específica que refere, da Metro do Porto, enfim, um *snowball* é um *swap* que está sempre a piorar, em que os resultados vão sendo sempre piores. Quando têm memória, no sentido em que o cupão fixado numa data é sempre o mínimo para as datas posteriores, significa que, mesmo que depois, ao longo do tempo, a taxa de juro inverta a sua evolução, já não é possível voltar a ter um bom resultado. Infelizmente, temos um conjunto de produtos desses na carteira de algumas empresas públicas, ou seja, produtos em que, aconteça o que acontecer à taxa de juro, daqui até à maturidade, as taxas que estão agora a ser pagas, de dois dígitos — mais de 20% e de 30% —, nunca podem descer. No âmbito daqueles contratos, nunca descem, aconteça o que acontecer; na melhor das hipóteses, param de subir. Isto é, caracteristicamente, um *snowball* sem *cap*, ou seja, sem limite.

Relativamente à questão que coloca, do valor de perda inicial, como eu também já disse, acabou por ser um critério determinante na avaliação que o IGCP fez e na forma como abordou a questão. Ou seja, no conjunto de operações que foram analisadas, verificou-se que, muitas delas, tinham começado, logo no primeiro dia, por apresentar um resultado muito negativo. Isto significava o quê? Que o banco tinha tido um lucro excessivo? Pode ser um reflexo de o banco ter um lucro excessivo, que é permitido sobretudo por operações de grande opacidade e complexidade, mas, sobretudo, de opacidade, porque, quando temos, por exemplo, índices proprietários dos bancos, trata-se de indexantes que não são transparentes e cuja lógica de evolução não se consegue acompanhar, acompanha-a o

próprio banco. Tanto que os outros bancos nunca assumem esse risco. É muito frequente, quando se tem um *swap* apenas de taxa de juro, passar a posição de um banco para o outro. O banco *a* diz: «Já não quero ter esta posição, vou passá-la ao banco *b*». Se a contraparte concordar, isso acontece. Isso acontece, frequentemente, com *swaps* de taxa de juro, mesmo mais complexos, com declives de curva, com indexantes a taxas de juro noutras moedas, porque são tudo variáveis perfeitamente observáveis em mercado.

Quando se faz um produto desses, um *swap* com um índice proprietário, só esse banco é que é capaz de acompanhar esse produto, portanto, fica-se refém desse banco e isso, frequentemente, gera um lucro excessivo no primeiro dia. Isso, que foi chamado o *day one PV*, que é o valor presente no primeiro dia, quanto é que aquele *swap* valia negativo logo no primeiro dia, era influenciado por estes fatores ou porque se pretendia ter um cupão artificialmente baixo para a frente e incluía-se logo um valor muito negativo. Enfim, há várias razões, mas, efetivamente, na generalidade dos contratos onde se veio a provar que as perdas mais significativas decorriam daí, e são esses, precisamente, que são identificados como mais problemáticos, os que têm o *day one PV* mais elevado, essa informação teve de ser calculada a partir da informação que foi recolhida.

Hoje, não tenho aqui comigo um contrato destes, mas posso enviá-lo aos Srs. Deputados, com todas as suas cláusulas e com a sua ficha técnica, apenas para os Srs. Deputados avaliarem da complexidade de analisar um instrumento desses, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista financeiro. Não é por mais nada, é apenas para ilustrar aquilo que estou a dizer e para mostrar que, de facto, é um assunto de grande complexidade,

cuja resolução teve uma morosidade significativa, mas resolveu-se bem, e parece-me que este é o ponto fundamental que devemos realçar.

O Sr. Presidente: — Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, o Dr. Vítor Gaspar reuniu com o Dr. Teixeira dos Santos para efetuar a transição de pastas entre os dois Governos, o atual e o anterior. Quer o Dr. Vítor Gaspar, quer o Dr. Teixeira dos Santos confirmaram, perante esta Comissão, de forma taxativa e inequívoca, que abordaram a questão dos *swaps* nessas reuniões. O Dr. Vítor Gaspar, hoje de manhã, informou esta Comissão de que lhe deu conhecimento do conteúdo destas reuniões de transição de pastas. Perguntei-lhe se confirmava esta informação e a Sr.^a Ministra não foi capaz de desmentir o Dr. Vítor Gaspar. Claro que ficou um pouco embaraçada — foi notório —, meteu os pés pelas mãos, começou a discutir se o conteúdo era ou não relevante, mas não respondeu.

Perante uma pergunta tão simples — «Vítor Gaspar deu-lhe ou não conhecimento do que se tinha passado nas reuniões de transição?» —, a Sr.^a Ministra não foi capaz de responder de forma clara e inequívoca.

Assim, tendo em conta que a Sr.^a Ministra disse, nesta Comissão, e cito, que «na transição de pastas nada foi referido a respeito desta matéria» — *swaps* — e que também afirmou que quando chegou a estas funções não encontrou uma referência ao problema, perante estas afirmações, e confrontada com as informações prestadas pelo Dr. Teixeira dos Santos e pelo Dr. Vítor Gaspar, só podemos concluir que a Sr.^a Ministra, na altura Secretária de Estado, faltou à verdade a esta Comissão.

Perguntei-lhe diversas vezes, nas duas audições, nesta e na anterior, o que é que foi feito exatamente para a recolha de informação. Não estou a falar do acompanhamento em geral, da decisão sobre quem trata da informação, porque a Sr.^a Ministra também já disse, diversas vezes, que a informação recebida do Diretor-Geral do Tesouro e Finanças era insuficiente, não era suficiente para tomar uma decisão, era preciso completar essa informação, queríamos apurar aqui qual foi o trabalho de recolha de informação, Sr.^a Ministra, e gostaríamos de ser capazes de reconstruir todo esse processo de recolha de informação ao longo do tempo.

Nesse sentido, pedi-lhe, na audição anterior e nesta, para fazer, mês a mês, um relato dos passos que foram dados. Também lhe pedi, nesta audição, para dizer que orientações concretas deu ao Presidente do IGCP, Alberto Soares, relativamente à recolha de informação, quando é que as deu e se tem algum documento que ateste que fez esse pedido ou deu essa orientação ao IGCP, mas a Sr.^a Ministra recusa-se a responder, da mesma forma que Vítor Gaspar, hoje de manhã, também se recusou a responder, lendo apenas aquilo que a Sr.^a Ministra já havia dito na audição de 25 de junho.

Continuo a querer saber e a querer ser capaz de reconstruir, passo a passo — porque esta Comissão é para apurar tudo, tudo, mas mesmo tudo, até às últimas consequências, e com detalhe —, todo o processo de recolha de informação, desde aquele dia em que a Sr.^a Ministra recebeu um *email* do antigo Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, a dizer «as perdas potenciais ascendem a 1500 mil milhões de euros», até ao dia em que deu por concluída a recolha de informação. Passou-se mais de um ano e gostava de reconstruir o processo detalhadamente, porque esta Comissão tem de apurar as coisas detalhadamente e não pela rama.

Portanto, vou pedir-lhe, mais uma vez, Sr.^a Ministra, que comece em junho de 2011 e, mês a mês, vá descrevendo o processo de recolha de informação, quem foram os intervenientes, que informação foi recolhida, até ao momento em que a senhora considera que a informação recolhida era suficiente para tomar uma decisão e tomou essa decisão. Faça-lhe mais uma vez este pedido, para que faça um esforço de memória no sentido de reconstruir, passo a passo, este processo de recolha de informação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quero só começar por dizer que as conclusões são suas, não me revejo nelas. O Sr. Deputado passou uma boa parte do seu tempo a tirar conclusões sobre coisas que eu disse, dizendo que menti, etc., e quero apenas dizer, mais uma vez, Sr. Deputado, que as conclusões são suas...

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Obviamente! Fui eu que falei.

A Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças: — ... e mantenho exatamente aquilo que disse.

Mas, respondendo objetivamente àquilo que o Sr. Deputado me pergunta, vou dizer-lhe todos os passos. Aliás, vou até começar antes do dia 29, vou começar no dia 28, que foi o dia da minha tomada de posse.

Dia 28 de junho de 2011: tomada de posse, enquanto Secretária de Estado.

Dia 29 de junho: reunião com o ex-Secretário de Estado do Tesouro e Finanças; *email* do ex-Diretor-Geral do Tesouro, a meu pedido.

Dia 18 de julho de 2011: solicitei a atualização da informação dos *swaps* à Direção-Geral do Tesouro.

Dia 19 de julho de 2011: o anterior Diretor-Geral do Tesouro remete a informação que tinha sobre os *swaps*, que incluía o valor do *mark-to-market*, uma descrição sucinta dos contratos, com as classificações que as empresas lhes atribuíam, enfim, aquela lista que mostrei há pouco, aliás, os Srs. Deputados têm o *email*.

Dia 12 de agosto de 2011: versão final do relatório do setor empresarial do Estado.

Dia 31 de agosto de 2011: remeto para o IGCP questões sobre *swaps*, solicitando parecer sobre uma proposta de solução.

Dia 4 de outubro de 2011: informação da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, com proposta de operacionalização do despacho.

Dia 17 de novembro de 2011: parecer do... Peço desculpa, saltei uma data. Dia 31 de outubro de... Não, ainda estamos em 2011, tenho uma coisa que não está aqui na lista. Dia 17 de novembro de 2011: parecer do IGCP sobre uma proposta de solução, que, aliás, foi remetido via Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

Dia 6 de dezembro de 2011: novo parecer do IGCP, com uma proposta de solução e os passos a seguir.

Dia 21 de dezembro de 2011: a Secretária de Estado informa a troica sobre as soluções pensadas (*email* que dei, há pouco, ao Sr. Presidente da Comissão).

Dia 26 de dezembro de 2011: Secretária de Estado confirma ao Presidente do IGCP as alterações aos estatutos que seriam necessárias. Depois, há um conjunto extensíssimo de *emails* trocados, ao longo de todo este período, relacionados com a alteração dos estatutos e com os múltiplos contactos que os bancos foram tendo com o IGCP, na análise das soluções.

Ao longo de todo este processo, há múltiplas conversas, reuniões, discussões. É também nesta altura, final de março, que sai ou abandona o Conselho de Administração do IGCP o anterior Presidente, Dr. Alberto Soares.

Dia 6 de junho de 2012: aprovação, em Conselho de Ministros, dos novos Estatutos do IGCP.

Dia 14 de junho de 2012: nomeação do novo Conselho de Administração do IGCP.

Dia 27 de agosto de 2012: publicação dos estatutos do IGCP.

Dia 1 de setembro de 2012: entrada em vigor dos novos estatutos do IGCP; criação de uma equipa específica, no IGCP, especialmente dedicada a esta matéria.

Novembro de 2012: primeira abordagem dos bancos pelo IGCP. Janeiro de 2013: o relatório do IGCP é entregue à tutela.

Março de 2013: reuniões com os bancos, em que estive eu própria e os Secretários de Estado responsáveis pela tutela técnica, aquela primeira reunião em que se começa a implementação da estratégia.

Entre abril e junho de 2013: foi implementada a estratégia.

Estes são os passos relativamente aos quais houve troca de *emails*. Aliás, há muitos outros *emails*, no entretanto, sobre esta matéria, mas estes passos estão elencados com troca de *emails*, e *emails* que os Srs. Deputados já têm, por isso refiro estes. No entretanto, como os Srs. Deputados compreenderão, houve múltiplas reuniões e discussões sobre esta matéria, que esteve sempre presente e sempre a ser discutida.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, acabámos a segunda ronda de perguntas e o meu propósito é o de perguntar aos Srs. Deputados se desejam inscrever-se para usar da palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Peço a palavra para fazer um requerimento oral, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Sá.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, o meu requerimento oral vem no seguimento da não resposta da Sr.^a Ministra, que, mais uma vez, não respondeu à questão da recolha de informação, tendo-se limitado a falar de passos, da alteração dos estatutos, da nomeação disto e daquilo.

Ora, gostaríamos de reproduzir este processo de recolha de informação, mas visto que não podemos contar com a colaboração da Sr.^a Ministra para o reproduzir integralmente, vimos apresentar um requerimento oral no sentido de que a Comissão solicite à Secretaria de Estado do Tesouro cópia de toda a correspondência sobre *swaps*, enviada ou recebida, com as três entidades — IGCP, DGTF e IGF —, que solicite ao IGCP cópia de toda a correspondência sobre *swaps* trocada com as outras entidades referidas, nomeadamente a DGTF e a IGF, e ainda que esta informação possa ser enviada o mais rapidamente possível a esta Comissão para que a mesma possa, trabalhando a informação referida, reconstruir o processo exato de recolha de informação passo a passo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, o seu requerimento oral, apesar de tudo, tem alguma complexidade quanto ao seu conteúdo e eu confesso que a esta hora já não fui capaz de reter esse mesmo conteúdo. O que lhe peço é que venha a transformar o seu requerimento oral num requerimento sob forma escrita.

Incumbe-me agora perguntar aos Srs. Deputados se desejam usar da palavra nesta fase final.

*A Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados João Galamba, Ana Drago, Paulo Sá, Fernando Virgílio Macedo, Hélder Amaral, Ana Catarina Mendonça e Adão Silva.

Srs. Deputados, vamos então começar esta última ronda. Como sabem, cada um dos Srs. Deputados dispõe de 2 minutos, sendo que a Sr.^a Ministra fará o seu comentário a final das vossas intervenções.

Sr. Deputado João Galamba, tem a palavra.

O Sr. João Galamba (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, o Partido Socialista continua a afirmar que, no que concerne à afirmação feita por si várias vezes, primeiro numa conferência de imprensa e depois na COFAP e nesta Comissão de Inquérito, a Sr.^a Ministra das Finanças faltou à verdade ao dizer que o Governo anterior não tinha referido nada na transição de pastas.

Nunca foi dito que a informação era suficiente ou que era total, ou que era relevante. A questão sempre foi sobre se foi ou não referido e a importância daquela ficha é exatamente demonstrar que sim, foi referido. Portanto, o Partido Socialista mantém que entende que a Sr.^a Ministra faltou à verdade nesta matéria.

Assinalamos também o facto muito interessante de, às perguntas sobre se deu instruções ao IGCP para aprofundar a recolha de informação que a Sr.^a Ministra considerava insuficiente naquele relatório, a Sr.^a Ministra, repetidamente — duas vezes ao Deputado Paulo Sá e uma vez a mim —, não respondeu, tendo-se refugiado sempre na questão do acompanhamento e dos estatutos.

A pergunta é muito específica e é sobre quando deu instruções para completar a informação constante de um ficheiro de *Excel*, que a Sr.^a Ministra considera insuficiente. Ora, se considera insuficiente, numa matéria que considerava da maior importância ser resolvida, tinha a obrigação, porque a tutela era sua, de tomar as iniciativas necessárias para completar esse ficheiro. Até agora, ainda não foi capaz de demonstrar que o fez.

Outra afirmação sua que não corresponde à verdade é a ideia de que todo o dinheiro pago aos bancos saiu dos bancos. Há uma diferença entre valor pago e valor recebido, portanto, essa afirmação não é verdadeira.

Há ainda outra afirmação que não nos parece verdadeira. A Sr.^a Ministra das Finanças diz que não teve impacto no Orçamento.

Ora bem, o Conselho das Finanças Públicas, que não é uma instituição qualquer — vem explicitamente referido na Lei de Enquadramento Orçamental, sendo uma instituição da maior importância na elaboração, apresentação e discussão de todas as matérias orçamentais —, refere no seu relatório, publicado há mais de duas semanas, que este encerramento de *swaps* teve custos. Sabemos também que o Ministério das Finanças foi contactado pelo *Diário Económico* para comentar este relatório e não comentou. Portanto, a Sr.^a Ministra das Finanças não pode dizer aqui que desconhecia este relatório. O que não sabemos é se são 250 milhões, 275 ou menos. Caberá à Sr.^a Ministra das Finanças dizer-nos aqui qual é.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. João Galamba (PS): — Concluo, Sr. Presidente, com a questão seguinte. A Sr.^a Ministra das Finanças disse que obteve um desconto de

500 milhões de euros. Ora, a Sr.^a Ministra sabe muito bem, porque é especialista nessa matéria, que as reservas que os bancos têm enquanto os contratos *swap* estão abertos, nomeadamente o CVA e o FVA, eram superiores a 500 milhões de euros e que quando se encerra um contrato, na maturidade ou antes, essas reservas são desfeitas. Portanto, não é um custo. Ou seja, esse desconto de 500 milhões de euros é inferior à soma do CVA e do FVA.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem de concluir.

O Sr. João Galamba (PS): — Por conseguinte, e não vou fazer uma afirmação taxativa, espero que a Sr.^a Ministra das Finanças confirme o seguinte: se o valor do CVA e do FVA era superior a 500 milhões de euros, então um desconto de 500 milhões de euros não é uma poupança porque esses valores seriam sempre devolvidos ao Estado ou, neste caso, ao IGCP ou às empresas públicas. Peço-lhe que confirme esta matéria.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Drago.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, ao fim destas horas de audição, creio que é manifestamente claro que a Sr.^a Ministra se enredou na sua própria justificação.

Aquilo que penso que os portugueses querem saber é como é que este *dossier* demorou tanto tempo a gerir e a Sr.^a Ministra entendeu, não sei se por um conselho de *spin*, um assessor, que a melhor justificação era a de tentar atirar as culpas para o Governo anterior. Então, começou por dizer que não tinha havido referência na transição de pastas; depois, que não tinha havido referência a si própria, uma vez que Vítor Gaspar a desmentiu;

depois, que era especificamente nas pastas de transição, que nos *dossiers* físicos não havia; depois, havia um papel, mas ele claramente não era suficiente; depois, que a informação que os serviços lhe fizeram chegar também não era informação suficiente.

Portanto, Sr.^a Ministra, ficou claro que houve uma estratégia deliberada de acusar o anterior Governo, que muitas responsabilidades tem sobre o *dossier swap*,...

Vozes do CDS-PP: — Ah!...

A Sr.^a Ana Drago (BE): — ... de fazer uma ocultação sobre a informação.

A ironia, Sr.^a Ministra, a ironia é que a dificuldade no acesso à informação tem sido a justificação dos governantes do Partido Socialista, que têm dito, sucessivamente, nesta Comissão: «Não tínhamos informação até ao final do segundo trimestre de 2011. Portanto, não podíamos lidar com uma coisa que não sabíamos que existia». E toda a informação que a Sr.^a Ministra fez chegar a esta Comissão é que, afinal, o Governo do Partido Socialista, se calhar, até nem sabia muito bem o que é que estava a acontecer mas não fez o que a Sr.^a Ministra aqui o acusou de fazer, isto é, não ocultou! As instituições não ocultaram, os ex-governantes não ocultaram.

Foi a Sr.^a Ministra que tentou levar a cabo essa estratégia deliberada de se isentar sobre a sua negligência em relação a este *dossier*, acusando o Governo anterior e não disse, como poderia ter dito: «Não tivemos na altura a perceção do que isto era. Havia riscos de que na altura não tínhamos a noção». Não! A Sr.^a Ministra fez uma estratégia deliberada de

dizer que lhe foi ocultada informação e chegámos à conclusão de que isso não é verdade. Não é verdade!

Do mesmo modo, a Sr.^a Ministra veio dizer a esta Comissão que isto não custou dinheiro aos contribuintes. Ora, fica claro pelos seus números, pelo que está refletido do Orçamento retificativo e pela avaliação, óbvia, de que o IGCP, sem ter contratos *swap*, teria um agravamento dos seus custos de financiamento, como está no relatório do Conselho das Finanças Públicas, que, afinal, isto custou mesmo dinheiro aos contribuintes.

Portanto, a Sr.^a Ministra tentou vir a esta Comissão, no dia 25 de junho, apresentar um conjunto de argumentos,...

O Sr. Presidente: — Atenção ao tempo, Sr.^a Deputada. Tem de concluir.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — ... mas a verdade é que, à medida que o tempo vai andando e as diferentes instituições se pronunciam, como o Conselho das Finanças Públicas, os diferentes governantes, as instituições públicas e até o IGCP — o malfadado IGCP, que nos disse aqui que «até março de 2012, não tivemos orientação para fazer a recolha dos contratos *swap*» —, verificamos que, afinal, todas estas ideias eram enganosas.

O Sr. Presidente: — Tem mesmo de concluir, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Ana Drago (BE): — Portanto, a Sr.^a Ministra tentou, na sua primeira audição, enganar os trabalhos desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Paulo Sá, tem a palavra.

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Sr. Presidente, a Sr.^a Ministra das Finanças, na altura em que tomou posse como Secretária de Estado do Tesouro, recebeu informação sobre *swaps*, incluindo a informação sobre o valor das perdas potenciais, que na época atingia ou superava já os 1500 milhões de euros. Perante aquele cenário, de que a Sr.^a Secretária de Estado tomou conhecimento logo nos primeiros dias após a sua tomada de posse, era preciso atuar de forma rápida e eficiente.

Em Outubro, recebeu uma proposta da DGTF de operacionalização do processo, que recusou, tendo decidido transferir a competência de gestão dos *swaps* das empresas públicas para o IGCP. Mas o IGCP não tinha competência legal para gerir este *dossier*, pelo que foi preciso alterar os estatutos do IGCP, algo que só ocorreu em agosto de 2012.

Entretanto, Sr.^a Ministra, desde a sua tomada de posse até que o IGCP ficou pronto para gerir a carteira de *swaps* e proceder ao seu cancelamento, tinham-se passado 14 meses. Foram 14 meses perdidos, em que as perdas potenciais de 1600 milhões de euros, que herdou do anterior Governo, duplicaram, passando para 3200 milhões. Ou seja, a sua inação custou 4 milhões de euros por dia. Foi esse o ritmo a que cresceram as perdas potenciais!

A Sr.^a Ministra, perante esta situação, em vez de reconhecer que tinha atuado de forma demasiado lenta, que não tinha lidado com este problema como deveria ter lidado, para o conter logo no início, quando tomou posse, limitando as perdas potenciais, optou, em vez disso, por tentar ocultar informação desta Comissão, faltando mesmo à verdade.

Hoje, apresenta-se novamente perante esta Comissão com novos elementos, alegadamente. Mas a impressão com que ficamos é de que a Sr.^a Ministra tentou justificar o que não é justificável, com uma abordagem — desculpe-me a expressão — muito mal-amanhada.

Por conseguinte, mantemos o que dissemos: consideramos que a senhora faltou à verdade a esta Comissão em diversos aspetos e que ocultou informação e entendemos manter o nosso pedido e a nossa exigência no sentido de que a Sr.^a Ministra não pode continuar a ocupar o cargo de Ministra de Estado e das Finanças, porque, em nosso entendimento, quem falta à verdade a uma Comissão de Inquérito não reúne condições para continuar no Governo.

Repito: entendemos que a Sr.^a Ministra faltou à verdade a esta Comissão em diversas matérias e por isso não tem condições para continuar como Ministra das Finanças.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Fernando Virgílio Macedo, tem a palavra.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, gostaria de dizer que esta audição, bem como a audição que foi efetuada esta manhã, foram duas audições muito importantes e esclarecedoras. Foram efetivamente duas audições esclarecedoras porque ficou provado, de forma inequívoca e de forma clarinha como a água, que a Sr.^a Ministra nunca mentiu sobre a insuficiência de informação transmitida pelo anterior Governo para o atual Executivo.

O que ficou provado foi que, durante as últimas semanas, os partidos da oposição tentaram montar um número de circo político relativamente às suas declarações. O que ficou provado foi que, através da repetição de uma mentira, os Srs. Deputados da oposição tentaram transformar essa mentira numa verdade. Pois, Srs. Deputados, essa mentira não foi transformada em verdade!

Mais: o que ficou visível à luz de todos é que os Srs. Deputados tentaram obter dividendos políticos indevidos, atacando o carácter da atual Ministra das Finanças. E fico admirado que, depois de tantos esclarecimentos que foram dados, de tantos pormenores que foram prestados nesta audição, os Srs. Deputados tenham um comportamento tipo «orquestra do Titanic». Não viram que o vosso argumentário já afundou. Vocês não viram que o vosso argumentário, a vossa narrativa, como gostam de dizer, comprovadamente já não existe? Que é comprovadamente falsa?

O Sr. Paulo Sá (PCP): — Bom esforço!...

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Portanto, espero sinceramente que os Srs. Deputados tenham mais sentido de responsabilidade e deixem de criar nuvens de fumo para tentarmos apurar efetivamente as responsabilidades políticas e profissionais de quem esteve envolvido na contratação destes contratos de gestão de risco financeiro, porque foi para isso que esta Comissão foi criada.

Estou certo de que a Sr.^a Ministra estará sempre disponível para informar — conforme é seu dever, permitam-me recordar — e para fornecer a esta Comissão todas as informações que lhe forem solicitadas.

O Sr. Presidente: — Queira concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Fernando Virgílio Macedo (PSD): — Concluo, Sr. Presidente, dizendo que aos Srs. Deputados da oposição resta fazerem *mea culpa* relativamente às acusações infundadas que fizeram e que teimosamente

continuam a fazer, despidoradamente, quanto ao carácter da Sr.^a Ministra das Finanças.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral.

O Sr. Hélder Amaral (CDS-PP): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Ministra e devo dizer que foi para nós um prazer ouvi-la.

De facto, começámos esta audição com dois temas principais, sendo o primeiro que a Sr.^a Ministra do Estado e das Finanças mentiu. Ora, provou-se, até pela entrevista do Sr. Secretário de Estado Costa Pina que vou entregar à Mesa para distribuir, que diz que «Maria Luís Albuquerque tinha toda» —e sublinho a palavra toda — «a informação sobre os swaps. Toda a informação foi transmitida pelo anterior Governo», que não foi identificado nenhum risco nos contratos *swaps*, que não transmitiram em concreto, empresa a empresa, *swap* a *swap*, banco a banco, nenhuma informação relevante que permitisse atuar.

Sabia-se dos *swaps*? Claro que o anterior Governo sabia! Basta recordarmos a audição feita aqui ao Inspetor-Geral de Finanças. Em 2008, a Inspeção-geral de Finanças alertava que havia *swaps* ainda a darem lucro, em 2007, como a Metro de Lisboa, mas já alertava para os riscos. O que fez o Governo anterior? Fez algo que é perceptível mas que a esquerda não quer ver. Com grande peso na consciência, foi «empurrando com a barriga», criando despacho, relatório, despacho, relatório, despacho, relatório. Havia uma cadência entre um relatório e um despacho sem que nada se resolvesse, sem que nenhuma informação substancial se resolvesse.

Pasme-se que, ao fim de seis anos entre despacho, relatório, despacho e relatório, fez-se luz no Governo socialista, e há aqui um fio condutor. Quando? Depois de perder as eleições. Então, quatro dias após,

sai um despacho, que, de facto, põe cobro a esta prática de financiamento das empresas públicas, de ocultação da dívida e desorçamentação clara nesta matéria.

Termino dizendo que este Governo não criou o problema, este Governo resolveu o problema e fê-lo mantendo o bom nome do sistema financeiro, mantendo o bom nome do Estado e criando uma negociação musculada como nunca vimos fazer, nem nas PPP nem aqui, ao Governo anterior.

Portanto, há uma diferença que marca a atuação de um Governo e a de outro.

A segunda questão era a de saber o que fez este Governo durante dois anos, mas, com requerimento ou sem requerimento do PCP, julgo que a explicação da Sr.^a Ministra deixou claro que, durante estes dois anos, o trabalho foi muito. Aliás, como dizia o ex-Ministro Teixeira dos Santos, não houve tempo para nenhum governante se sentar, pois foi preciso resolver muitos problemas deixados por uma gestão danosa, pouco cuidada, do Governo do Partido Socialista.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Catarina Mendonça.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Sr. Presidente, Sr.^a Ministra, creio que ficou claro, ao longo destas horas de audição, que, apesar do seu esforço de esclarecer contradições, a Sr.^a Ministra não as conseguiu esclarecer e continua a faltar à verdade.

Sr.^a Ministra, deixe-me que lhe diga que aquilo que sai desta reunião, hoje, é, mais uma vez, que a Sr.^a Ministra construiu uma história e caiu enredada na sua própria história.

De facto, esta Comissão de Inquérito tem um objeto de análise dos contratos, mas foi a Sr.^a Ministra que introduziu nesta Comissão um conjunto de falsidades para escamotear aquilo que não aconteceu ao longo de um ano e meio. Se dúvidas houvesse, a Sr.^a Ministra, hoje, pode ler as trocas de *emails*, mas eles não resolvem o problema.

Os factos são os seguintes: a Sr.^a Ministra continua a dizer aqui que não recebeu nenhuma informação. Ora, foi desmentida por várias entidades, é desmentida por provas testemunhais e documentais e, por isso mesmo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quando a Sr.^a Ministra diz que não tinha informação até 30 de junho e que se a tivesse poderia ter atuado, mais uma vez, a Sr.^a Ministra faltou à verdade. E faltou á verdade porque a Sr.^a Ministra recolhia informações desde 6 de maio de 2011.

Sr.^a Ministra, não é credível para ninguém que, quando foi convidada para Secretária de Estado, entre 18 e 28 de junho, não tenha havido informação por parte do Dr. Vítor Gaspar. Aliás, foi o Prof. Vítor Gaspar que hoje disse que o seu timbre, na vida privada e enquanto esteve no governo, é de transparência e lealdade e que obviamente passou informação à Sr. Secretária de Estado que iria ficar com a tutela do setor empresarial do Estado.

Por isso, Sr.^a Secretária de Estado, tinha informação do anterior Governo, tinha a informação que estava disponível à época. Se a Sr.^a Ministra não atuou foi porque não quis atuar. E, Sr. Ministra, não é apenas o Partido Socialista que o diz. O Sr. Prof. Marcelo Rebelo de Sousa diz que a mentira não foi uma mentira substancial, mas foi uma mentira.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a Ana Catarina Mendonça (PS): — Esta noite, enquanto decorre esta nossa audição, Rui Rio diz que a senhora não tem condições para se manter no Governo, face a todas as contradições que tem evidenciado ao longo destes tempos. Veja os canais de televisão esta noite.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Adão Silva.

O Sr. Adão Silva (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, gostaria de elogiar a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças não apenas pela enorme capacidade de resistência e de lucidez que teve durante toda esta sessão mas também pela disponibilidade tão pronta para tornar a vir a esta Comissão, que é uma situação bastante rara, singular, porque a nossa expectativa, que era, aliás, normal, era que viesse no fim desses trabalhos.

Mas reconheço que foi muito bom que a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças viesse hoje a esta Comissão, porque diz o povo, e com razão, Sr. Presidente, Sr.^a Ministra e Srs. Deputados, que a «mentira tem perna curta». De facto, oposição, o PCP, o Bloco e o Partido Socialista afanaram-se em construir um labirinto de mentiras e de contradições que hoje foram absolutamente esclarecidas.

Portanto, chegámos ao fim deste primeiro momento de trabalhos desta Comissão, que agora se interrompe com as férias, e uma coisa fica clara: caiu o mito, caiu a efabulação que andou a ser feita em torno da Sr.^a Ministra, se tinha mentido ou não tinha mentido. A Sr.^a Ministra não mentiu, esclareceu com rigor, com detalhe e de forma documental tudo aqui que havia a esclarecer e penso que a verdade prevalece e honra a Sr.^a Ministra como honra qualquer ser humana.

Agora, chegados aqui, é tempo de começarmos a falar de *swaps*, porque não temos andado a falar disso e é disso que temos de falar, é esta a

incumbência primacial desta Comissão de Inquérito. Portanto, ao falarmos de *swaps*, temos de perguntar e temos de tentar averiguar quem é que contratou *swaps*.

A Sr.^a Teresa Leal Coelho (PSD): — Exato! Temos de falar de *swaps* e de responsabilidades!

O Sr. Adão Silva (PSD): — Quem é que nos meteu nesta «câmara de horrores» orçamentais e financeiros? Quem é que acompanhou, ou não, a contratação destes *swaps*? De quem era a responsabilidade, do ponto de vista governamental, e exerceu-a ou não?

Podemos e devemos, obviamente, discutir estas matérias, porque é o que interessa aos portugueses. Os portugueses são, no fim, quem pagará e, portanto, temos de saber se houve ou não defesa dos interesses dos contribuintes, se houve ou não defesa dos interesses do Estado e a perspectiva que temos neste momento, até pelo desconhecimento manifestado pelos anteriores governantes, é que não acompanharam o processo, foram completamente desleixados em relação à questão, assumidamente, dizendo que não eram *Big Brothers*, e percebemos também — e com isto termino, Sr. Presidente — que, com este Governo, com a Sr.^a Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, agora Ministra de Estado e das Finanças, este problema se combateu, se obtemperou, se encontrou uma solução e, seguramente, também se deve discutir se foi ou não a melhor solução. Para nós, foi, mas importa, obviamente, «virar a agulha» desta Comissão para discutir coisas que interessam aos portugueses e acabar com estas efabulações porque não há mais tempo para isto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Ministra, para fazer o seu comentário final.

A Sr.^a ministra de Estado e das Finanças: — Sr. Presidente, faço apenas alguns breves comentários, porque, genericamente, não foi acrescentado muito de novo nesta última ronda, o que é certamente compreensível. No entanto, gostaria de dar algumas notas.

O Sr. Deputado João Galamba quer saber quando dei instruções para completar o ficheiro de *Excel*. Ora, esforcei-me bastante por explicar a complexidade do processo. Confesso que me desilude, ao fim de tanto tempo de explicação, o Sr. Deputado achar que era tudo uma questão de acrescentar umas colunas num ficheiro de *Excel*! Expliquei aqui a complexidade orçamental, estatística, jurídica, financeira, de reestruturações sucessivas e o Sr. Deputado João Galamba resume dizendo o que é que faltava no ficheiro de *Excel*. Mas isto é apenas um desabafo por não me ter feito entender.

Já expliquei a questão do impacto orçamental de desfazer os *swaps*. Também já expliquei que não me vou pronunciar sobre o relatório do Conselho de Finanças Públicas antes de o ler. Noto, no entanto, porque me pareceu extraordinário, o Sr. Deputado João Galamba dizer que, porque o *Diário Económico* me pediu um comentário sobre o relatório, logo, já tenho de o conhecer. Parece-me, de facto, uma ligação extraordinária, mas enfim...

Quanto à última questão, relativa ao FVA e ao CVA, enfim, às provisões, para utilizar uma terminologia mais comum, disse que era superiores a 500 milhões de euros. Gostava de saber qual é a fonte do Sr. deputado João Galamba para fazer essa afirmação de que as provisões eram superiores a 500 milhões de euros.

Ainda assim, gostaria que os Srs. Deputados considerassem a seguinte questão: um credor que tiver uma provisão para o caso de não cobrar um crédito, se não lhe pagarem, ele não tem prejuízo? É que acho esta noção extraordinária. Porque está provisionado, não perdeu nada?! Aliás, nem vejo como é que esta história se liga com a história do carro da última intervenção.

Portanto, uma coisa é ir a custos e ou a resultados, uma coisa é falar de termos contabilísticos, outra coisa é dizer que não perdeu porque tinha uma provisão, o que parece um conceito bastante interessante também para avaliar o que cada um perdeu.

Quando à questão das conclusões que tiram os Srs. Deputados Ana Drago e Paulo Sá, mais uma vez, as conclusões são dos Srs. Deputados.

Quanto à Sr.^a Deputada Ana Drago, porque provavelmente não terei ocasião de a encontrar novamente nesta Comissão, que disse que recebi uma proposta de solução da DGTF, mais uma vez, Sr.^a Deputada, para que fique bem claro, não recebi nenhuma proposta de solução, recebi uma proposta de procedimento. Um procedimento não é uma solução, é um circuito por onde passa informação, informação, aliás, que nunca apareceu. Portanto, existir ou não, o circuito é imaterial.

A solução que supostamente tinha sido desenhada era a de as empresas apresentarem propostas. Não apresentaram, Sr.^a Deputada! Não apresentaram propostas e o problema continuaria exatamente como estava se não tivéssemos atuado.

Relativamente ao que disseram os restantes Srs. Deputados, porque há aqui muitas questões, queria só referir uma coisa que a Deputada Ana Catarina Mendonça disse e que me parece muitíssimo importante esclarecer. Disse a Sr.^a Deputada que eu andava a recolher informação desde maio de 2011.

Sr.^a Deputada, essa é uma acusação muito grave. Tive o cuidado de esclarecer, na minha intervenção inicial, que a informação que pedi em maio de 2011 às empresas foi no estrito âmbito das minhas competências no IGCP. Foi no estrito âmbito das minhas competências do IGCP porque o IGCP precisava de ter informação sobre as necessidades de financiamento agregadas até 2014.

Fiz esse pedido de informação com conhecimento à minha superior hierárquica, a Dr.^a Sofia Torres. Portanto, qualquer insinuação de que estava a antecipar uma ida para o Governo e a procurar obter informação privilegiada, dizendo que eu estava a recolher informação em maio de 2011, é completamente falsa! Recolhi essa informação para o IGCP no âmbito estrito das competências que tinha e das funções que desempenhava ao serviço dessa instituição.

Portanto, não houve qualquer recolha de informação antes do dia 28 de junho de 2011, quando tomei posse enquanto Secretária de Estado do Tesouro e das Finanças.

As conclusões que os Srs. Deputados da oposição retiraram são dos Srs. Deputados. Naturalmente, é um direito que lhes assiste. O meu dever era vir aqui esclarecer; entendo e defendo que esclareci cabalmente todas as questões e entreguei documentação que prova as minhas afirmações.

Ainda assim, os Srs. Deputados tirarão as conclusões que entenderem. Estarei novamente à disposição desta Comissão, espero que só mais para o final dos trabalhos, para prestar esclarecimentos sobre aquilo que venha acontecer entretanto.

Muito obrigada, Sr.^a Presidente e Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Ministra, de facto, foi uma prova de resistência.

Antes de encerrar os trabalhos, apenas para conhecimento geral — suponho que já é do conhecimento particular dos Srs. Deputados a quem o tema interessa diretamente —, devo dizer que os trabalhos da Comissão de Inquérito serão retomados a 3 de setembro, com a audição, às 15 horas, do Sr. Presidente da CMVM. No dia 4, respetivamente, às 10 horas e às 15 horas, serão ouvidos o ex-Presidente da Metro de Lisboa e da Carris, José Manuel Silva Rodrigues e, subsequentemente, o Presidente da EGREP, João Pedro Costa Vale Teixeira.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a todos vos desejo umas boas férias e agradeço a disponibilidade da Sr.^a Ministra para responder às questões colocadas.

Está encerrada a reunião.

Eram 22 horas e 45 minutos.

Imagens projetadas pela Ministra de Estado e das Finanças no decurso da intervenção inicial que proferiu.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.